

Outubro 2020

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, O PAÍS, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Banco Mundial a favor do fim da subvenção	6
1.2 Mais de 430 crianças recebem apoio financeiro	6
1.3 Covid-19 coloca no desemprego mais de 240 taxistas em Luanda	7
1.4 “Kwenda” vai beneficiar mais de 362 mil agregados familiares até Dezembro	8
1.5 Mais de 15 mil famílias apoiadas contra a pobreza	9
1.6 Mercado de Trabalho	11
1.7 Famílias carenciadas recebem ajuda financeira do “Kwenda”	11
1.8 Kwenda beneficia 30 mil agregados familiares	12
1.9 Analistas dizem que PR 'subestimou' fenómeno do desemprego no país	13
1.10 ONU apoia programa de combate à fome com 50 milhões USD7ano	13
2. MICROFINANÇAS	15
2.1 Morosidade do crédito inquieta cooperativa	15
2.2 O micro -crédito, os bancos e os nossos empresários	15
2.3 Programa de fomento da agricultura familiar	16
2.4 Cooperativas agrícolas recebem financiamento	17
2.5 Banca está a avaliar 250 novos projectos	17
2.6 FACRA dispõe de 4 mil milhões de kwanzas para financiar empreendedores	18
2.7 BDA financia 400 milhões Kz em projectos agrícolas	19
3. MERCADO INFORMAL	20
3.1 Pescadores criam cooperativa para reduzir custos do pescado	20
3.2 Trabalho infantil aumenta nas ruas do Bié	21
3.3 População de Cambunze tem novo mercado rural	22
3.4 Covid-19 coloca no desemprego mais de 240 taxistas em Luanda	22
3.5 Pesca artesanal recebe apoios	23
3.6 40 Vendedoras recebem meios para comercializar produtos	24
3.7 Mulheres exploram pedras e areia em condições desumanas	25
3.8 Cabinda investe 709 milhões para a construção de mercado	26
3.9 120 Novos mercados devolvem; dignidade à venda ambulante	26
3.10 Jovens e idosos dão forma a borrachas para resolver problemas de apoios de viaturas	27
3.11 Vendedores desrespeitam medidas sanitárias	29
3.12 Os pequenos negócios	30
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	31
4.1 Verbas aumentaram nos últimos cinco anos mas continuam a ser residuais	31
4.2 Sobvalorização das receitas foi de 324,8 mil milhões KZ no OGE de 2019	31
4.3 Comunidades exortadas a fiscalizar obras do PIIM	32
4.4 Comunidades exortadas a fiscalizar obras do PIIM	33
4.5 15,9% do OGE 2021 destinados ao sector social	33
4.6 Cultura recebeu apenas 0,067% do total do OGE 2019 Revisto	34

4.7	Mais de mil projectos do PIIM em execução	37
4.8	Finanças põem de lado novos impostos em 2021	37
4.9	OGE para 2021 estima receitas e despesas de 14 biliões de Kwanzas	38
5.	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	39
5.1	Novo ano parlamentar com desafio autárquico e fiscalizador	39
5.2	Eleições sociedade civil que PIIM pode ameaçar autarquias	40
5.3	Eleição Sociedade civil sugere calendarização do processo autárquico	41
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	42
6.1	Crise no sector da Construção no Pais estimula exportações de cimento	42
6.2	Casas vazias	42
6.3	Kilamba um novo bairro surge de forma tímida nas proximidades da centralidade	43
6.4	Imoveis por registar e contas por receber valem reservas da KPMG	44
6.5	Nova legislação impede compra e mais de uma casa nas centralidades	45
6.6	Raio-X ao PIB desde a crise iniciada em 2014	46
6.7	Burlas "matam" sonho da casa própria de milhares de famílias	46
7.	TERRA	48
7.1	Governo ameaça receber fazendas improdutivas	48
7.2	Famílias apostam em hortas domésticas	48
7.3	EGTI cobra acima de 300 milhões de kwanzas nos terrenos do Kilamba	49
7.4	Benguela polícia «esmag» desalojados das Salinas, em protestos por terra	50
7.5	Criadores de gado comerciais ocupam 67% das terras	51
7.6	Explorações pecuárias minaram a segurança alimentar nos Gambos	51
7.7	Governo falha em respeitar a legislação nacional	52
7.8	Kilamba um novo bairro surge de forma tímida nas proximidades da centralidade	53
7.9	Notas Recomendações para o Governo angolano	53
7.10	Tumulto causa morte e feridos no Sequele	54
7.11	Continuam as construções anárquicas no Sequele	55
7.12	Haja administração, senhores	55
7.13	Construções anárquicas são destruídas em Viana	57
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	58
8.1	Capitais mistos erguem unidade nos Mulenvos	58
8.2	Apresentado plano director de Malanje	58
9.	GÉNERO E VIOLENCIA	60
9.1	Polícia prende mais de 160 armas todos os meses	60
10.	AMBIENTE	61
10.1	Departamento Florestal precisa de mais fiscais	61
10.2	Quando o crime Compensa	61
10.3	Explorações pecuárias minaram a segurança alimentar nos Gambos	63
10.4	Plantação de árvores em zonas da cidade	64
10.5	Sai uma “mulher” do Ambiente e entra um “homem” da cultura	64

I1. MINEIRA	66
I2. MIGRAÇÃO	66
I3. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	66
13.1 "Presidente destaca o apoio da China	66
13.2 Acordos aprofundam ligação entre o Governo e a Huawei	66

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Banco Mundial a favor do fim da subvenção

Jornal de Angola
2 De Outubro de 2020
Texto Victorino Joaquim

O Banco Mundial (BM) apoia a intenção do Executivo angolano na retirada da subvenção dos combustíveis, anunciou ontem, em Luanda, o novo director regional da instituição financeira para África.

Jean-Christophe Carret, que falava em conferência de imprensa, para balanço dos quatro dias da sua visita a Angola, afirmou que a instituição financeira internacional apoia esta retirada, por compreender que a subvenção vem beneficiar apenas uma menor parte da população, deixando de lado a população carente, pelo que, acrescentou, o BM está apoiar o Governo na implementação de um programa denominado “Kwenda”, que está a servir para apoiar financeiramente as famílias mais vulneráveis.

O novo responsável para África informou que Angola não vai beneficiar do financiamento na ordem dos 50 mil milhões de dólares, a serem disponibilizados, brevemente, pelo Banco Mundial, por ser um país considerado de rendimento de médio-alto.

O montante, segundo o novo director, vai servir para apoiar projectos em 48 países pobres da África subsariana.

Jean-Christophe Carret, que, pela primeira vez, visita Angola, deu a conhecer que o Banco Mundial está a proceder a adaptação do seu posicionamento, fruto da pandemia e seus efeitos. “Inicialmente, pensava-se que a doença seria de pouco tempo, mas depois percebemos que a mesma vai vigorar por mais tempo. Por isso, nós temos estado a nos ajustar pontualmente”

Durante os quatro dias da visita a Angola, do novo director regional do Banco Mundial para África, Jean Christophe Carret, foram passados em revista os vários projectos de desenvolvimento social em curso em Angola.

A visita do novo director para África permitiu também que as duas partes pudessem repensar sobre as estratégias, no sentido de evitar os eventuais

constrangimentos resultantes do surgimento da pandemia da Covid-19.

A ministra das Finanças, Vera Daves, presente na conferência de imprensa, considerou que os projectos em curso, resultantes de financiamento pelo BM, estão a “bom ritmo”.

I.2 Mais de 430 crianças recebem apoio financeiro

Jornal de Angola
08 De Outubro de 2020
Texto: António Capitão

Ao todo, 438 crianças menores de cinco anos, integradas em 414 famílias vulneráveis das aldeias cabari, kissamba e Calumbo, no município do Uíge, começou ontem a receber apoio financeiro do Governo, no âmbito do projecto de apoio Protecção social (APROOC) do Ministério da acção social Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), para transferências sociais monetárias "Valor criança".

Cecília Martins, de 19 anos, recebeu 30 mil kwanzas para o filho de seis meses. Á jovem mãe disse que parte do dinheiro que recebeu vai servir para comprar roupa do menino e o restante será aplicado num pequeno negócio, bem como para a aquisição de sementes de jinguba para a lavra.

Estou muito satisfeita por saber que o Governo angolano se importa com o meu filho. Tem poucas roupas e quase todas rasgadas. Vou usar parte do dinheiro para substituí-las", disse.

Serão Gaspar, 57 anos, é pai de oito filhos. Mas não foi por eles que esteve presente no acto de entrega dos valores. Tem sob guarda um neto órfão de 3 anos, que beneficiou de 30 mil kwanzas do projecto "Valor Criança". Com o dinheiro o avô pretende melhorar as condições de vida do petiz, sobre tudo o local onde dorme.

"Ele dorme num colchão em péssimas condições. Vou comprar-lhe outro, para poder ter noites de sono mais confortáveis. Já lavrei mais de 400 metros terreno para o qual vou, com parte deste dinheiro, comprar sementes de jinguba para lançá-la à terra. Tenho de me esforçar para obter lucros possíveis com este dinheiro e fazer deles a fonte de rendimentos para família", disse.

Joana Ricardo, de 39 anos tem seis filhos, dos quais um menor de 4 anos, que também beneficiou de 30 mil Kwanzas. Com os valores recebidos, pretende

fazer pequenos negócios para rentabilizar o dinheiro e aplicar parte do mesmo na actividade agrícola.

"Não é muito dinheiro, mas já ajuda para suprir algumas necessidades, reconheceu Joana, que agradeceu o Governo em apoiar, as pessoas mais carenciadas sobre tudo as crianças que sofrem por os progenitores não serem capazes de lhes proporcionar melhores condições de vida "Antes pouco do que nada", referiu.

A ponto focal do Ministério da Acção Social Família e Promoção da Mulher para o APROSOC, Ana Teresinha, esclareceu que o projecto visa melhorar as condições vida dos cidadãos que se encontram na pobreza extrema, contribuindo para que suportem custos com a alimentação, vestuário, saúde, agricultura, educação e cidadania, principalmente para o registo de nascimento e aquisição de Bilhete de Identidade.

Dada a situação da pandemia da Covid-19, os montantes de três mil Kwanzas antes atribuídos, foram aumentados para cinco mil, para permitir que as famílias respondam aos desafios que o momento impõe. É um programa do Governo que visa promover a protecção social como direito de todos os cidadãos e está alinhado com as prioridades estabelecidas Plano de Desenvolvimento Nacional (PND) 2018 -2022", frisou.

Para os municípios do Uíge e Damba, o projecto prevê a transferência monetária, 4.584 crianças menores de cinco anos, de um total de 2;677 famílias, até Dezembro.

Concluído este ciclo, o Ministério vai apoiar, financeiramente, 18.007 crianças de 9.750 famílias de seis municípios das províncias do Moxico, Bié e Uíge.

O programa de apoio à protecção social, iniciado em Agosto de 2019, com o fim previsto para Dezembro deste ano, está orçado em cerca de nove milhões de euros, financiados pela União Europeia (UE), com o apoio técnico do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o consorcio de empresas Luís Berger.

1.3 Covid-19 coloca no desemprego mais de 240 taxistas em Luanda

Jornal de Angola

8 De Outubro de 2020

Texto: Augusto Cueta

Mais de 140 indivíduos que desenvolviam a actividade de táxi a nível da província de Luanda

caíram no desemprego, nos últimos meses, por causa dos efeitos negativos da pandemia da Covid19, anunciou ontem o presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (Anata).

Francisco Paciente revelou que 120 motoristas e igual número de cobradores, todos associados da ANATA, viram se sem trabalho, depois dos patrões (titulares das viaturas) perderem capacidade financeira para suportar os gastos com a manutenção e reposição de acessórios, e após certas medidas constantes nos Decretos Presidenciais sobre o Estado de Emergência e sobre a Situação de Calamidade Pública.

O presidente da ANATA explicou que, com as declarações do Estado de Emergência e da Situação de Calamidade Pública, por causa do novo corona vírus, o período de funcionamento dos serviços de táxi foi reduzido' assim como os referidos veículos não podiam ultrapassar, inicialmente, um terço da sua capacidade de lotação de passageiros, depois os 50 por cento e, agora os 75%.

Com essa redução do tempo de operacionalidade diária, que se verificou até 8 de Setembro, e da lotação, avançou que a produção' líquida diária de 18mil Kwanzas baixou para 12 ou dez mil, o que retirou a capacidade de sustentabilidade dos veículos' principalmente naqueles proprietários que não dispunham de fundos ou reservas para enfrentar a nova realidade que o país vive.

"Hoje, muitas viaturas foram retiradas das linhas de operacionalidade, algumas estão paralisadas, por avarias, por causa dos custos com a manutenção serem maiores que os resultados da produção. É a consequência é termos colegas no desemprego" lamentou. O responsável da associação criticou ainda o facto de muitos patrões, em função da redução dos 18mil para 12 ou dez mil Kwanzas, preferirem " outros motoristas, não afectos à ANATA, que encurtam rotas, cobram mais do que os 150 Kwanzas, no sentido de manterem os valores iniciais.

Para minimizar as dificuldades que os referidos taxistas desempregados enfrentam, Francisco Paciente, que falava no quadro das festividades do quinto aniversário da celebração do Dia Nacional dos Taxistas (5 de Outubro), anunciou, para o próximo sábado, o lançamento de uma campanha de solidariedade em benefícios desses associados e de comunidades mais carentes de Luanda.

Essa actividade de recolha de contribuições para a solidariedade é composta por 120 membros de uma brigada de acção social, que presta ajuda com cestas

básicas, em transporte e, até, facilitação de apoios a funerais e outros serviços.

Táxi Universitário

No âmbito das suas acções de prevenção à covid-19, a Anata vai colocar ao serviço da população estudantil da província de Luanda o programa "Táxi Universitário a ser lançado, igualmente neste sábado, em cerimónia que ocorre no Campo polivalente do Golfe2, no município do Kilamba Kiaxi.

Com o programa "Universitário", Francisco Paciente acredita que o transporte e mobilidade dos alunos, com o reinício das aulas nos diferentes subsistemas de ensino, vai ganhar outra dinâmica, principalmente em zonas distantes das universidades e institutos superiores e médios.

Os alunos interessados explicou o presidente da Anata, devem participar com valores que vão dos 18 mil aos 25 mil kwanzas, mensalmente.

Estes dinheiros devem ser entregues às associações de estudantes, que, por sua vez, devem fazer chegar o montante à Anata, nos primeiros dez dias de cada mês.

Francisco Paciente avançou que, numa primeira fase, a associação tem já mobilizado mais de 200 veículos em bom estado técnico e motoristas treinados para o transporte dos alunos que devem estar devidamente identificados.

Os taxistas do projecto "Táxi Universitário" vão operar, maioritariamente, nas rotas Zango 8.000/Benfica/Talatona e da vila de Viana para Mutamba, além de outras zonas que surjam em função das solicitações. "Os alunos e a Anata devem acertar detalhes sobre as horas de recolha no ponto residencial e de saída da escolha", disse.

Jornadas do taxista

Quanto às jornadas do dia nacional dos taxistas, que decorrem sob o lema «Taxistas unidos, rumo à profissionalização e dignificação da classe», a Anata vai contar, na actividade de sábado, no Golf 2, com a participação de várias entidades governamentais, com destaque para a ministra da juventude e Desportos, que vai dissertar sobre o tema «Políticas públicas para a juventude taxista».

As jornadas nacionais dos taxistas decorrem, desde 2015, nas primeiras semanas de Outubro, em homenagem a um grupo de taxistas que, em Luanda, se manifestou contra medidas do Governo, o que levou a prisão de 140 jovens taxistas.

I.4 "Kwenda" vai beneficiar mais de 362 mil agregados familiares até Dezembro

Jornal de Angola

16 De Outubro de 2020

O Presidente da República, João Lourenço, anunciou que mais de 362 mil agregados familiares, em 20 municípios o país, vão beneficiar do Projecto Kwenda, até Dezembro próximo.

O Chefe de Estado disse que o primeiro ciclo de pagamento beneficiou mais de 5.700 agregados familiares. João Lourenço lembrou que o Projecto Kwenda, iniciado em Maio deste ano, prevê apoiar mais de um milhão e seiscentas mil famílias, em situação de vulnerabilidade nos 164 municípios do país, com um valor equivalente a 420 milhões de dólares americanos, garantidos por um financiamento do Banco Mundial e por recursos do Tesouro Nacional.

Na fase piloto, referiu, foram cadastrados mais de 10 mil agregados familiares, 57,2 por cento dos quais chefiados por mulheres, em cinco municípios das províncias do Zaire, Malanje, Huíla, Cuando-Cubango e Cunene. "Foram identificadas em vários municípios 20 iniciativas produtivas, comerciais e de empreendedorismo, para inclusão das famílias beneficiárias", disse o Presidente da República.

No período de Outubro de 2019 a Agosto de 2020, referiu, um total de 55.564 famílias foram assistidas com cestas básicas, a maioria no quadro do Estado de Emergência da Covid-19.

Valor Criança

João Lourenço revelou também que o programa-piloto de Transferências Sociais Monetárias, denominado 'Valor Criança' abrangeu, de Julho a Setembro de 2020, mais de nove mil 700 famílias, beneficiando mais de 18.500 crianças das províncias do Bié, Moxico e Uíge.

Lançado em Agosto de 2019, nas províncias acima referidas, no âmbito da municipalização da acção social e do projecto APROSOC (Apoio à Protecção Social) e financiado pela União Europeia, com apoio técnico da UNICEF, o 'Valor Criança' destina-se às crianças vulneráveis com menos de cinco anos e deverá atingir 20 mil crianças até ao fim do corrente ano.

"O valor inicialmente definido para este programa foi reajustado de 3 para 5 mil Kwanzas por criança, por mês", frisou o Chefe de Estado.

Ex-militares

Durante o discurso sobre o Estado da Nação, João Lourenço disse que, de Outubro de 2019 a Agosto de 2020, foram reintegrados mais de 1.550 ex-militares, por via dos Programas Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza e do Governo de Reforço da Integração.

O Presidente da República, que garantiu a continuidade do processo de reintegração, anunciou que o Executivo vai financiar a aquisição dos primeiros 500 tractores de produção nacional, para beneficiar ex-militares organizados em cooperativas, num processo a ser conduzido pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU).

O Chefe de Estado condenou a atitude de políticos e formações políticas que têm enganado ex-militares com promessas de inserção na Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (FAA).

“É um direito reservado exclusivamente a oficiais na condição de reformados. É um processo esse que obedece a regras muito bem definidas por lei”, sublinhou.

1.5 Mais de 15 mil famílias apoiadas contra a pobreza

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2020

Texto: António Eugénio

Que projectos de desenvolvimento estão a ser implementados no município da Nharêa?

Os Projectos que estão a ser desenvolvidos dentro de vários programas, em primeiro lugar está o PIIM, com 9 projectos novos (duas escolas uma de sete e outra de doze salas de aulas, um centro de saúde de 30 camas, reabilitação e ampliação do Hospital Municipal, terraplanagem de cento e quatro quilómetros divididos em duas estradas de 62 e 42 quilómetros que dão acesso às comunas de Caiei, Dando e Gamba. Uma quadra polidesportiva, saneamento básico e recolha dos resíduos sólidos, assim como aquisição de duas ambulâncias. Os dois projectos de continuidade são de duas escolas de doze salas na sede municipal e comuna da Lubia. O Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza até ao momento já foram executadas mais 85 pequenas acções em seus variados eixos com maior realce aos projectos de agricultura, apoio às famílias com necessidades especiais, apoios aos ex-militares com imputes agrícolas, animais de

recria, abertura de valas de regas, construção de pontes de madeira, formações de mulheres e jovens, aquisição de kits de fomento a auto empregabilidade que beneficiou mais 30.000 pessoas.

Enquanto estão avaliados todos estes projectos?

No âmbito do PIIM, os projectos estão avaliados em 2.753.694.355,80 (Dois Mil Milhões e Setecentos e Cinquenta e Três Milhões, Seiscentos e Noventa e Quatro Mil, Trezentos e Cinquenta e Cinco), e até ao momento cerca Um Mil Milhão deste valor já foi executado. Quanto ao PIDLCP, está fixado em 300 Milhões anuais através da dotação mensal dos recursos extraordinários dos 25.000.000,00 (Vinte e Cinco Milhões) mensais. Foram executados mais de 175.000.000,00 (Cento e Setenta e Cinco Milhões de Kwanzas).

Quantos exploradores artesanais de diamantes existem? E qual é a contrapartida para o município?

O município controla Cinco Cooperativas de Exploração artesanal de Diamantes. Talvez por falta de uma legislação específica que dá autoridade a Administração Local a cobrar responsabilidade sociais e fiscais, infelizmente, não temos benefícios directos.

E os projectos inseridos no programa de investimentos públicos?

Dentro do Programa de Investimento Público, estão sendo executadas 7 (Sete) Acções como a construção e apetrechamento de uma Escolas de 12 Salas de Aulas, construção e Apetrechamento de uma Escola de 7 Salas de Aulas no Sector de Catacala, a construção e apetrechamento de um Centro de Saúde no Sector de, Reabilitação, Ampliação e Apetrechamento do Hospital Municipal, construção de Uma Quadra Polidesportiva, terraplanagem do Troço de 62 Quilómetros que liga a sede municipal às Comunas de Caiei e Dando. Terraplanagem de 45 Quilómetros da Sede Municipal à Comuna da Gamba, Saneamento básico e recolha dos resíduos sólidos, Aquisição de duas ambulâncias.

O município é potencial em agricultura, quais são as quantidades de cereais e frutas a colher neste ano?

O Município da Nharêa é potencialmente agrícola. Cerca de 85% de seu solo é cultivável. Possui uma capacidade em termos de recursos hídricos que permite fazer agricultura em todas as épocas. De acordo com a nossa previsão, iremos colher cerca de 39.367 toneladas de cereais, 50 toneladas frutas e grandes quantidades de tubérculos (mandioca, batata rena e doce) e mais de 20 mil de leguminosas.

Que apoio está ser concedido aos agricultores da área?

Mais de 15.422 Famílias camponesas foram apoiadas no âmbito do PIDLCP (Programa Integrado de Desenvolvimento Local E Combate à Pobreza, PEDR (Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, MOSAP II (Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Comercialização), FAO (Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), FAS (Fundo de Apoio Social) e World Vision (Visão Mundial). Tendo recebido diferentes insumos agrícolas e materiais úteis à prática do campo e também da assistência técnica através da EDA.

E programas habitacionais, Como vai o município?

Infelizmente este ano não fomos abrangidos com um Programa para resolver os problemas habitacionais.

Em relação a Energia e Água existem programas de concreto para resolver este problema?

A nível local, não temos um Programa concreto para a resolução dos problemas de energia no município. Os projectos de energia são caríssimos e não cabem nos orçamentos atribuídos aos municípios, daí, a dificuldade de avançarmos com alguma proposta orçamental. No entanto, existe através do Ministério da Energia e Águas em coordenação com o Governo da Província para que dentro dos projectos prioritários, seja possível a construção de linhas de transportação da energia de uma das barragens (Laúca ou Caculo Cabaça) para o Município de Nharêa. Por outro lado, através dos grupos geradores que por enquanto fazem a cobertura a 25 por cento das necessidades locais. Estamos a trabalhar para que se faça a instalação dos postos de transformação (PTs) para melhor aproveitamento da capacidade dos mesmos. Este projecto será concretizado logo que as condições financeiras forem criadas pelo Ministério da Energia e Águas em coordenação com o Governo da Província.

Já existe programa de implementação de energia Solar?

Existe um Programa a nível do Ministério de Energia e Águas em coordenação com o Governo Provincial de implementação de energia solar, inclusive, temos uma parcela de mais de 10 hectares reservada para o efeito. Infelizmente, a actual conjuntura económica do país, fez adiar a concretização deste projecto. Por outra, poderá existir outras possibilidades no caso da energia eólica porque o território localiza-se numa área com fortes velocidades de vento.

O surgimento de ravinas pode ser outro problema dos municípios. Que soluções existem para isso?

Foram identificadas a nível do município, ravinas de grandes dimensões em três das cinco comunas e na demais temos ravinas de média e pequenas dimensões. Foram feitos estudos, bem como a orçamentação para se intervir em algumas dessas ravinas, porém, do ponto de vista técnico e financeiro a intervenção das mesmas, estão fora do alcance das possibilidades do município.

“Há programas para combater a pobreza em todo município”

Houve alguns programas virados a reabilitação de estradas?

Em 2017 a Sede Municipal, beneficiou de um Projecto de Âmbito Nacional, com a asfaltagem de 12 quilómetros, incluindo a Construção do Sistema de Drenagem de Águas Pluviais, Redes de Esgotos, Lancis, Iluminação Pública e Sinalização Horizontal e Vertical. E está em curso a reabilitação de duas estradas que dão acesso as três comunas (Caiei, Dando e Gamba), totalizando 104 quilómetros.

Também existe obras paralisadas por incumprimento dos empreiteiros?

Existem Obras paralisadas no âmbito do PIP e PIDLCP. E o governo da Província está a trabalhar para que se encontre uma solução aos projectos paralisados. As obras estão paralisadas a mais de três anos, e não por incumprimento dos empreiteiros, é devido a crise económica que assola o nosso país desde 2014 que repercutiu na redução da dotação orçamental de certos Programas de Investimentos.

Que programas existem para combater a pobreza?

Para além do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, felizmente temos no nosso município outros que visam reduzir a pobreza extrema nas comunidades e a garantir a inclusão das famílias vulneráveis e o acesso aos serviços básicos, tais como: O Projecto MOSAP II, PRODESI, FAO (Fundos das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) através do FAS, UNICEF, MATCHING GRANT'S, STLPCE e o Projecto AGRINUTRI (World Vision).

Pode enumerar as principais dificuldades que administração encontra para a implementação dos programas económicos?

Dentre várias dificuldades, destacamos a insuficiência de energia eléctrica, o acesso difícil às zonas de produção agrícola e de maior concentração

populacional, falta de instituições que formalizam os processos as empresas e as burocracias na adesão de créditos comerciais em instituições bancárias.

Fale um pouco do empreendedorismo na sua área de jurisdição?

Há pequenas e médias empresas viradas para exploração de recursos minerais, agricultura, comércio, pesca artesanal, apicultura, pequenas indústrias transformadoras, construção, saneamento e ambiente e serviços de transportação (incluindo moto-taxistas).

I.6 Mercado de Trabalho

Jornal Expansão
23 De Outubro de 2020

O que d João Loureço: Neste ambiente de Covid-19, o mercado de trabalho tem sido fortemente abalado. Apesar de cerca de 19 mil trabalhadores terem encontrado emprego durante o primeiro semestre do ano, através de centros de emprego ou no contacto directo com as empresas, neste mesmo período a Inspeção-geral do Trabalho registou cerca de sete mil despedimentos e mais de 14 mil suspensões de vínculos laborais, em especial no sector da prestação de serviços, seguido pelo do comércio e indústria, educação e construção civil.

A real dade: Os números referenciados pelo Presidente da República devem ser apenas números sobre o mercado de trabalho formal e mais precisamente os ingressos na função pública. Sem fazer referência aos números do desemprego, João Lourenço optou por atribuir a culpa a crise da pandemia. Se formos verificar o impacto da pandemia na economia, basta consultar os números do INE. Entre o I e o II trimestre deste ano, Angola perdeu 332.533 postos de trabalho entre Abril e Junho do corrente ano, com a taxa de desemprego da população com 15 ou mais anos a subir ligeiramente dos 32% para os 32,7% face ao primeiro trimestre. Só desde o início de 2018, Angola perdeu mais de 724 mil empregos formais e criou 61.084 empregos, segundo o INE.

MERCADO DE TRABALHO | TAXAS ANUAIS E DO FECHO DO I SEMESTRE DE 2020, %

	2016	2018	2019	II Trim. 20
Taxa de emprego	70,0	62,1	60,3	58,9
Taxa de emprego, Homens	72,4	64,8	62,5	61,6
Taxa de emprego, Mulheres	68,0	58,7	58,3	56,6
Taxa de emprego, Área Urbana	64,7	53,5	49,1	43,7
Taxa de emprego, Área Rural	81,3	75,7	76,9	82,0
Taxa de desemprego	19,9	28,8	31,8	32,7
Taxa de desemprego, Homens	18,1	26,6	30,0	30,0
Taxa de desemprego, Mulheres	21,5	30,9	33,5	35,1
Taxa de desemprego, Área Urbana	25,1	36,5	42,6	46,6
Taxa de desemprego, Área Rural	9,3	16,2	17,0	14,7

I.7 Famílias carenciadas recebem ajuda financeira do “Kwenda”

Jornal de Angola
26 DE Outubro de 2020
Texto: Marcelo Manuel

As 2.060 famílias carenciadas cadastradas no município de Quiculungo, província do Cuanza-Norte, no âmbito do Programa de Transferências Sociais Monetárias denominado “Kwenda”, começaram a receber, no sábado, as primeiras quotas monetárias no valor de 25.500 kwanzas cada.

O projecto, de iniciativa presidencial, vai beneficiar, durante um ano, habitantes de 34 aldeias de Quiculungo, com a atribuição mensal de oito mil e 500 kwanzas, a serem entregues de forma trimestral, com o propósito de permitir a criação de pequenas iniciativas económicas que minimizem as carências da população.

Para além do dinheiro, as famílias cadastradas receberam um telemóvel, cada, que serve de instrumento para a introdução, pela primeira vez em Angola, do serviço “Dinheiro no telemóvel”, a ser usado a nível das comunidades sem serviços bancários.

Segundo o director-geral do Fundo de Apoio Social (FAS), Belarmino Jelembé, cada família contemplada vai receber, no seu telefone, trimestralmente, uma mensagem com informações sobre o depósito dos valores correspondentes nas respectivas contas bancárias. “Depois de receber a mensagem, o chefe

de família deve dirigir-se ao agente autorizado, que depois de confirmar a mensagem e a documentação individual, procede de imediato, o pagamento dos valores”, esclareceu.

O responsável acrescentou que, em cada aldeia seleccionada, existe um sistema de bateria solar que vai permitir o carregamento dos telefones que, a par de servir de auxiliar bancário, serão usados para ouvir rádio e comunicar com parentes e amigos.

Belarmino Jelembi informou que o serviço de carregadores solares é outro negócio criado no mesmo programa, a ser gerido por um indivíduo de cada aldeia, que vai cobrar 25 kwanzas por cada carregamento.

Informou, ainda, que, brevemente, vai ser lançada a fase do projecto de inclusão produtiva, que prevê a formação e assistência técnica em agricultura a várias famílias interessadas, que vão, também, receber sementes e inputs, com o objectivo de melhorarem a actividade campesina e reduzir a fome.

O projecto Kwenda foi lançado em Maio, na província do Zaire, e beneficiou, durante a primeira fase, 5.600 famílias em alguns municípios das províncias do Zaire, Huíla, Cunene e Malanje.

Segundo Belarmino Jelembi, foram seleccionados mais 15 municípios de diferentes províncias, tendo avançado a possibilidade de o projecto beneficiar 300 mil famílias até Dezembro e empregar cerca de 900 jovens.

I.8 Kwenda beneficia 30 mil agregados familiares

Jornal de Angola
29 De Outubro de 2020

Quatro meses depois do seu lançamento, 30 mil agregados familiares de cinco municípios do país estão a beneficiar de 25 mil kwanzas, por trimestre, no quadro das transferências monetárias sociais, anunciou, na terça-feira, o director do Fundo de Apoio Social (FAS), Belarmino Jelembi.

Convidado do programa Grande Entrevista da Televisão Pública de Angola (TPA), o responsável deu a conhecer que se prevê, em Novembro, cadastrar sete mil famílias por dia.

A meta do Executivo é 300 mil pessoas dos agregados até final de Dezembro.

Para o efeito, está previsto a mobilização de mil Agentes Comunitários (Adeco) para acelerar o

processo de cadastramento casa-a-casa, por, no seu entender, gerar mais confiança nas famílias.

Conforme o responsável, ao longo da fase piloto, indicadores apontam que a maioria das famílias utiliza esses valores nas necessidades básicas como a compra de óleo, sal e outros.

Considera ilusório achar que o Kwenda vai resolver os problemas todos das comunidades, frisando a necessidade de se encontrar outros mecanismos.

“Quando se fala de valores, deve-se entender que o Kwenda é realizar um direito comunitário ou seja uma contribuição às famílias vulneráveis. Fez saber com que o programa cumpre o conjunto de critérios internacionais e está a ser executado com rigor, disciplina, boas práticas e é de igual modo certificado pelas Nações Unidas e o Banco Mundial, de modo a que as decisões sejam aceitáveis a realidade do país”, reforçou.

Para Belarmino Jelembi, o programa exige persistência, firmeza e bom senso, assentes na disciplina, parcimónia e transparência na festa da coisa pública.

O programa, que visa O programa, que prevê beneficiar um milhão e 608 famílias de todo o país, conta com o financiamento global de USD 420 milhões (320 atribuídos pelo Banco Agência Angola Press Angop - Agência Angola Press | Imprenso em 10-12-2020 | Página 2 de 2 Gerado pelo sistema Mukanda Mundial e 100 milhões pelo Executivo).

O mesmo integra quatro componentes: reforço da municipalização da acção social, através da criação e funcionamento de Centros de Acção Social Integrados (CASI), fortalecimento do Cadastro Social Único, transferências monetárias e inclusão produtiva.

O projecto visa reforçar o sistema de protecção social implementado pelo Executivo angolano e tem seleccionado, numa primeira fase, os municípios de Ombanja, na província do Cunene, Cambundi Katembo (Malanje), Cuito Cuanavale (Quando Cubando) e Caculo (Huíla) e Nzeto (Zaire).

Na fase-piloto, as transferências monetárias estão a ser feitas mediante atribuição de um cartão multicaixa, carregado trimestralmente.

Os beneficiários têm direito a uma renda mensal de 8.500 kwanzas, à razão de 25.500 kwanzas trimestrais.

A pretensão do Governo é mitigar o impacto da pobreza, aumentar a autonomia e as condições

socioeconómicas das famílias em situação de vulnerabilidade.

“Depois de receber a mensagem, o chefe de família deve dirigir-se ao agente autorizado, que depois de confirmar a mensagem e a documentação individual, procede de imediato, o pagamento dos valores”, esclareceu.

O responsável acrescentou que, em cada aldeia seleccionada, existe um sistema de bateria solar que vai permitir o carregamento dos telefones que, a par de servir de auxiliar bancário, serão usados para ouvir rádio e comunicar com parentes e amigos.

Belarmino Jelembi informou que o serviço de carregadores solares é outro negócio criado no mesmo programa, a ser gerido por um indivíduo de cada aldeia, que vai cobrar 25 kwanzas por cada carregamento.

Informou, ainda, que, brevemente, vai ser lançada a fase do projecto de inclusão produtiva, que prevê a formação e assistência técnica em agricultura a várias famílias interessadas, que vão, também, receber sementes e inputs, com o objectivo de melhorarem a actividade campesina e reduzir a fome.

O projecto Kwenda foi lançado em Maio, na província do Zaire, e beneficiou, durante a primeira fase, 5.600 famílias em alguns municípios das províncias do Zaire, Huíla, Cunene e Malanje.

Segundo Belarmino Jelembi, foram seleccionados mais 15 municípios de diferentes províncias, tendo avançado a possibilidade de o projecto beneficiar 300 mil famílias até Dezembro e empregar cerca de 900 jovens.

Maria Joaquim, uma das contempladas, disse estar satisfeita com os primeiros 25.500 kwanzas que recebeu, que vai usar para a compra de chapas de zinco para a melhoria do tecto da residência.

I.9 Analistas dizem que PR 'subestimou' fenómeno do desemprego no país

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2020

Quanto ao mercado do trabalho, o Chefe de Estado apresentou os números do emprego formal, mas em nenhum momento apresentou uma variável do desemprego. Nos números, João Lourenço diz que "apesar de cerca de 19 mil trabalhadores terem encontrado emprego durante o primeiro semestre do

ano, através de centros de emprego ou no contacto directo com as empresas, neste mesmo período a Inspeção Geral do Trabalho registou cerca de sete mil despedimentos e mais de 14 mil suspensões de vínculos laborais, em especial no sector da prestação de serviços, seguido pelo do comércio e indústria, educação e construção civil", lembrou o Presidente.

Apesar de ser um discurso optimista, a realidade, para muitos, é preocupante.

Os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) sobre o emprego em Angola indica que entre Abril e Junho, o País perdeu 332.533 postos de trabalho, com a taxa de desemprego da população com 15 ou mais anos a sair dos 32% para os 32,7%, um Em termos globais, até final de Junho, o País tinha 4.737.747 de angolanos desempregados. Destes, 2.287.079 são jovens, entre os 15 e os 24 anos, revelam os dados do Inquérito sobre o Emprego em Angola (IEA) no II trimestre, compilados pelo Expansão. A faixa etária entre os 15 e os 24 anos é aquela onde existe mais desemprego, representando 50,8%, não apresentando diferenças significativas entre as mulheres (51,0%) e os homens (50,5%).

O empresário Manuel Pinto de Andrade diz que a criação de emprego é uma consequência do "estado de saúde" da economia. "Se as pessoas não têm poder de compra para consumir as empresas fecham e despedem os colaboradores. Acho que nos dias de hoje, para qualquer país normal, fomentar a criação de emprego a partir de políticas de estado que não impactem na economia real. O desemprego só diminuirá se as pessoas fizerem parte do processo de criação de prosperidade mas, para isso, tem de haver poder de compra ou uma oferta de produtos e serviços ajustados à nova realidade macroeconómica", explica o empresário da distribuição.

I.10 ONU apoia programa de combate à fome com 50 milhões USD/ano

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2020

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem desembolsado, anualmente, 50 milhões de dólares para o apoio ao programa de combate à fome e à pobreza no país, informou a sua nova coordenadora residente em Angola.

Falando à margem da audiência concedida, nesta quarta-feira, 21, em Luanda, pelo ministro das Relações Exteriores, Tete António, Zahira Virani

afirmou que o Executivo angolano pode continuar a contar com a ONU em objectivos preconizados, que inclui questões agrícolas, para acabar com a fome e reduzir a pobreza.

"Neste sentido, 50 milhões de dólares por ano são utilizados pela ONU na eliminação da fome e pobreza", frisou a mulher nomeada em Setembro último por António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, para substituir no cargo Pier Paolo Balladelli.

Tété António, que recebeu as cartas credenciais da nova coordenadora residente da ONU em Angola, reconheceu o trabalho e a contribuição das Nações Unidas no desenvolvimento de Angola e o bem-estar das suas populações em vários domínios.

Citado pela agência estatal ANGOP, o ministro das Relações Exteriores referiu que Zahira Virani chega num momento em que o País recebe e valoriza muito mais os apoios, para a solução de problemas que afectam também o mundo.

O governante acrescentou que a coordenadora será a porta-voz da instituição em Angola e vai velar pelos projectos de bem-estar das nossas populações.

O titular do sector diplomático do País acrescentou que Angola vai continuar a fazer que seja um membro que jogue o seu papel na organização, para que receba desta o devido prestígio.

Covid-19: Estudos em curso para redução do impacto

Sobre a Covid-19, a nova coordenadora residente da ONU em Angola afirmou que o mundo está no mesmo barco, mobilizando-se recursos, em virtude de a crise afectar vários sectores que precisam de imediatas intervenções.

A canadiana 'Zahira Virani adiantou estar-se a elaborar pesquisas e relatórios, para que o impacto social e económico não seja tão grande.

O papel determinante e a liderança de Angola na manutenção da paz na sub-região africana, entre outros, também mereceram referências por parte da responsável da ONU.

Zahira Virani antes havia ocupado o cargo de coordenadora residente das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe. Já exercera outros cargos de relevo a nível do Programa das Nações para o Desenvolvimento (PNUD).

2. MICROFINANÇAS

2.1 Morosidade do crédito inquieta cooperativa

Jornal de Angola

4 De Outubro de 2020

Texto: Kayila Silvina

Representantes de cooperativas e associações agrícolas de Mbanza Kongo, Zaire, manifestaram-se, sexta-feira, preocupados com a morosidade verificada no processo de concessão de crédito bancário no âmbito do programa de alívio económico instituído pelo Executivo.

Em declarações proferidas à margem do acto de encerramento da 1ª Feira Municipal do Campo, realizada em Mbanza Kongo, representantes de cooperativas pediram que o Governo Provincial os defenda junto do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), para que o processo seja célere.

O representante das cooperativas de camponeses da região, Fernando Paulo, valorizou o programa de alívio económico, tendo sublinhado que o crédito bancário concedido vai permitir o aumento da produção agrícola, bem como contribuir para a diversificação da economia nacional.

Fernando Paulo notou que a feira, que contou com a participação de 14 cooperativas agrícolas, serviu de oportunidade para mostrar as potencialidades agrícolas da região e para troca de experiência entre os produtores.

Durante os três dias de feira, o Jornal de Angola, constatou que a produção agrícola local gera uma oferta diversificada, provendo produtos como mandioca, banana-pão, banana de mesa, feijão, abacaxi e hortícolas.

A vice-governadora do Zaire para o sector Económico, Político e Social, Fernanda Guerra, advertiu as cooperativas agrícolas seleccionadas para financiamento a trabalharem com maior responsabilidade, para cumprir com os pressupostos do memorando assinado com o BDA a 23 de Setembro último.

2.2 O micro -crédito, os bancos e os nossos empresários

Jornal de Angola

7 De Outubro de 2020

Texto

O micro-crédito é uma experiência que deu resultados em vários países em que havia pobreza extrema. Milhares de famílias em países com níveis elevados de pobreza puderam, com o micro-crédito, realizar diversos negócios e, por via disso, assegurar a sua sobrevivência.

A experiência do micro-crédito continua a ser estudada por muitos países, particularmente agora que a pandemia de Covid-19 está a causar graves problemas a milhões de pessoas que têm sido afectadas pelas elevadas taxas de desemprego em várias partes do mundo.

Pequenas, médias e grandes empresas estão a ir à falência em muitas partes do mundo, estando Estados a considerar a possibilidade de se operacionalizar a concessão de micro-crédito, que envolve pequenos montantes em termos monetários, mas que podem ajudar muitos milhares de pessoas.

Em tempo de crise, uma das principais preocupações dos Governos é aquecer a economia, para reduzir o desemprego, adoptando políticas que incentivem a produção e reduzam custos para pequenas e médias empresas, a fim destas poderem estar em condições de continuar a contribuir para o crescimento da economia.

Em fase de crise, um dos grandes aliados do Estado deve ser a banca comercial, que tem dinheiro para conceder crédito, de que precisam os investidores, estejam eles em pequenos, médios ou grandes negócios. A nossa economia, por exemplo, precisa de investidores em vários sectores produtivos e de todas as dimensões.

É intenção do Governo incentivar a diversificação da economia, estando a tomar, na parte que lhe cabe, as medidas necessárias para que isso seja um facto. Acredita-se que daqui a alguns anos o país venha, não só a produzir produtos diversos, mas também a distribuí-los por todo o território nacional e até a exportar para regiões do mundo em que possamos ter vantagens competitivas.

O micro-crédito serve para resolver problemas graves derivados da pobreza extrema, nesta fase de crise económica e sanitária, mas a nossa banca comercial não deve perder de vista que pode ir mais longe, financiando projectos de maior dimensão, para que os nossos empresários (os verdadeiros empresários, sublinhe-se), que precisam de recursos financeiros possam ajudar Angola a crescer economicamente.

É entretanto importante que haja crédito barato no mercado financeiro, para que os potenciais investidores possam recorrer aos bancos para conseguirem dinheiro para a concretização dos seus projectos. Os bancos comerciais devem começar a acreditar que há em Angola empresários sérios, patriotas e interessados em trabalhar em prol de uma Angola próspera e que só querem ganhar dinheiro honestamente.

2.3 Programa de fomento da agricultura familiar

Jornal de Angola

09 De Outubro de 2020

Texto: Martins Chambassuco

O Governo vai disponibilizar, até ao final de 2022, 271 milhões kz o desenvolvimento do Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pesca Familiar (PIAAPF), aprovado pelo Decreto Presidencial nº 227/20, de 4 de Setembro. Só este ano, o programa vai receber 82,7 mil milhões Kz, enquanto que para 2021 e 2022, o orçamento deverá cifrar-se nos 98,3mil milhões.

É o primeiro plano do género para o desenvolvimento da agricultura familiar em Angola e tem como objectivo o incremento da produção nacional, bem como o investimento na cadeia de valor. O programa assenta em quatro eixos, nomeadamente, o reforço da capacidade institucional, fomento da produção, apoio logístico e financiamento. Essas acções vão ser desenvolvidas, tendo em conta os impactos socioeconómicos da Covid-19 e com o objectivo de manter a segurança alimentar em Angola.

Com essa iniciativa, de acordo com o PIAAPF, o país as importações e diversificar as exportações, uma vez que com a pandemia, vários países estão a tomar as medidas de restrições das exportações. "Este cenário obriga Angola a acelerar o processo de aumento da produção nacional como medida de resiliência para reduzir o impacto socioeconómico' da pandemia", indica o decreto.

A ser desenvolvido até 2022, o PIAAPF vai contar com o esforço combinado do sector público e privado, embora o Estado tenha o maior encargo com o OGE especificamente nas despesas de apoio ao desenvolvimento. O programa reconhece que o País encontra-se num estágio em que o sector agropecuário e pesqueiro carece de acções de carácter de fomento.

Para responder às dúvidas, o plano procurou salvaguardar que parte do investimento feito pelo Estado seja reembolsada pelos beneficiários, pelo que, grandes partes das acções definidas serão implementadas no âmbito de modelos bem estruturados, garantindo o retorno do capital investido na proporção definida para que o programa seja sustentável e abrangente.

Assim, para o ano de 2020, o orçamento necessário para a agricultura familiar no fomento à produção é fixado em 82,7 mil milhões Kz, dos quais 20 mil milhões deverão ser financiados pelas receitas fiscais do OGE revisto 2020 e 62,7 mil milhões Kz pelo sector privado, através da operacionalização das linhas de crédito disponíveis, nomeadamente o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA), Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura (FDPA), Fundo de Desenvolvimento de Café de Angola (FDCA), por ser a primeira linha de apoio às famílias do sector agrário e pesqueiro, no valor de 15 mil milhões Kz para este ano e as linhas de crédito do BDA Para os dois anos seguinte 2021 e 2022, o PIAAPF está orçado em 98,3 mil milhões Kz para cada ano dos quais pelo menos 35,7mil milhões deverão ser financiados pelo OGE e 62,7mil milhões pelo sector privado através da operacionalização das linhas de crédito do FADA, BDA e outras disponíveis no decreto nº 98/20, de 9 de Abril sobre o alívio financeiro das empresas.

O PIAAPF prevê assistir de forma directa cerca de 1 milhão de famílias este ano, 1,1 milhões em 2021 e 1,2 milhões em 2022 das 3,0 milhões de famílias existentes no meio rural, com assistência técnica, disponibilidade de sementes, fertilizantes e factores de produção. A medida foi adoptada tendo em conta os desafios que a produção agro-pecuária e pesca familiar tem enfrentado para o seu desenvolvimento, como o acesso equitativo à terra, água, pouca cobertura de assistência técnica, facilidades de crédito, falta de disponibilidade de factores de produção e artefactos de pesca apreços competitivos.

Olhando para essas dificuldades, o agrónomo Fernando Pacheco, reconhece que esse tem sido o grito dos operadores do subsector da agricultura familiar e de muitos empresários.

"Uma das afirmações mais simpáticas do PIAAPF está na sua visão: tornar a agricultura familiar competitiva e relevante no novo paradigma de desenvolvimento económico e social do País. Mas assaltam-me algumas dúvidas. A primeira diz respeito ao 'novo paradigma'. Desde a sua aprovação, tenho manifestado reservas em relação ao PRODESI. Não só em relação aos seus propósitos, mas sobretudo em relação à sua operacionalização. Um programa que repousava em empresas que não existiam em número e qualidade suficientes, dificilmente daria certo", afirma Fernando Pacheco, tendo lembrado que "as dificuldades na aprovação de crédito é um bom exemplo".

"As instituições públicas que têm por função orientar, acompanhar e dar suporte às empresas e à burocracia são muito frágeis em recursos humanos e em condições de trabalho, e muitas delas ainda funcionam tendo a gasosa como principal combustível. Refiro-me aos ministérios, às conservatórias, aos mais diversos serviços de licenciamento, aos gabinetes dos governos provinciais, aos tribunais. Confronto-me com estas situações na minha actividade profissional. Concluo, pois, que o desejável 'novo paradigma' deve ser clarificado e afinado para poder servir de referência", refere o agrónomo.

Apesar de muitas inquietações que se levantam à volta do programa, o agrónomo Fernando Pacheco, louva a iniciativa e diz que sempre defendeu uma intervenção profunda e directa para o desenvolvimento da agricultura familiar em todo o território nacional.

2.4 Cooperativas agrícolas recebem financiamento

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2020

Texto: Kayila Silvina

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) disponibilizou 400 milhões de Kz para financiar 18 cooperativas agrícolas na província do Zaire, à luz das medidas de alívio económico criadas pelo Executivo.

A informação foi dada pelo director do Gabinete Provincial do Desenvolvimento Económico Integrado do Zaire, Sabino da Conceição, à margem do acto de assinatura de contrato entre uma empresa denominada "Chalon" e três cooperativas agrícolas do Kuimba.

Sabino da Conceição disse que, das 18 cooperativas seleccionadas a nível da província do Zaire, 10

operam no ramo do Comércio e Distribuição, que têm a obrigação de comprar os produtos agrícolas, a partir dos campos, e distribuir nas grandes zonas de consumo.

O responsável fez saber que cada operadora comercial beneficiou de 23 milhões e 500 Kz, que devem ser reembolsados, num período de dois anos, após o fim dos seis meses de graça.

O director do Gabinete Provincial do Desenvolvimento Económico Integrado do Zaire reiterou o apelo às demais operadoras de comércio e distribuição no sentido de celebrar contratos com as cooperativas agrícolas, para que a região tenha um circuito económico mais dinâmico e eficiente.

Lembrou que o programa de Alívio Económico está a ser dirigido pelos ministérios das Finanças e da Economia e Planeamento, com o objectivo de elevar os níveis de produção na campanha agrícola 2020/2021, reduzindo, deste modo, as importações.

Sabino da Conceição disse que o seu pelouro e o Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) estão a trabalhar na divulgação dos pacotes de financiamentos, inseridos no Prodesi, a nível dos seis municípios da província, nomeadamente Soyo, Nzeto, Tomboco, Nóqui, Kuimba e Mbanza Kongo, para permitir que haja maior adesão dos empresários e operadores de comércio.

O gerente da "Chalom", uma das beneficiárias do crédito do BDA, no município do Kuimba, Kakuvetuka Mfuavata, revelou que a sua empresa recebeu um crédito no valor de 70 milhões e 500 mil de Kz, tendo já celebrado contrato com três cooperativas agrícolas, nomeadamente a Ntinti Lulendo, Tusamba e Tutonda.

Kakuvetuka Mfuavata disse que a "Chalon" vai investir na aquisição, armazenagem e revenda de produtos agrícolas, como mandioca, tomate, repolho, cebola, feijão, jinguba, nos mercados do Kuimba, Mbanza Kongo, Soyo e capital do País, Luanda.

2.5 Banca está a avaliar 250 novos projectos

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2020

Texto: Ana Paulo

A banca comercial angolana está a negociar a viabilidade de financiamento imediato para 250

projectos no quadro do apoio ao crédito do Ministério da Economia e Planeamento.

No briefing de ontem, na sede do ministério, em Luanda, o secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, fez saber que na semana transacta foram registados 186 novos pedidos no âmbito do Projecto de Apoio de Crédito (PAC). O total de pedidos está agora contabilizado em 5.276, dos quais 2.948 reuniram os requisitos e encontram-se activos na base de dados.

Mário Caetano João disse, por outro lado, que 1.308 projectos estão na fase de constituição do dossier de crédito, representando cerca de 45 por cento dos activos.

Quanto aos pedidos de financiamento recebidos nos últimos sete dias, o secretário de Estado para a Economia diz terem transitado para a fase de negociação 76 projectos, com a intenção de produção de bens essenciais, casos do milho (23), feijão (9), mandioca (24) e tomate e a batata rena (10 cada). Os respectivos promotores estão distribuídos pelas províncias do Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Luanda, Malanje, Moxico, Uíge e Zaire.

Ainda nos processos das linhas de financiamento junto das cooperativas, após o envio dos dossiers de crédito de 91 cooperativas, foram já remetidos ao Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) os processos de mais 30 cooperativas, perfazendo o total de 121 dossiers entregues até ao momento.

Neste mesmo âmbito do financiamento às cooperativas e às empresas, o Governo Provincial do Namibe, com a participação do Ministério da Economia e Planeamento, realizou um encontro com os representantes dos Bancos Sol, BPC, Standard Bank, BFA, Caixa de Angola, BAI, BIC, Banco Económico e Banco Millennium Atlântico.

No encontro, foram abordados temas como a abertura de contas bancárias das cooperativas, bem como os instrumentos e produtos financeiros para o sector do Turismo. Foi abordado também o processo de desburocratização de alguns dos actos administrativos.

2.6 FACRA dispõe de 4 mil milhões de kwanzas para financiar empreendedores

Jornal de Angola

30 De Outubro de 2020

Texto: Alberto Domingos

O Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) exortou às sociedades e cooperativas de micro-crédito, a serem mais ágeis na concessão de empréstimos aos empreendedores e comerciantes. De acordo com o coordenador da Comissão de Reestruturação do FACRA, Teodoro Poulson, que falava ao *Jornal de Angola*, afirmou que a agilidade na concessão de micro-crédito vai permitir aliviar as consequências da pandemia da Covid-19 aos empreendedores.

Teodoro Poulson assegurou que em cumprimento ao disposto no Decreto Presidencial 98/20, de 9 de Abril, o FACRA foi orientado a financiar as sociedades de micro-crédito e cooperativas de crédito com um montante de quatro mil milhões de kwanzas.

Teodoro Poulson assegurou que com esta linha de financiamento, aguarda-se mais rigor nas operações para que se consiga dinamizar a actividade das microempresas, incentivar a criação de emprego e autoemprego, reduzir as assimetrias regionais, a informalidade na economia e permitir simultaneamente o aumento da inclusão financeira e social.

“As sociedades de micro-crédito e cooperativas de crédito devem agir seguindo sempre a linha de actuação, mas sem interferir na sua própria forma de actuar”, disse. Por isso, assegurou, vai ser feito um acompanhamento através de mecanismos próprios, nomeadamente, pelo Comité de Acompanhamento e Supervisão, que terá a missão de monitorar e avaliar a todo o tempo, o desempenho da OMC, especialmente no que se refere à estratégia e políticas de disponibilização de micro-crédito às microempresas e micro-empreendedores.

Através do Sistema Integrado de Gestão da Operacionalização do Micro-crédito (SIGOM) e por via de relatórios de actividades mensais sobre o ponto de situação de todos os pormenores relativos à operação, o FACRA também vai acompanhar o processo de concessão de micro-crédito.

No que toca à documentação para a concessão de micro-crédito, Teodoro Poulson afirmou que devem os empreendedores apresentarem o Bilhete de Identidade (BI), Cédula de Nascimento, Cartão eleitoral, Cartão de Baptismo, documentos da empresa. O coordenador da Comissão de Reestruturação do FACRA reiterou que os empreendedores estão em pé de igualdade, para concorrer ao financiamento, visto que a ideia é atingir o maior número de empreendedores possíveis.

“É importante referir que as empresas e as famílias fazem parte da estratégia do Executivo, o que pretendemos é a transferência destes grupos no sector formal da economia, ou seja, levá-los a bancarizar os seus rendimentos e cumprirem com as normas das instituições afins, como por exemplo o alvará, licenças e outros documentos necessários para o exercício de uma actividade económica”, disse.

Sobre o estado actual do FACRA, Teodoro Poulson garantiu que a instituição neste preciso momento encontra-se em reestruturação, com o objectivo de se implementar um modelo de gestão mais adaptado ao actual contexto da economia. Este modelo, salientou, vai permitir alcançar os objectivos decorrentes da sua missão, que é contribuir para o processo de diversificação da economia, geração de emprego qualificado, aumento da produção nacional e da competitividade das MPME.

2.7 BDA financia 400 milhões Kz em projectos agrícolas

Jornal Expansão
23 De Outubro 2020

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) disponibilizou 400 milhões Kz para financiar 18 cooperativas agrícolas na província do Zaire, no âmbito do Programa de 'alívio económico' do Governo e dos bancos comerciais, que tem como objectivo elevar os níveis de produção da campanha agrícola 2020/2021, de acordo com dados do banco, citados pelo director provincial do gabinete de Desenvolvimento económico integrado, Sabino da Conceição.

Das 18 cooperativas seleccionadas, 10 operam no ramo do comércio e distribuição, que têm a responsabilidade de adquirir os produtos agrícolas, fornecidos pelas restantes 8 cooperativas, a partir dos campos, e distribuir nas grandes zonas de consumo. Sabino da Conceição falava à margem do acto de assinatura de contrato entre a empresa Chalon e três cooperativas agrícolas no município do Kuimba, com as cooperativas a levarem, individualmente, 23,5

milhões Kz, cujo prazo de reembolso foi estabelecido a gestor solicitou o envolvimento de outras empresas dos sectores do comércio e distribuição, no sentido de celebrarem contratos com as cooperativas agrícolas, para que a região tenha um circuito económico mais dinâmico e eficiente,

Também clarificou que o programa de alívio económico está a ser dirigido pelos ministérios da Finanças e da Economia e Planeamento. "Estamos a trabalhar com o Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), a fim de garantir maior divulgação dos pacotes de financiamento, inseridos no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação e Substituição das Importações: (Prade SI), a nível dos seis municípios da província para permitir que haja maior adesão dos empresários da região", disse.

Por sua vez, o gerente da Chalon, Kakuvetuka Mfuavata, antecipou já onde é que a sua organização vai investir, com destaque para armazenagem e revenda de produtos agrícolas, como mandioca, tomate, repolho, cebola, feijão e ginguba, nos mercados dos municípios do Kuimba, Mbanza Kongo, Soyo bem como na província de Luanda.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Pescadores criam cooperativa para reduzir custos do pescado

Novo Jornal

2 De Outubro de 2020

Texto: Martins Chambassuco

Um grupo de 12 armadores, na Ilha de Luanda, juntou-se e formou a cooperativa de pescadores Mestre Joaquim Barros, com o objectivo de criar a cadeia de comercialização mais facilitada para os consumidores sem a participação dos intermediários que muitas vezes chegam a encarecer, duas vezes mais, o pescado.

Com uma frota de 21 embarcações para a pesca artesanal, semi-industrial e industrial e com a participação de 420 pessoas entre oficiais e marinheiros, a iniciativa ajuda a formalizar a actividade pesqueira de muitos pescadores e propõem-se, entre os vários desafios, a facilitar a comercialização do pescado a custos reais, apostando no processamento, armazenamento e distribuição para gerar mais renda para os seus associados, através de uma cadeia formal.

Há quatro meses em actividade, a cooperativa foi 'baptizada' com o nome de um dos destacados pescadores do País, Joaquim Barros, e tem uma capacidade de captura diária de 500 toneladas, o que totaliza 7.875 toneladas de pescado ao ano, com destaque para o carapau, sardinha e cavala.

Assente na máxima de que são necessárias-estruturas em terra para valorizar os produtos do mar, a cooperativa prevê beneficiar não só os seus associados, mas também o consumidor final, que terá o preço real do produto.

"Vamos procurar reduzir os custos, eliminando os intermediários que se colocam em todas as fases da produção pesqueira e na obtenção da matéria-prima, transformação industrial e comercialização", explica Miguel Oliveira, lembrando, por outro lado, que, coma cooperativa, a questão dos motores para as embarcações e outros equipamentos de pesca estará assegurada para todos associados.

Em termos de benefícios, os associados, que vão ao mar de Terça-feira a Sábado, são obrigados a reverter para a cooperativa 10% da sua captura diária, que

depois de comercializada vai para o fundo da agremiação.

Sem um suporte financeiro da banca, os promotores acreditam que a cooperativa, formada pelos descendentes do homem que dá o nome à organização, vai garantir a formalização da actividade pesqueira artesanal e conservação do pescado, entre outras valências.

Falando em nome da 'Mestre Joaquim Barros', Miguel Oliveira explica que o pescado capturado pelos armadores, depois de processado vai parar ao entreposto de pescado e frigoríficos em Viana, onde é distribuído para as superfícies comerciais e às zungueiras. Com a cooperativa, os membros esperam que sejam o canal único de comercialização do pescado que capturam até ao consumidor final.

Várias razões estão na base da criação desta cooperativa de pescadores. Aliás, sem rodeios, Miguel Oliveira reconhece que os intermediários encarecem o produto e a falta de união entre os armadores também pesou na decisão.

"Muitas vezes vendemos uma caixa de carapau a 20 mil Kz e acaba ser revendida a 60 mil, ou seja, o consumidor é obrigado a pagar duas vezes mais que o preço real. Já temos um entreposto em Viana onde atendemos a todos os consumidores e pensamos que estamos no bom caminho", sublinha o empresário, lembrando ainda que o País não precisa de importar pescado como acontece todos os meses.

Para Miguel Oliveira, "o problema está na governação e na falta de união dos armadores", que, na visão do responsável, "muitas vezes colocam os interesses pessoais acima de tudo, para criar dificuldades a actividade pesqueira". "Temos exemplos de armadores que se dedicam à pesca dimersal (pescas por arrasto), mas, para nós, essa prática é nociva ao ambiente", refere.

O líder da cooperativa defende que a actividade pesqueira individual acarreta muitos custos, nomeadamente a falta de infra-estruturas de acondicionamento, conservação e transporte dos seus produtos, o que muitas vezes se traduz na deterioração do pescado.

Ao explicar a forma de actuação da cooperativa, Miguel Oliveira descreve que a organização "marca a diferença" na forma como captura o pescado, através da pesca artesanal, semi-industrial e industria. Aliás, admite que os associados com embarcações industriais são proibidos a praticar a pesca dimersal ou de arrasto.

Segundo Miguel Oliveira, essa gestão e centralização das suas capturas permite um posicionamento diferenciado dos demais grupos empresariais presentes no mercado. Ao trabalhar sem intermediários, a cadeia de comercialização do pescado é mais curta, e, conseqüentemente, mais justa, o que também beneficia o consumidor, de acordo com a gestão do projecto.

Depois de Luanda, a previsão é instalar a cooperativa no interior do País, precisamente no Bié e Huambo, com a criação do centro de distribuição de pescado. Pela voz do seu líder, os associados reconhecem que o projecto pode mudar a vida de muitos pescadores e da comunidade circunvizinha na Ilha de Luanda, porque a cooperativa tem um peso determinante no desenvolvimento da economia local e nacional.

Com isso, garantem que a implementação da estratégia representou "uma revolução no sector da pesca nacional e possibilitou uma forma mais justa e sustentável de comercialização do pescado dos associados, ou seja, comprar peixe à 'Mestre Joaquim Barros' equivale a adquirir peixe directamente ao pescador, garantindo assim qualidade".

Ser referência na pesca pelágica, evitando a pesca dimersal, consta dos anseios do colectivo de pescadores da cooperativa. "É uma arte passiva, sendo considerada uma das mais selectivas, e logo com menor impacto no meio ambiente, ao contrário de outras menos selectivas e mais nocivas para o ecossistema marinho", rematou Miguel Oliveira.

3.2 Trabalho infantil aumenta nas ruas do Bié

Jornal de Angola

2 De Outubro de 2020

Texto: Matias da Costa

Pelo menos 160 casos de exploração infantil, oito de abusos sexuais e 206 de violência física foram notificados este ano, mediante denúncias públicas, na província do Bié, revelou ao Jornal de Angola o director provincial do Instituto Nacional da Criança, Vasco Cambovo.

De acordo com o responsável, as "vítimas de exploração infantil" não são naturais do Bié, sendo provenientes, na sua maioria, das vizinhas províncias do Moxico e Cuando-Cubango, um quadro que se revela bastante preocupante no tocante ao processo de localização e reunificação familiar, em curso no país.

Vasco Cambovo disse que os autores dos actos de abuso sexual e de violência física contra os menores foram identificados pelas autoridades, depois das denúncias públicas, e os casos estão a ser alvo de tratamento legal junto de órgãos competentes.

O director provincial do INAC pede às autoridades mais cautela na fiscalização dos transportes públicos interprovinciais, sobretudo os comboios do Caminho de-Ferro-de Benguela (CFB) por serem os que mais transportam passageiros do Litoral/Centro e Leste do país.

"Foram detectadas muitas crianças que viajam sem anuência dos pais, sem uma declaração comprovativa que autoriza a viajar e, mesmo assim, passam pelos nossos serviços fiscais" disse o director provincial do INAC.

O número de crianças que procura sobreviver, a partir das ruas na cidade do Cuito, cresce de forma assustadora, como consequência das constantes violações dos seus direitos no seio familiar, afirmou Vasco Cambovo.

A fonte do Jornal de Angola descreve que grande parte desta franja da população deixou o convívio familiar por represálias sistemáticas dos progenitores, prática que se agudizou desde a implementação do

Estado de Emergência e depois do Estado de Calamidade Pública, devido à pandemia da Covid-19.

Para o director do INAC, as crianças e adolescentes "de rua e na rua" perderam a protecção familiar, o que propicia a violação dos seus direitos como o acesso regular à alimentação, o acompanhamento psicomotor, bem como a garantia de vestuário.

Reunificação familiar

Entretanto, o INAC na província do Bié, em parceria com as similares, desenvolve uma série de actividades que permitiram a reunificação de 110 famílias e garantiram o registo de nascimento gratuito a 90 crianças de rua.

A recolha de crianças na rua, principalmente de meninas, tem merecido prioridade nas acções do INAC na província do Bié, por serem as que mais sofrem de abusos sexuais da parte de adultos.

"As meninas são frequentemente violentadas e, por várias vezes, sofrem homicídio. É neste particular que incide a nossa política de protecção, fundamentalmente para que esta franja da população seja protegida sem, contudo, descartar o masculino", concluiu o director do INAC.

A recolha de crianças na rua, principalmente de meninas, tem merecido prioridade nas acções do INAC na província do Bié, por serem as que mais sofrem de abusos sexuais

3.3 População de Cambunze tem novo mercado rural

Jornal de Angola

5 De Outubro de 2020

Texto: Venâncio Victor

A população do sector de Cambunze, na comuna de Quizenga, no município de Cacusó (Malanje), conta, desde sábado último, com um novo mercado rural construído no âmbito do Programa de Combate à Pobreza, avaliado em mais de 38 milhões de kwanzas.

Inaugurado pelo governador provincial de Malanje, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", foi construído numa área de 1.200 metros quadrados e vai albergar cerca de 300 vendedores.

A construção resultou de um amplo diálogo com a comunidade de Cambunze, que conta com oito aldeias e mais de 3 mil habitantes, maioritariamente camponeses. Situado ao longo da Estrada Nacional 230, possui seis cozinhas, armazéns, área administrativa, latrinas para ambos os sexos, gabinete e guarita.

No local serão comercializados produtos cultivados no campo, como mandioca, batata-doce, batata-rena, milho, genguba, feijão, hortaliças, citrinos, entre outros.

O administrador municipal de Cacusó, Caetano Tintas, disse que o projecto vai incentivar a produção local, na medida em que vai servir de mercado de referência para a comercialização dos principais serviços do campo, também para o funcionamento da cadeia produtiva, melhoria da renda familiar e ao aumento da capacidade de receita para o município, mediante o pagamento de fichas diárias.

Garantiu que projectos idênticos vão continuar, visando construir pequenos mercados rurais nas restantes comunidades. Destacou, ainda, que, a par da entrega dos cartões ambulantes às vendedoras, estas beneficiarão, igualmente, de uniforme próprio para os dias de venda.

Apelo à segurança

Catarina João, vendedora, visivelmente satisfeita, apelou para a necessidade de mais e melhor segurança policial no local face à crescente onda de assaltos que se regista na zona.

O soba do sector de Cambunze, Domingos Manuel Simão, mostrou-se regozijado, porque, conforme sublinhou, o povo deixará de comercializar debaixo do sol, o que contribui para a conservação dos produtos.

O governador de Malanje, Norberto dos Santos, referiu que o investimento feito no âmbito do programa de combate à pobreza é um "bem público" que deve ser preservado por todos, para que os viajantes que chegam à província possam encontrar e adquirir alimentos no mercado.

Frisou que o novo mercado serve, igualmente, de incentivo à prática da agricultura, obtenção da renda familiar e para o desenvolvimento social e económico do município de Cacusó.

3.4 Covid-19 coloca no desemprego mais de 240 taxistas em Luanda

Jornal de Angola

8 De Outubro de 2020

Texto: Augusto Cueta

Mais de 240 indivíduos que desenvolviam a actividade de táxi a nível da província de Luanda caíram no desemprego, nos últimos meses, por causa dos efeitos negativos da pandemia da Covid19, anunciou ontem o presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (Anata).

Francisco Paciente revelou que 120 motoristas e igual número de cobradores, todos associados da ANATA, viram-se sem trabalho, depois dos patrões (titulares das viaturas) perderem capacidade financeira para suportar os gastos com a manutenção e reposição de acessórios, e após certas medidas constantes nos Decretos Presidenciais sobre o Estado de Emergência e sobre a Situação de Calamidade Pública.

O presidente da ANATA explicou que, com as declarações do Estado de Emergência e da Situação de Calamidade Pública, por causa do novo corona vírus, o período de "funcionamento dos serviços de táxi foi reduzido" assim como os referidos veículos não podiam ultrapassar, inicialmente, um terço da sua capacidade de lotação de passageiros, depois os 50 por cento e, agora, os 75%.

Com essa redução do tempo de operacionalidade diária, que se verificou até 8 de Setembro, e da lotação, avançou que a produção líquida diária de 18mil Kwanzas baixou para 12 ou dez mil, o que retirou a capacidade de sustentabilidade dos veículos principalmente naqueles proprietários que não

dispunham de fundos ou reservas para enfrentar anova realidade que o país vive.

"Hoje, muitas viaturas foram retiradas das linhas de operacionalidade, algumas estão paralisadas, por avarias, por causa de os custos com a manutenção serem maiores que os resultados da produção. E a consequência é termos colegas no desemprego" lamentou.

O responsável da associação. Criticou ainda o facto de muitos patrões, em função da redução dos 18mil para 12 ou dez mil Kwanzas, preferirem " outros motoristas, não afectos à ANATA, que encurtam rotas, cobram mais do que os 150 Kwanzas, no sentido de manterem os valores iniciais.

Para minimizar as dificuldades que os referidos taxistas desempregados enfrentam, Francisco Paciente, que falava no quadro das festividades do quinto aniversário da celebração do Dia Nacional dos Taxistas (5 de Outubro), anunciou,, para o próximo sábado, o lançamento de uma campanha de solidariedade em benefícios desses associados e de comunidades mais carentes de Luanda.

Essa actividade de recolha de contribuições para a solidariedade é composta por 120 membros de uma brigada de acção social, que presta ajuda com cestas básicas, em transporte e, até, facilitação de apoios a funerais e outros serviços.

Táxi Universitário

No âmbito das suas acções de prevenção à covid-19, a Anata vai colocar ao serviço da população estudantil da província de Luanda o programa "Táxi Universitário a ser lançado, igualmente neste sábado, em cerimónia que ocorre no Campo E valente do Golfe2, no município do Kilamba Kiayi.

Com o programa " Universitário", Francisco Paciente acredita que o transporte e mobilidade dos alunos, com o reinício das aulas nos diferentes subsistemas de ensino, vai ganhar outra dinâmica, principalmente em zonas distantes das universidades e instituto superiores e médios.

Os alunos interessados explicaram o presidente da Anata, devem participar com valores que vão dos 18 mil aos 25 mil kwanzas, mensalmente.

Estes dinheiros devem ser entregues às associações de estudantes, que, por sua vez, devem fazer chegar o montante à Anata, nos primeiros dez dias de cada mês.

Francisco Paciente avançou que, numa primeira fase, a associação tem já mobilizados mais de 200 veículos

em bom estado técnico e motoristas treinados para o transporte dos alunos que devem estar devidamente identificados.

Os taxistas do projecto "Táxi Universitário" vão operar, maioritariamente, nas rotas Zango 8.000/Benfica/Talatona e da vila de Viana para Mutamba, além de outras zonas que surjam em função das solicitações. "Os alunos e a Anata devem acertar detalhes sobre as horas de recolha no ponto residencial e de saída da escolha", disse.

Jornadas do taxista

Quanto às jornadas do dia nacional dos taxistas, que decorrem sob o lema «Taxistas unidos, rumo à profissionalização e dignificação da classe», a Anata vai contar, na actividade de sábado, no Golf 2, com a participação de árias entidades governamentais, com destaque para a ministra da juventude e Desportos, que vai dissertar sobre o tema «Políticas públicas para a juventude taxista».

As jornadas nacionais dos taxistas decorrem, desde 2015, nas primeiras semanas de Outubro, em homenagem a um grupo de taxistas que, em Luanda, se manifestou contra medidas do Governo, o que levou a prisão de 140 jovens taxistas.

3.5 Pesca artesanal recebe apoios

Jornal de Angola

12 De Outubro de 2020

Fernando Neto

O Instituto de Pesca Artesanal (IPA) entregou dez embarcações de madeira com os respectivos motores a popa, a igual número de cooperativas no município do Nzeto, província do Zaire, para o fomento da actividade pesqueira, cuja cerimónia foi orientada pela secretária de Estado das Pescas, Esperança da Costa.

A par das embarcações, com oito metros de comprimento e motor de 40 cavalos, as cooperativas receberam ainda linhas, anzóis, redes, bóias e colectes salva-vidas.

A secretária de Estado das Pescas disse que o Ministério da Agricultura e Pescas, através do Instituto de Pesca Artesanal (IPA) criou subprograma de Fomento à Pesca Artesanal com vista ao aumento de postos de emprego, e consequentemente a captura de pescado com qualidade nutricional que garanta a segurança alimentar das populações.

"A finalidade é que os jovens pescadores artesanais, agrupados em cooperativas, que estão a receber formações do Inapem e do Fundo das Nações

Unidas para Alimentação (FAO), possam progredir e ter acesso a outros programas do Executivo, com vista a melhorar o negócio e criarem pequenas empresas”, frisou Esperança da Costa.

Reembolso dos meios

Por seu turno, o director geral do Instituto de Pesca Artesanal e da Aquicultura, Nkosi Luyeye, esclareceu que, as cooperativas beneficiadas vão reembolsar os valores monetários investidos pelo Estado na aquisição dos referidos equipamentos, mas terão um período de graça.

“Cada embarcação custou um milhão e 100 kwanzas. As cooperativas já receberam o termo de entrega dos meios, posteriormente terão acesso ao contrato onde estão especificados os valores do crédito e como vão reembolsar mensalmente depois do período de graça de um ano”, explicou Nkosi Luyeye.

Centro de Apoio

Esperança da Costa visitou o Centro de Apoio à Pesca Artesanal no Nzeto, cujas obras terminam em Novembro próximo.

As obras, financiadas pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e pelo Executivo angolano, orçadas em 40 milhões de dólares comportam áreas de Processamento do Pescado, Produção de Farinha de Peixe, Congelação, Conservação, Fábrica de Gelo, entre outros compartimentos.

3.6 40 Vendedoras recebem meios para comercializar produtos

Jornal de Angola

17 De Outubro de 2020

Texto: Alexa Sonhi

A administração do município de Cacuaco, em Luanda, atribuiu, ontem, 25 bancadas fixas feitas de ferro e 15 carrinhos para venda de banana, bombó e milho assado com jinguba a igual número de vendedoras, no quadro de Combate à Fome e à Pobreza.

O administrador municipal da circunscrição, Auxílio Jacob, disse que a entrega de kits pretende acabar com a venda ambulante na rua principal da Vila. Sublinhou que muitas destas vendedoras têm causado muita confusão na via pública, além de criarem dificuldades aos automobilistas que circulam no perímetro que sai do carrossel à área que fica antes da ponte azul.

Auxílio Jacob acredita que as vendas destes produtos, que passam a ser feitas nos carrinhos, vai, com certeza, dar maior dignidade às vendedoras, segurança aos compradores, porque doravante os produtos vão ser apresentados com mais higiene.

Por outro lado, disse que, além da distribuição de kits, também a administração facilitou a aquisição do bilhete de identidade, cartões de contribuinte e de vendedor ambulante, para facilitar o exercício da actividade de forma segura. Com os tais documentos, facilmente poderão transferir dinheiro para a Segurança Social, olhando para o futuro, quando já não tiverem forças para continuarem a trabalhar.

O administrador fez saber que serão montadas, no final do ano, na via principal da Vila de Cacuaco, 200 bancadas. Já em relação aos carrinhos de venda de produtos (banana assada, milho, bombó e jinguba) está prevista a entrega de 50 carrinhos, para permitir que mais mulheres possam continuar a vender.

Ainda ontem, foram igualmente entregues 50 kits para a venda de café, a um grupo de jovens que se dedicavam à prostituição na Vila de Cacuaco. Além dos kits, também receberam formação intensiva de dois dias, ministrada por técnicos da Direcção da Acção Social, Família e Promoção da Mulher. De acordo com o administrador municipal de Cacuaco, com todos os documentos tratados, incluindo o cartão de contribuinte, as vendedoras ambulantes vão sair do mercado informal para o formal, porque já pagam a segurança social.

Satisfação das vendedoras

Rosa Matos, 22 anos, vendia banana assada com jinguba e fazia recurso ao fogareiro, próximo da estrada da Vila de Cacuaco. “Diariamente eram surpreendidas pelos fiscais que corriam connosco. Várias vezes os nossos produtos eram atirados ao chão e esmagados”.

“Agora, com estes carrinhos que acabo de receber, passo a assar as bananas e torrar a jinguba com mais segurança e já não terei razões para fugir dos fiscais”, precisou.

Teresa Vieira, 30 anos, é vendedora ambulante há cinco anos. Conta que todos os dias chega cansada a casa, de tanto esquivar os fiscais. Mas agora fica tudo mais fácil trabalhar.

3.7 Mulheres exploram pedras e areia em condições desumanas

Novo Jornal

18 De Outubro de 2020

Texto: Suzana Mendes e João Faria

Seis dias por semana, Juliana Tchopeto, residente no município da Cela, dirige-se a um riacho para retirar areia. Mergulha na água turva do pequeno rio, e, com auxílio de uma pá, retira o inerte do seu leito, que depois deposita num ponto próximo. Diariamente, a mulher, de 39 anos, faz este trabalho em média por doze horas, chegando a mergulhar mais de vinte vezes para conseguir uma quantidade suficiente de areia para vender à beira de uma estrada próxima. Esta é a rotina de centenas de mulheres que exploram inertes naquele município da província do Kwanza-Sul para garantir o sustento das suas famílias.

Um dos pontos de extracção localiza-se no bairro Mbuandangue, no município da Cela, onde muitas mulheres se dirigem diariamente a um riacho local com pás e banheiras para retirar areia. Elas mergulham quase a totalidade do corpo, ficando apenas com a cabeça fora da água e retiram areia, repetindo este movimento dezenas de vezes. Muitas levam os filhos, incluindo crianças com menos de um ano de idade, que ficam na beira à espera que as mães terminem a jornada de trabalho. Os mais crescidos têm a tarefa de recolher folhas e lenha para mais tarde as mães fazerem a única refeição do dia.

Juliana Tchopeto está envolvida no negócio há vários anos sendo uma das mulheres mais antigas que se dedica a extrair a areia do leito do rio. Contou-nos que começou a fazer o trabalho em 2008 porque tanto ela como o marido estavam desempregados, com 8 filhos para criar e sem qualquer fonte de sobrevivência.

Após várias horas de trabalho, ela carrega a areia retirada da água até à estrada mais próxima e aguarda por clientes. A espera, na maior parte das vezes, é longa. "Vendemos cada monte de areia por dois mil kwanzas, mas muitas vezes o cliente reclama e fica por mil e quinhentos. Aceitamos baixar o preço, só para ter alguma coisa para comer em casa", explicou. Diariamente, revelou, consegue em média três mil kwanzas mas, nos dias em que há poucos, clientes acumula apenas dois mil.

"O dinheiro não chega, é apenas para dar alguma coisa para os meus filhos comerem, porque o meu marido até agora não está a trabalhar e as crianças precisam de comer e estudar", acrescentou Juliana enquanto despejava mais uma pá retirada do rio em meio a lamentos na língua local que ela expressava

numa canção improvisada. "A minha vida é muito difícil", resumiu.

Já Júlia Benjamim, 23 anos, residente no bairro Kingango, faz também o mesmo trabalho. Lamenta o trabalho penoso e aguarda por apoio do Governo porque diz estar cansada "de tanto sofrimento". Contou-nos que, mesmo grávida, teve que continuar a trabalhar e que sente o corpo dolorido de tanto esforço. "Ganhamos quase nada, é mesmo só para remediar", frisou em meio a choros de crianças que estavam no local.

Para além da exploração de areia, na mesma zona as mulheres estão também envolvidas no comércio de pedras que resulta de um trabalho difícil e perigoso.

Elas sobem até às zonas mais elevadas das montanhas, no Mbuandangue e no Morro da palmeira, no Aldeamento 6, onde com picaretas e ferramentas rudimentares de ferro retiram grandes pedras que depois empurram colina abaixo. O passo seguinte é descer e partir o pedregulho para depois vendê-lo aos montes.

Segundo as mulheres entrevistadas, o trabalho comporta vários riscos, a tal ponto que este ano uma senhora morreu em consequência de um acidente durante a exploração de pedras, no Morro da Palmeira. Outras acabaram feridas e mutiladas, contaram.

Apesar dos acidentes de trabalho, as mulheres continuam a arriscar a vida e justificam a insistência por não terem outra fonte de sustento. Diariamente, conseguem pouco mais de três mil kwanzas e é com esse dinheiro que muitas delas garantem a sobrevivência da família.

"Nos dias em que tenho clientes, consigo algum dinheiro e compro algo para comer mas, se não vender nada, as crianças passam o dia todo a chorar e dormimos mesmo com fome", lamentou Domingas Chilombo, 35 anos, enquanto investia toda a sua força para reduzir uma enorme pedra.

Ouvida sobre a questão, Manuela Barros, directora executiva do Grupo de Liderança Feminina (GLIF), uma organização da sociedade civil baseada no Kwanza-Sul, lamenta a situação enfrentada pelas mulheres que fazem da extracção de inertes na província o seu ganha-pão e faz questão de realçar que elas executam este trabalho devido "à luta pela sobrevivência".

Tendo em conta a dramática situação que se vive naquela localidade, Manuela Barros chama a atenção das instituições do Governo no sentido de apoiarem as famílias envolvidas, criando oportunidades de

emprego e melhorando as condições sociais nas localidades do Kwanza-sul, onde as mulheres fazem a extracção de inertes.

Para apoiar as mulheres, Manuela Barros defende que as mesmas devem beneficiar de cursos técnico-profissionais que as capacitem no sentido de desenvolverem outro tipo de actividade, ou serem inseridas no mercado de trabalho ao mesmo tempo que defendeu a necessidade de as mesmas organizarem-se em cooperativas para que possam beneficiar de projectos implementados por instituições do Governo e por organizações da sociedade civil.

Administração local promete apoio

António Avelino, técnico do departamento para os Assuntos políticos, Económicos e Sociais da Administração da Cela, reconhece que a instituição tem conhecimento do trabalho feito pelas mulheres na extracção de inertes e revelou que está em curso um trabalho para que sejam cadastradas, bem como os locais onde a actividade é exercida.

"Temos acompanhado a situação e, no quadro das políticas do Estado, temos desenvolvido programas no sentido de apoiar estas pessoas para que deixem de fazer este trabalho", explicou o técnico. O objectivo, acrescentou, é apoiar as mulheres no sentido de criarem cooperativas para que possam beneficiar de iniciativas implementadas pelo Governo, incluindo o crédito bancário, "para iniciarem os seus negócios".

Finalmente, António Avelino refere que a maior parte das pessoas que faz este trabalho vive em zonas rurais "onde a agricultura é viável", pelo que a administração local está a trabalhar no sentido de apoiá-las para que possam dedicar-se à agricultura. "Por outro lado, apelámos às empresas locais que fazem a exploração de inertes para que empreguem ou apoiem este grupo que tanto precisa de ajuda", frisou o técnico da administração local

3.8 Cabinda investe 709 milhões para a construção de mercado

Jornal de Angola
21 DE Outubro de 2020
Texto: Pedro Suculate

Dentro de um ano, a cidade de Cabinda vai contar com um mercado para a comercialização de peixe, cujas obras foram consignadas na passada segunda-feira, 19, num investimento de 709 milhões de kwanzas.

O projecto que está a ser erguido na Praia dos Pescadores, no âmbito do Programa Integrado de Intervenção no Município (PIIM), terá a capacidade para albergar 444 mercadores, a ser implantado numa área de 1.568 metros quadrados.

O maior mercado de venda de peixe da província terá 13 lojas complementares para a venda de produtos diversos, três câmaras frigoríficas (duas para conservação de peixe e uma para a produção do gelo), além de área para preparar e limpar o pescado e dois Gabinetes.

Abastecimento de água

Foram, igualmente, consignadas as obras para a construção do sistema de abastecimento de água do Bonde Grande, que terá a capacidade para produzir 15 metros cúbicos de água por hora.

O sistema será alimentado por um furo artesanal, e vai abastecer um total de 250 famílias circunscritas das aldeias de Bonde Grande, Bonde Pequeno e do Ntamba, na Comuna do Tando-Zinze.

Os actos de consignação foram testemunhados pelo vice-governador para Área Técnica e Infra-estrutura Joaquim Maliche, que na ocasião referiu que "os projectos consignados são uma clara demonstração da preocupação do Executivo na busca de soluções que visam a melhoria de bem-estar das populações".

Joaquim Maliche apelou as autoridades tradicionais e a população beneficiária do projecto, no sentido de fiscalizarem as obras para que as mesmas sejam feitas com a qualidade desejável e que possam servir as gerações vindouras.

3.9 120 Novos mercados devolvem; dignidade à venda ambulante

Jornal de Angola
28 De Outubro de 2020
Texto: Ana Paulo

Os cerca de dois milhões de vendedores em actividade informal pelas várias ruas e , avenidas da cidade de Luanda deverão ser cadastrados e , recolocados, a partir do segundo trimestre do próximo ano, em 120 novos mercados que o Governo deverá construir de forma gradual.

De acordo com o director nacional para a População do Ministério da Economia, e Planeamento, Celso Borja, a estratégia visa uma melhor organização dos mercados.

Esta realidade levou o Governo a adoptar uma nova r "Estratégia de Transição da Economia Informal para a Economia Formal ".Da mesma resultou a elaboração do "Projecto de Requalificação, Formalização e Expansão das Praças e Cantinas", incluindo a venda informal.

Os resultados do estudo de campo para a inserção do projecto mostraram que Luanda precisa de 120 mercados, subdividindo o sector em três níveis de mercado, designadamente a actividade de logística, a comercialização e a venda. O objectivo é evitar a aglomeração e confusão nos mercados informais.

Em declarações ao Jornal de Angola, o director Celso Borja defendeu que para o grande impacto da reconversão da economia informal se deve começar pela província de Luanda por ter a maior concentração da actividade económica do país.

"Vamos capitalizar um número de 120 mercados e, no caso da venda ambulante, terá que ser absorvida pela capitalização e proliferação dos mercados de proximidade", garantiu.

Impacto

Celso Borja defende serem precisos estes mercados para a capital, pois os mesmos trarão como impacto o relaxamento das zungueiras e vendedores ambulantes, ainda a percorrerem pelas ruas da cidade actualmente na procura do consumidor final e para a satisfação da renda diária.

Em finais de 2021, o sector vai construir quatro mercados de cidade e mais quatro de proximidade, os quais serão uma mais-valia e servirão de incentivo na continuidade das fases seguintes.

Na apreciação de Celso Borja, caso surjam os mercados de proximidade, deixa de ser praticável o esforço físico dos vendedores ambulantes, esclareceu, o projecto terá uma diversidade de estruturas de pequena dimensão com cerca de 80 a 200 bancadas, onde o comerciante poderá acomodar-se e exercer a actividade diária sem constrangimentos. Tal, evitará aglomeração e as actuais confusões no interior dos mercados, bastante notórias agora em época de pandemia.

Menor sobrecarga

Este resultado, na visão do director, vai impactar também no fenómeno excesso de taxistas em circulação de um de lado para o outro, bem como irá permitir ao vendedor ambulante menor sobrecarga com os custos e deslocação, e pagamento do transporte colectivo de passageiros.

"A execução dos mercados dependerá da capacidade orçamental do Governo. Daí que, será viabilizada a construção em função da disponibilidade financeira e condições económicas do país", frisou.

Nas restantes províncias, acrescentou, não serão necessários tantos mercados de proximidade, por não haver excesso de venda ambulante.

A implementação do primeiro mercado piloto abastecedor está prevista para o segundo trimestre de 2021. Após a conclusão, será a vez dos mercados de cidade e os de proximidade.

Tendo em conta esta estratégia, Celso Borja informou que o Executivo pretende que o ano de 2025 seja o da análise e balanço das actividades feitas no sector dos mercados e, no mesmo ano, conforme destacou, na área de transição de operadores informais para o formal.

Deste modo, apontou o ano de 2021 como o da informação ao público sobre o número de pessoas previstas. Director Celso Borja defende a passarem da informalidade zungueiras mais valorizadas para a formalidade.

A constituição de uma base de dados tem a finalidade de apurar o universo de operadores informais em Angola, no sentido de aceder aos números reais, fazer a desagregação por géneros, taxa de prevalência, localização geográfica e capacidade deste sector de actividade.

Pretende-se, igualmente, saber sobre a margem de lucro, se têm Bilhete de Identidade e se fazem parte da inclusão financeira.

Por outro lado, é objectivo do governo atribuir um número de identificação ao operador informal, no sentido de bancarizá-lo e depois do processo concluído atribuí-lo um telemóvel para que as transacções sejam efectuadas

3.10 Jovens e idosos dão forma a borrachas para resolver problemas de apoios de viaturas

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2020

Texto: Domingos Mucuta

A nova arte que tem o seu principal ponto de interacção em uma das principais vias que liga o mercado informal do Mutundo ao centro da cidade do Lubango, à beira da ponte sobre o rio Nambambe, incide no corte de borrachas de pneus

para o fabrico de apoios (sinoblocos), para a protecção dos terminais de viaturas, triângulos, amortecedores, ente outros.

Para além das oportunidades de emprego que está a gerar, João Chimala, é de opinião que o ofício de borracheiro contribui para uma maior dignificação dos jovens e mesmos adultos que, num exercício de superação, muitos deixaram as profissões que exerciam, de longe inferiores a que exercem actualmente, como de sapateiro, por exemplo, para abraçar esta a novel profissão.

"Temos aqui pessoas que antigamente eram sapateiros, hoje estão transformados grandes borracheiros", frisou.

João Baptista, 59 anos, é uma destas pessoas. Sapateiro desde 1983, este cidadão é hoje um dos grandes formadores dos borracheiros. Formou até agora mais de umas dezenas de jovens que exercem actualmente esta profissão.

Homem de poucas palavras, João Baptista prefere falar sobre as obras que realizou, mas concretamente na área da formação de jovens da nova geração, que representa actualmente o seu principal foco. "Desde que me meti neste ofício, já formei mais de 10 jovens que se encontram a trabalhar em diversas zonas da cidade", conta João Baptista.

Pai de 12 filhos, João Baptista justificou a mudança da profissão de sapateiro para o fabrico de sinoblocos devido a baixa abrupta que se registou, a determinada altura, na demanda pelos serviços de sapataria.

Lembra que mudou de profissão nos anos 90, quando o mercado da Huila começou a ser "inundado" por vendedores de calçados de fardos. O mestre dos mestres, como é também tratado pelos seus pupilos, lamenta a falta de matéria-prima como pneus de tractores e de outros instrumentos utilizados para fabricar os apoios de viaturas.

Tido como um dos seus principais discípulos, João Chirnala, com quem faz a dupla nas imediações da ponte do Nambambe, considera-se um sapateiro focado na solução de problemas de viaturas ligeiras e pesadas.

O mestre de 53 anos, afirma que é possível sobreviver da profissão mas lamenta a falta de interesse dos jovens em aprender o ofício. "Os jovens querem aprender, mas têm vergonha deficar abeira da estrada a cortar borracha, sobre olhar dos transeuntes, chegando muitas vezes a afirmar que isso não é trabalho para eles", sustentou.

"Infelizmente, eles não percebem que esse é um trabalho igual a qualquer um, onde todos podem conseguir alguns trocados para cobrir as despesas diárias do lar", lamenta. A dupla integrada pelo mestre João Baptista e João Chirnala orgulham-se por conseguirem como trabalho que realizam, ajudar a solucionar os problemas de várias viaturas pertencentes a instituições públicas e privadas. Segundo eles, estão preparados para fabricar e montar sinoblocos de tesouras, gême de força, barra estabilizadora, amortecedores e outros acessórios, para viaturas ligeiras e pesadas. Para além da zona do Nambambe, existem em várias zonas da cidade do Lubango outro mestre de sinoblocos. Mas os mais procurados, são os do Nambambe e do mercado do João de Almeida, devido a consistência dos serviços que prestam.

Atração de clientes

A localização dos seus serviços à beira de uma das estradas mais movimentadas do Lubango é, de acordo com a nossa fonte, a estratégica utilizada para chamar a atenção dos clientes. "Trabalhamos à beira da estrada para que os proprietários das viaturas conheçam o nosso trabalho e tenham um conhecimento perfeito em relação ao que fazemos aqui. Muitos já nos conhecem. Somos nós que fabricamos os apoios de borracha para grande parte das viaturas no Lubango, afirmou João Chimala acrescentando que, devido a eficiência dos trabalhos que realizam, "muitos automobilistas preferem os sinoblocos de fabrico artesanal, do que os que são comercializados pelas representantes".

Os Borracheiros

No primeiro contacto com a nossa equipa de reportagem, encontramos João Chimala, absorvido pelos seus afazeres, na zona do Nambambe, numa altura em que ia a retirar, com a mão direita, na pequena bancada a sua frente, uma faca afiada. Rapidamente, molha afaca num frasco com água mineral e, apoia do sobre as pernas, rasga um pedaço de borracha, desfazendo em dois o pneu que tinha às mãos, lançando em seguida, um olhar de orgulho para o gume da faca velha, desgastada pelos cortes de pneus.

Um olhar de esguelha, foi em direcção as peças espalhadas no chão e para o, local onde tinha as ferramentas de trabalho. A esferográfica azul foi a primeira coisa que encontrou. Precisava de assinalar a dimensão do sinobloco, a partir de uma amostra que o mecânico trouxe. Utilizando a esferográfica, em poucos minutos, João Chimala conseguiu o que queria, com uma perícia inquestionável.

É assim o dia-a-dia de pessoas que como João Chimala, ganham a vida a fabricar apoios (sinablocos), para o fabrico terminais, triângulos e mesmo amortecedores e uma infinidade de outros sobressalentes para viaturas.

A qualidade das sinoblocos artesanais é confirmada por alguns mecânicos locais como, por exemplo, os mestres Eddy e Manuel, que recomendam estes serviços aos seus clientes. "Sempre que temos os sinoblocos dos nossos clientes desgastados recomendamos a consulta de alguns borracheiros que trabalham connosco", explica o mestre Eddy, proprietário de uma oficina na zona da Relé, algures no bairro Hélder Neto.

Para o mestre João Chimala os sinoblocos de pneus são mais resistentes em relação aos comercializados nas casas de peças, que na opinião do mestre Manuel, dono uma oficina auto na zona da Mitcha, recomendam-se.

"Não há comparação possível entre os sinoblocos comercializados pelas concessionárias e os que são fabricados na rua, por incrível que pareça, efeito com as mãos". Como o nosso nome é que fica sempre em causa temos que apresentar sempre um trabalho que não nos deixa ficar mal perante os nossos clientes", frisou.

João Chimala garante que os sinoblocos que fabrica são tão resistentes, "que podem durar mais de cinco anos na viatura, sem qualquer problema.

A medida que íamos conversando, João Chimala continuou o seu trabalho, cortando um pedaço aqui, outro a cola, a procura do formato ideal para a peça que estava a fabricar, aproximando-a o mais possível do original.

Nestes movimentos, nos chamou particular atenção algumas mudanças que iam sendo operadas, destacando-se entre elas, a troca constante de facas, para as afinações finais que se impunham.

"A medida que o trabalho vai evoluindo, vamos trocando as facas para aperfeiçoar o material", disse João Chimala a nossa reportagem, sustentando que os retoques da borracha tornam os sinoblocos mais robustos e resistentes para aguentar grandes adversidades.

3.11 Vendedores desrespeitam medidas sanitárias

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2020

Vários vendedores do mercado do bairro Cangambo, cidade de Malanje, incluindo ambulantes, exercem a actividade em dias não autorizados, no exterior do espaço de comércio, em desobediência ao Decreto Presidencial sobre a Situação de Calamidade Pública.

O actual Decreto, que entrou em vigor no dia 24 deste mês, determina apenas as terças, quintas e sábados para o exercício da venda nos mercados e na actividade ambulante.

Numa ronda efetuada recentemente pela imprensa, no referido mercado, o maior da província, notou-se numerosas pessoas, entre vendedores e compradores, negligenciando o distanciamento físico, colocando-se em condição normal de contágio da COVID-19.

Algumas vendedoras, que falaram sob anonimato, disseram que o facto de existirem lojas e armazéns de mercadorias abertos nas periferias do mercado, tem influenciado essa prática, uma vez que os vendedores aproveitam os dias em que os mercados informais estão fechados para "facturar", mesmo com consciência da violação das regras de prevenção da COVID-19.

Essa realidade foi também constatada no mercado do bairro Ritondo e em alguns pequenos mercados de rua e locais de venda ambulante da cidade de Malanje.

A porta-voz da Comissão Provincial de Resposta à COVID-19, Yolanda Mote, apela aos cidadãos no sentido de continuarem a primar pelas medidas de biossegurança, com vista a se evitar o contágio da doença.

Reiterou a necessidade da observância de todas as medidas de prevenção, devido à tendência do aumento dos casos do novo coronavírus na província, uma vez que já se regista um número considerável de pessoas contaminadas, cujos contactos directos em seguimento são pelo menos 300.

3.12 Os pequenos negócios

Jornal de Angola

30 De Outubro de 2020

A pandemia provocada pelo novo coronavírus está a acentuar a insegurança alimentar em muitas partes do mundo, obviamente com maior incidência em zonas do planeta já outrora abraços com reduzida produção e atenuada capacidade de importação de bens. É assim em África, apenas para mencionar este continente, onde as restrições impostas pela Covid-19 estão a contribuir não apenas para que determinados negócios desapareçam, mas também para que pequenas iniciativas acabem sufocadas. Urge, portanto, da parte das entidades com poder de decisão, influenciar positivamente para que os pequenos negócios, inclusive entre os mais precários, tenham capacidade de sobrevivência.

A existência deste tipo de negócios é vital para a manutenção de numerosas famílias, razão pela qual as autoridades deverão fazer tudo, ao lado de outras iniciativas para "abafar" a fome, para assegurar a alimentação às famílias. No fundo, pretende-se apenas que as famílias, as que se dedicam aos pequenos negócios, tenham meios para assegurarem para si mesmas o sustento e evitarem, assim, caírem como vítimas da insegurança alimentar.

A União Africana endereçou, através da Declaração Sobre Segurança Alimentar e Nutrição durante a Pandemia, um documento emitido a 16 de Abril deste ano, em que constam diretrizes para minimizar o impacto da Covid-19 nas famílias em todo o continente.

No seu ponto número 1: referindo-se às medidas que os Estados membros devem adoptar nesta fase, consta que os países africanos comprometem-se a: assegurar que as medidas sejam implementadas para apoiar a segurança alimentar e nutricional para todos e especialmente para o segmento mais vulnerável das nossas populações, com medidas para conter a propagação da pandemia da Covid-19, minimizando simultaneamente as perturbações do sistema alimentar".

Em Angola, as autoridades acompanham com particular interesse todos os efeitos graves provocados pela pandemia, cujos números que testam positivo não param de crescer, para assegurar que a economia, no seu todo, não morra. É verdade que nos encontramos todos, hoje, confrontados com escolhas difíceis relativamente aos passos para "dar vida" à economia, alargando o regresso à normalidade de várias esferas da vida ao mesmo tempo que implementamos as medidas de biosegurança a todos

os níveis. O encontro do ponto de equilíbrio, partindo do princípio de que o bem vida é insubstituível; é que levam Executivo, as instituições públicas e privadas, os parceiros sociais do Estado, a convergir na ideia de contenção, ponderação e de defesa da vida e da promoção da Saúde Pública. Em todo o caso e sem prejuízo para os pressupostos acima levantados, somos de opinião de que os pequenos negócios, que resistem face aos efeitos da Covid-19' devem ser defendidos, preservados e assegurados no sentido de continuidade.

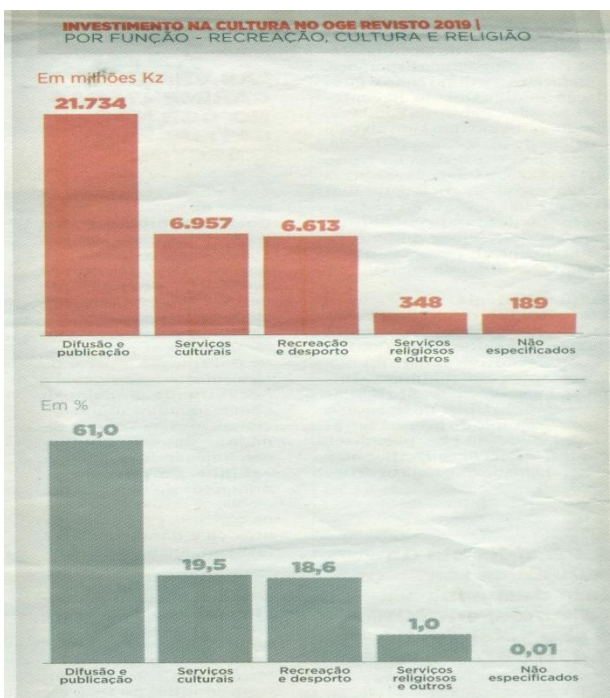
As medidas restritivas do comércio e venda, ao lado das legítimas preocupações de natureza sanitária, devem estar também alinhadas com as preocupações para dar alguma vitalidade aos pequenos negócios. Na verdade, as grandes economias são sustentadas pelos pequenos negócios, aos quais podemos incluir até os precários, de que dependem milhares e milhares de famílias e que, nesta fase, é vital que sejam preservados em nome da segurança alimentar.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Verbas aumentaram nos últimos cinco anos mas continuam a ser residuais

Jornal Expansão
16 De Outubro de 2020

No período 2015-2020, a dotação orçamental anual do Ministério da Cultura, o agora Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, teve um crescimento na ordem de 30% em kwanzas, o que não chegou para cobrir o diferencial da degradação da moeda nacional.



4.2 Sobrevalorização das receitas foi de 324,8 mil milhões KZ no OGE de 2019

Novo Jornal
2 De Outubro de 2020
João Armando

A forma de inscrever as receitas petrolíferas no OGE sobrevaloriza o valor, uma prática que todos os intervenientes e operadores reconhecem que se arrasta há anos, mas que não há vontade de resolver. Isto acontece fundamentalmente por duas razões: a valorização do crude que é entregue à refinaria de Luanda é regulada pelo decreto executivo nº 706/15, actualmente 60 mil barris/dia, e pela diferença entre o que é produção (item utilizado na elaboração do OGE) e exportação (o item que vale verdadeiramente para as receitas). Apesar de o País vender praticamente tudo o que produz, o histórico mostra que há uma diferença de cerca de 4% entre estes valores.

Patrício Quingongo explica que "o Estado utiliza a previsão da produção petrolífera ao invés de utilizar as previsões das exportações, uma vez que estas são vendidas e efectivamente se traduzem em receitas, partindo do princípio de que não se exporta tudo o que se produz. O diferencial entre o produzido e o exportado é de cerca de 4%, o que contribui para um desvio anual de 156 milhões USD". E acrescenta: "Não devemos limitar as previsões das receitas petrolíferas na relação entre o preço e a produção de petróleo. Devemos incluir outros factores, como a qualidade do petróleo angolano, BS&W, os modelos contratuais e provisões contratuais, que são factores que impactam consideravelmente na receita a arrecadar".

Realmente é difícil de entender que passados estes anos todos na nossa indústria petrolífera os pressupostos usados para a previsão das receitas petrolíferas no OGE resumem-se à produção petrolífera nacional, os custos de produção e os preços futuros nos mercados internacionais. Todos os anos existe um desvio acentuado entre os valores das previsões de receitas petrolíferas no Orçamento e os valores efetivados, sendo que a alteração dos processos de cálculo poderiam atenuar em muito esta situação.

Petróleo da refinaria de Luanda

O crude que vai para a refinaria de Luanda é valorizado de acordo com decreto executivo nº706/15, que fixa o preço de venda para esta unidade num valor de 38,98 USD a uma taxa de

câmbio de 155,612 Kz, que se utiliza até hoje. No ano passado, 2019, foram entregues à refinaria de Luanda 15,558 milhões de barris, que, pelo exposto acima, são "pagos" à Sonangol P&P pelo valor de 94.371 milhões de kwanzas. Mas este mesmo petróleo foi inscrito na previsão de receitas do OGE de forma igual a todo o restante que o País produziu' a um preço de 55 USD por barril e com uma taxa de câmbio média de 367 Kz (utilizada também pela Sonangol no seu Relatório e Contas). Ou seja, algo que é valorizado por decreto lei por 94.371 milhões Kz aparecem inscritos no Orçamento como capaz de gerar uma receita de 314.038. milhões, uma sobrevalorização de 219.667 milhões Kz (ver quadro abaixo)

Em 2016, o primeiro ano que esteve em vigor este decreto, com um Orçamento que previa o preço médio do barril a 40 USD e com uma taxa de câmbio para o dólar de 162 Kz, o desvio foi de apenas 5.359 milhões Kz. Mas tem vindo a aumentar todos os anos. Em 2017 foi de 19.117 milhões Kz: em 2018 de 94.498 milhões Kz: e em 2019 os já referenciados 219.667 milhões Kz. Isto acontece, fundamentalmente, porque nos dois últimos anos houve degradação significativa da moeda nacional, mas também porque os preços médios do barril de petróleo orçamentado estavam acima dos preços de referência para a refinaria, mais 11 USD em 2018 e mais 16 USD em 2019.

Uma fonte da ANPG, que não quis ser identificada, disse ao Expansão: "temo-nos esquecido desta situação. Hoje a disparidade é enorme por causa da queda do kwanza, mas rapidamente tem de haver uma alteração ao decreto". Entretanto mantém-se a lei, os pressupostos de registos das receitas petrolíferas também, e se este ano não tivesse acontecido uma quebra significativa nos preços no 2º trimestre do ano (que obrigou à alteração do OGE), este "buraco" seria muito maior. Ainda assim, para os primeiros oito meses do ano, o diferencial entre o que está inscrito no OGE e valores aplicados à refinaria, aproxima-se dos 178 mil milhões Kz, apesar do preço de referência ser 33 dólares, 6 dólares abaixo do preço da refinaria.

Mas olhemos ainda para o ano de 2019 para perceber a dimensão da diferença entre aquilo que é orçamentado e depois a realidade. Foi projectada uma produção de 1,432 mbd a um preço 55 USD, com uma receita global estimada 28.669 milhões USD, sendo que aproximadamente 37% representam receitas para o Estado, 10.607 milhões. Mas, na verdade, há diferença entre a produção e a exportação de 4%. Fazendo novamente as contas, com a mesma lógica, percebemos que há uma diferença de cerca de 400 milhões USD, que

aplicando a mesma taxa de câmbio representa um valor.

4.3 Comunidades exortadas a fiscalizar obras do PIIM

Jornal de Angola
5 De Outubro de 2020

A primeira secretária do MPLA em Luanda, Joana Lina, recomendou, no sábado, aos militantes e aos membros das comunidades a fiscalizar as obras inseridas no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Dos 183 projectos em execução, nos sectores da Educação, Saúde, Energia e Águas, vias estruturantes e saneamento básico, 43 são da responsabilidade do Governo Provincial e 140 das administrações municipais, com um orçamento de 23 mil milhões de kwanzas.

Joana Lina, que falava no município de Belas, num encontro com militantes de estruturas de base, referiu que a iniciativa do Executivo está a permitir a recuperação e construção de várias infraestruturas sociais e o fomento do emprego.

Segundo a Angop, a também governadora de Luanda solicitou, ainda, o envolvimento mais activo nas estratégias do Governo de combate à pandemia da Covid-19, mediante o cumprimento rigoroso e a divulgação das medidas de prevenção.

Morte do nacionalista Miguel Samuel Gaspar

O Secretariado do Bureau Político do Comité Central do MPLA lamentou, ontem, a morte do nacionalista Miguel Samuel Gaspar, ocorrido no dia 28 de Setembro, vítima de doença.

Numa mensagem de condolências, o MPLA recorda que o tenente-general na reforma foi detido pela PIEDGS e enviado para a cadeia de São Pedro da Barra e, posteriormente, deportado para o campo de concentração de São Nicolau, tendo obtido a liberdade condicional em 1966.

Nascido na localidade de Icolo e Bengo, província do Bengo, ao 28 de Setembro de 1928, Miguel Samuel Gaspar iniciou a actividade política em 1960, com acções clandestinas de luta contra o colonialismo português e participou, altivamente, na preparação dos ataques às cadeias e objectivos estratégicos que sustentavam o regime colonial.

O nacionalista, que também foi pintor auto de 1ª classe, integrou o grupo que atacou a 7ª Esquadra da

Polícia de Segurança Pública de Angola. Após a Independência Nacional, Miguel Samuel Gaspar integrou a Organização de Defesa Popular (ODP), na época quarto ramo das extintas FAPLA, pelo seu desempenho ascendeu a várias patentes, até alcançar o grau militar de tenente-general.

“Neste momento de dor e luto, o Secretariado do BP, em nome dos militantes, simpatizantes e amigos do MPLA, inclina-se perante a memória do camarada Miguel Samuel Gaspar e apresenta, à família enlutada, sentidas condolências”.

4.4 Comunidades exortadas a fiscalizar obras do PIIM

Jornal de Angola
5 DE Outubro de 2020

A primeira secretária do MPLA em Luanda, Joana Lina, recomendou, no sábado, aos militantes e aos membros das comunidades a fiscalizar as obras inseridas no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Dos 183 projectos em execução, nos sectores da Educação, Saúde, Energia e Águas, vias estruturantes e saneamento básico, 43 são da responsabilidade do Governo Provincial e 140 das administrações municipais, com um orçamento de 23 mil milhões de kwanzas.

Joana Lina, que falava no município de Belas, num encontro com militantes de estruturas de base, referiu que a iniciativa do Executivo está a permitir a recuperação e construção de várias infraestruturas sociais e o fomento do emprego.

Segundo a Angop, a também governadora de Luanda solicitou, ainda, o envolvimento mais activo nas estratégias do Governo de combate à pandemia da Covid-19, mediante o cumprimento rigoroso e a divulgação das medidas de prevenção.

Morte do nacionalista Miguel Samuel Gaspar

O Secretariado do Bureau Político do Comité Central do MPLA lamentou, ontem, a morte do nacionalista Miguel Samuel Gaspar, ocorrido no dia 28 de Setembro, vítima de doença.

Numa mensagem de condolências, o MPLA recorda que o tenente-general na reforma foi detido pela PIEDGS e enviado para a cadeia de São Pedro da Barra e, posteriormente, deportado para o campo de concentração de São Nicolau, tendo obtido a liberdade condicional em 1966.

Nascido na localidade de Icolo e Bengo, província do Bengo, aos 28 de Setembro de 1928, Miguel Samuel Gaspar iniciou a actividade política em 1960, com acções clandestinas de luta contra o colonialismo português e participou, activamente, na preparação dos ataques às cadeias e objectivos estratégicos que sustentavam o regime colonial.

O nacionalista, que também foi pintor auto de 1ª classe, integrou o grupo que atacou a 7ª Esquadra da Polícia de Segurança Pública de Angola. Após a Independência Nacional, Miguel Samuel Gaspar integrou a Organização de Defesa Popular (ODP), na época quarto ramo das extintas FAPLA, pelo seu desempenho ascendeu a várias patentes, até alcançar o grau militar de tenente-general.

“Neste momento de dor e luto, o Secretariado do BP, em nome dos militantes, simpatizantes e amigos do MPLA, inclina-se perante a memória do camarada Miguel Samuel Gaspar e apresenta, à família enlutada, sentidas condolências”.

4.5 15,9% do OGE 2021 destinados ao sector social

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano prevê, no capítulo das despesas totais, uma alocação de 15,9% para o sector social e 7,5 para o económico.

Aprovada, recentemente, durante a 10ª sessão ordinária do Conselho de Ministro, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, a proposta de orçamento de 2021 comporta receitas estimadas em 14 biliões, 114 mil milhões, 808 milhões, 902 mil e 438 Kz) e despesas fixadas em igual montante. A proposta é superior em 5% em relação ao OGE de 2020 Revisto e reflecte os objectivos, metas e acções contidos nos instrumentos de planeamento nacional.

De acordo com o comunicado final saído do encontro, o reforço do apoio ao sector social demonstra o empenho do Executivo na melhoria das condições de vida da população.

O quadro macroeconómico para 2021 apresenta como pressupostos um preço médio do barril de petróleo de 39 USD, uma taxa de inflação acumulada anual de 18,27% e uma taxa de crescimento do produto não petrolífero de 2,1%.

O sector petrolífero continuará a experimentar declínio de actividade, registando uma taxa de crescimento negativa de 6,2%. Não obstante o adiamento do crescimento económico no ano em curso, em virtude da crise económica agudizada pela

pandemia da COVID-19, o Executivo continua engajado na implementação das reformas económicas iniciadas em 2018, com a implementação do Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM), por via de um programa económico anual alinhado com o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

Em declarações prestadas à imprensa, no final da reunião, a ministra das Finanças, Vera Daves, esclareceu que a proposta de OGE para 2021 assenta num conjunto de pressupostos que foram trabalhados com sectores de especialidade, como são os casos do Ministério da Economia e Planeamento, dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás e do Banco Nacional de Angola.

“Foi dado um conjunto de contributos. Temos que correr contra o tempo para conseguirmos entregá-lo (a proposta) à Assembleia Nacional o mais rapidamente possível”, frisou.

Em relação ao preço de 39 USD por barril constante na proposta, Vera Daves disse tratar-se de um custo de referência conservador, comparativamente às previsões que as principais “casas internacionais” têm estado a divulgar, que são, normalmente, acima de 42 USD por barril. “Mantendo a nossa estratégia de conservadorismo, estamos a propor que o preço de referência seja 39, ou seja, abaixo de 40 USD”, realçou.

A ministra previu que a produção petrolífera terá uma performance menos positiva, comparativamente ao exercício de 2020. No próximo ano, disse, deverá contar-se com uma produção de 1.22 milhões de barris por dia.

Relativamente à inflação, disse antever-se um comportamento melhor. “Estamos a apontar para os 18% de inflação”, aclarou.

No que ao Produto Interno Bruto (PIB) diz respeito, a ministra das Finanças ressaltou que, após cinco anos consecutivos de recessão económica, prevê-se uma estagnação, ou seja, zero por cento de crescimento.

Com o sector não petrolífero a ter uma performance positiva, disse antever-se um crescimento de 2,1%, mas com o sector petrolífero ainda a ter um desempenho negativo de 6,2 de taxa de crescimento. “Isso nos conduzirá a uma estagnação”, avisou a ministra, acrescentando que, ainda assim, a ideia é atingir o crescimento económico nos próximos anos.

Se não houver recessão económica, significará que há tendência ascendente e que, pelo menos, deixou de se destruir valor, esclareceu a ministra, informando que

um conjunto de medidas de política vão ser, de forma contínua, gizadas para que se caminhe para um plano positivo em 2022.

Sector da Educação

Para o sector da Educação, a ministra das Finanças disse estar previsto um peso de 6% da despesa total e 13,4 da despesa fiscal primária. A Saúde terá 6,1% da despesa total e 13,5% da despesa fiscal primária.

“Gostaríamos muito de, no exercício económico de 2021, estarmos a conviver com um saldo nulo, mas ainda não foi possível e tudo indica que teremos que conviver novamente, com défice orçamental, que rondará os 2,5% do PIB”, lamentou.

Vera Daves referiu que as necessidades brutas de financiamento do exercício 2021 vão ser menores do que a de 2020. No exercício 2020, disse, o peso das necessidades de financiamento sobre o PIB eram de 23%, mas no do próximo ano serão de 15%, o que mostrará que se está a reduzir o número de despesas que têm de ser financiadas.

Segundo a ministra, isto significa que a estratégia de endividamento da base tributária começa a surtir efeito, na medida em que está a ser capaz de, cada vez mais, com a receita fiscal, cobrirem se despesas que ainda não são suficientes. “O reflexo disso é o défice que temos e, por causa disso, temos que recorrer ao endividamento adicional”, aclarou.

Vera Daves afirmou que o endividamento é um processo normal e faz parte do exercício de qualquer Estado. O que é necessário, sublinhou, é que seja responsável, os termos e condições têm de ser devidamente negociados com prazos longos, taxas baixas e que financiem projectos que geram valores.

4.6 Cultura recebeu apenas 0,067% do total do OGE 2019 Revisto

Jornal de Angola

16 De Outubro 2020

Texto: João Armando e Mirene da cruz

Os agentes culturais consideram de "esmola" e "nudez intelectual" a dotação cabimentada no OGE para a função serviços culturais, que representou em 2019 apenas 0,067% do valor total previsto no documento revisto, menos de 7 mil milhões de kwanzas num universo de 10,5 biliões Kz.

A componente recreação, cultura e religião tem uma verba avaliada em 35.653.702.940 Kz para as actividades relacionadas com estas áreas, sendo que os serviços difusão e publicação, rádio, televisão e

jornais recebem 21.733.580.354 Kz, o que representa 61%, enquanto que os serviços culturais recebem apenas 6.956.776.579 Kz, um pouco mais de 19,5% deste valor.

Apesar destes dados, o director Nacional de Cultura e Artes, Euclides da Lomba, realçou a importância das indústrias culturais e criativas para a geração de emprego, uma vez que criam rendimentos familiares a partir da arte. Mas reconhece que "a nossa grande debilidade é a falta de reconhecimento do Estado da carreira artística."

O realizador de cinema Mawete Paciência considera o valor disponibilizado para os serviços culturais de "uma autêntica falta de interesse" por parte do Estado em desenvolver a cultura, em particular a sua área de interesse, as artes cénicas. "Isto é zero para uma área tão vasta como a cultura, que tem a potencialidade de gerar milhões de empregos e receitas avultadas aos cofres do Estado" disse. Mawete Paciência dá exemplo do caso da Nigéria em que o cinema é o segundo sector que mais emprega e gera receitas, defendendo que, se houvesse verdadeiramente vontade por parte do Governo, esta seria uma das muitas boas opções para gerar vários postos de empregos e reduzir este grande problema de desemprego que assola o nosso País.

Outros apoios

Na verdade, o que falta para o sector cultural e artístico é uma estratégia. Os investimentos não obedecem propriamente a um plano, e acabam por distribuir-se por outros organismos. Outros órgãos como a Presidência da República e outros ministérios têm adstritas dotações orçamentais importantes para a cultura e as Indústrias Culturais e Criativas.

Assim, a Presidência da República também tem despesas culturais (por exemplo, em 2019, o seu valor foi de 2.478.867.706 Kz) ainda na dotação da Presidência existem também verbas para outros projectos e actividades como a manutenção e conservação do Memorial Agostinho Neto (78.725.523 Kz em 2019), ou ainda no seu programa de investimentos públicos, o estudo e construção da Galeria e Biblioteca da Presidência de República (1.649.340.000 Kz em 2019).

Separadamente, encontramos também sob a dotação orçamental do Gabinete do Vice-Presidente da República, os encargos com a Comissão Nacional para Salvaguarda do Património Cultural Mundial (20.825.000 Kz). O Ministério das Relações Exteriores tem também nas suas despesas por função 831.401.607 para serviços culturais, e serviços de difusão e publicação, e em despesas de

funcionamento e de apoio ao desenvolvimento tem orçamento para Promoção e Fomento de Actividades Artísticas e Culturais (26.875.290 em 2019). O Ministério da Economia e Planeamento tem variadíssimos programas e projectos com largas dotações orçamentais que podem ser utilizadas, parcialmente, em benefício da diversificação da economia angolana, através da cultura e das indústrias culturais e criativas, por exemplo, 'Melhoria da Participação de Angola no Comércio Internacional', Reconversão da Economia Informal, o Programa da Projectão de Angola no Exterior, ou a implementação dos projectos de clusters de turismo. Os Governos das Províncias também têm dotações próprias para a cultura

Os sectores profissionais da cultura, e das indústrias culturais e criativas recebem pouco ou nenhuns apoios do Estado de formar e guiar para empreenderem as suas actividades. Os apoios pontuais que recebem estão subordinados a actividades que o Ministério entende empreender e para as quais eles são engajados como produtores e promotores. As únicas entidades que recebem subsídios anuais de manutenção para o seu funcionamento são as entidades designadas como sendo de utilidade pública (através de decisão de Conselho de Ministros), actualmente são a União dos Artistas e Compositores (UNAC), União dos Escritores Angolanos (UEA), União Nacional de Artistas Plásticos (UNAP), Liga Africana, Associação Tchiveka de Documentação, Fundação Sagrada Esperança, Fundação Agostinho Neto e Fundação Sindika Dokolo. Recentemente, este estatuto da Fundação Sindika Dokolo tem sido alvo de críticas da sociedade civil, que, como disse o investigador Nuno Álvaro Dala, a fundação e outras organizações da sociedade civil "teriam sido, durante muito tempo, fontes de branqueamento de capitais, de desvio de dinheiros e naturalmente de prática de neptismo e tráfico de influências."

Falta estratégia

O escritor Terêncio Chiwale chama a representação orçamental dos serviços culturais de "má-fé", pois o Executivo aposta menos em sectores que realmente impulsionam o crescimento humano. Terêncio Chiwale buscou o "bom" exemplo do programa "live no kubic" da TPA, para dizer que acaba por "despir" a pobreza e mendicidade que muitos artistas ainda vivem, apesar de outros estarem melhor posicionado devido ao pouco apoio institucional. "Deve-se exigir investimentos sério e não fasquia como alguns acham que é a cultura", salientou Terêncio Chiwale.

O pintor Chita Pedro vai mais longe e diz que a verba entregue à cultura reflecte a intenção do Executivo em tornar "menor" este sector, que é fonte de conhecimento e educação, e que a sua pouca atenção "nem é o dízimo do OGE", reflecte a forma de pensamento de quem está no Poder.

O realizador Mawete Paciência acrescenta ainda que é muito difícil traçar projectos num País aonde não há políticas concretas voltadas ao sector cultural. Como resultado, os agentes culturais estão a recorrer aos estrangeiros de formas a conseguirmos fazer alguma coisa em prol da nossa arte apesar dos riscos que correm. "Há grande risco de os direitos artísticos ficarem para os investidores estrangeiros e nada para nós, os angolanos", lamentou.

Será possível alcançar as metas no PDN 2018-2022?

Como é sabido o actual contexto vai condicionar o cumprimento de metas e dos objectivos previstos. O nosso País, praticamente desde 2014, está com dificuldades económicas e financeiras e isso afecta directamente os programas de Governação. Apesar de tudo, mantém-se vigente a necessidade de cumprirem com a agenda cultural nacional, mas não com a dimensão dos anos anteriores. Realçando as iniciativas que prevalecem os princípios de unidade nacional, os festivais variante, os concertos regionais de música e dança as datas festivais, incluindo a realização da Bienal de Luanda.

O OGE dota a difusão e publicação com três vezes mais que os serviços culturais. Como se explica?

Como sabemos, as propostas de cabimentação financeira contidas no OGE estão ainda longe de satisfazer as necessidades do sector. No entanto, temos de admitir que em Angola os grandes investimentos a nível da cultura só estão sob responsabilidade do Estado, salvo raras excepções.

Falta de professores e equipamentos condiciona actividade do CEARTE

o Complexo das Escolas de Arte (CEARTE), também designado Instituto Politécnico de Artes, é a única instituição de ensino médio técnico-profissional de arte em Angola, concebido para receber 3,840 alunos, da 7ª à 13ª classes (1º e 2º ciclo do ensino secundário). O CEARTE começou a funcionar em 2015 e, presentemente, oferece cinco áreas de formação- artes visuais e plásticas, dança, música, teatro e cinema, mas apenas para o 2º ciclo do ensino secundário 10ª à 13ª classes).

Desde a sua inauguração, em 2015, o CEARTE formou apenas 200 alunos - a primeira classe de finalistas em 2018 (cerca de 70), uma segunda classe

em 2019 (68) e uma terceira classe em 2020 (com um número idêntico de finalistas). Este número diminuto de alunos em relação à sua capacidade deve-se sobretudo à falta de professores e de material específico.

O CEARTE foi concebido para estar a funcionar com 98 cursos, leccionados por 350 professores, mas só tem 70 professores e 16 cursos a funcionar. A falta de professores é a maior dificuldade em poder disponibilizar toda a oferta de cursos. Entre 2015 e Dezembro de 2017, tiveram professores da cooperação cubana, mas estes não tiveram os seus contratos renovados e não voltaram no início de 2018 - um problema cuja resolução esteve para além do CEARTE. Entretanto, o Governo, que teria de contratar mais professores, não o tem feito com a celeridade e em número suficiente - de notar que o CEARTE tem uma tutela uplado extinto MINCULT, agora MCTA, e do MED.

Em 2018, não lhe foram atribuídos novos professores nos concursos realizados pelo governo. Em 2019, o CEARTE fez um pedido de 154 vagas para professores para o ano lectivo de 2020 e foram aprovados no candidatos que ainda estão em processo de contratação (informação recolhida em Junho de 2020). De Fevereiro, quando se iniciou o ano lectivo até ao fim de Março 2020, quando as aulas foram interrompidas por causa da pandemia da Covid-19, os professores leccionaram sem contrato ou remuneração.

Os 16 cursos oferecidos actualmente pelo CEARTE têm duas vertentes, uma pedagógica, com saída profissional para professor de artes, e uma vertente de interpretação/criação artística, com saída profissional para a criação de uma carreira/negócio próprio ou a continuação de estudos. Na área das Artes Visuais e Plásticas, estão a funcionar na vertente de criação artística, cursos de cerâmica, escultura, gravura e pintura.

Na vertente pedagógica, funciona apenas um curso de professor de expressão visual e plástica. Na área da Dança tem apenas a funcionar a vertente pedagógica, com cursos de professor de danças folclóricas e patrimoniais e professor de dança moderna. Ao nível da Música, de 21 cursos previstos (área que teria 53, a maior oferta), há quatro cursos a funcionar na vertente de criação artística - interpretação de canto, flauta, guitarra e piano. No que toca ao Teatro, tem três cursos a funcionar, um na vertente de criação artística (técnico de interpretação de actuação convencional) e dois na vertente pedagógica (professor de actuação dramática, e professor de animação cultural).

E, finalmente, no que respeita ao Cinema tem dois cursos a funcionar (de 7 previstos) - técnico de animação e multimédia, e técnico de produção. Estes cursos, no entanto, também sofrem de carências de materiais didáticos que afectam diferentemente as diferentes valências. Na Música, há instrumentos musicais, mas nas Artes Plásticas os próprios alunos têm de comprar as telas, pincéis e tintas. No curso de Teatro e Cinema, o Teatro tem aulas práticas mas o Cinema não, pois faltam câmaras e materiais técnicos de apoio.

4.7 Mais de mil projectos do PIIM em execução

Jornal de Angola

16 De setembro de 2020

Texto: Edmundo Eucílio

Mil 200 projectos, dos 1.749 inseridos no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), estão em construção por todo país. O Presidente da República, João Lourenço, frisou que, deste número, 12 estão concluídos e 537 têm os processos na fase de tramitação para o arranque.

"Todos esses projectos vão melhorar, de forma significativa, as condições de vida da população", disse o Chefe de Estado, acrescentando que a execução financeira acumulada é superior a 67 mil milhões de Kwanzas. "Pela primeira vez, todos os municípios do país, além de identificarem as necessidades, puderam participar no processo da orçamentação e conduzir toda a preparação dos concursos para a adjudicação das obras", destacou.

4.8 Finanças põem de lado novos impostos em 2021

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2020

Texto: Isaque Lourenço

A ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, garantiu, recentemente, que não está nas opções do Governo a criação de novos impostos em 2021, mas a melhoria da arrecadação tributária.

De acordo com a ministra, que falava a jornalistas, há da parte do Governo pleno conhecimento de existir pouca margem para novos endividamentos, mas a necessidade de financiamento, sobretudo para a recuperação das infra-estruturas essenciais, deverá mobilizar a procura da eficiência da receita fiscal. Isso deverá passar por identificarem-se os impostos que,

actualmente, não são colectados sem aumentar o peso aos contribuintes.

As declarações de Vera Daves cruzam com o lançamento para consulta pública da Proposta de Regime Simplificado do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

A empresária Filomena Oliveira considerou numa publicação, numa das redes sociais, ser esta uma oportunidade de "fazermos a diferença no IVA".

Na visão do presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, numa recente entrevista, a redução da actual taxa do IVA é fundamental para pôr-se em linha as empresas e, de um modo geral,⁷ a economia, que segundo ele nunca estiveram prontos para suportar a cifra de 14 por cento implementada por mera falta de diálogo entre as partes interessadas.

Na proposta, o Regime Simplificado é introduzido em substituição do Regime Transitório e do Regime de Não Sujeição, no qual estará enquadrado o contribuinte com um volume de negócios ou operações de importação igual ou inferior a 350 milhões de kwanzas. Estes, passam, segundo a proposta, a estar obrigados a pagar uma taxa de sete por cento sobre o volume de vendas efectivamente recebidas, isentando-se do pagamento do Imposto de selo recibo de quitação.

Para permitir que os contribuintes enquadrados no Regime Simplificado possam minimizar a carga total do IVA, é-lhes conferido o direito à dedução de sete por cento do total do IVA suportado nas suas aquisições de bens e serviços, assim como na importação, visando, com isso, confortar a saúde financeira das empresas enquadradas neste regime, de modo que o imposto nunca se apresente, na sua totalidade, como um custo na sua contabilidade.

Propõe-se ainda a possibilidade de os sujeitos passivos enquadrados no regime simplificado solicitarem o reembolso, direito este que podem exercer apenas uma vez por ano e na proporção de 50 por cento do total do seu crédito.

"O regime simplificado visa garantir que, em 2021, com a revogação do regime transitório, passe para o regime geral apenas um número reduzido e sustentável de contribuintes, com um volume de negócios acima do limiar mencionado, o que vai permitir maior preparação tanto da parte da AGT, como dos contribuintes", lê-se na proposta.

Quanto à tributação à taxa de sete por cento, tem por objectivo mitigar os efeitos da distorção provocada pelo regime transitório, na medida em que este

regime tem permitido que os produtos contribuintes aí enquadrados cheguem ao consumidor final a preços mais baixos em relação aos do regime geral, criando uma situação atentatória às regras da boa concorrência.

Regime de exclusão

Está-se a propor, igualmente, uma norma de exclusão no regime simplificado que afasta os pequenos contribuintes (zungueiros, engraxadores, vendedores de praça, feirantes, venda em banca, entre outros) com um volume de negócios abaixo dos 10 milhões de kwanzas. Estes ficam exonerados de quaisquer obrigações de IVA, sem prejuízo de estarem sujeitos a outros impostos.

Todavia, a proposta em consulta prevê que todos os contribuintes que pratiquem operações isentas estejam obrigados ao pagamento do Imposto de Selo à taxa de sete por cento.

A presente proposta deve ser integrada à Lei que aprova o Orçamento Geral de Estado para o exercício económico de 2021.

4.9 OGE para 2021 estima receitas e despesas de 14 biliões de Kwanzas

28 De Outubro de 2020

Texto: César Esteves

O Orçamento Geral do Estado para o próximo ano vai comportar receitas estimadas em 14.114.808.902.438,00 (catorze biliões, cento e catorze mil milhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e dois mil e quatrocentos e trinta e oito kwanzas) e despesas fixadas em igual montante.

A informação saiu da primeira sessão extraordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, orientada, ontem, pelo Presidente da República, João Lourenço, que apreciou a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2021.

De acordo com o comunicado da reunião, a perspectiva da conjuntura económica mundial para 2021 continua a ser dominada pela incerteza, persistindo, ainda, dúvidas, sobretudo relacionadas à Covid-19, como o risco de uma segunda vaga, em meio à inexistência de uma cura da doença.

Perante este cenário, o Executivo considera que os níveis de incerteza no sector petrolífero deverão permanecer e, por este motivo, perspectiva um preço

de referência do petróleo de 39 dólares por barril e um nível de produção de 1,2 milhões de barris por dia, pressuposto que, embora conservadores, concorrem para garantir a estabilidade na programação macro fiscal do país.

O comunicado adianta que, com o presente Orçamento Geral do Estado, o Executivo pretende continuar a envidar esforços com vista ao alcance do equilíbrio das contas públicas, de acordo com as medidas inscritas no PDN 2018-2022 revisto, estando, por isso, seriamente empenhado em restaurar a estabilidade macroeconómica e projectar um crescimento económico sustentável, inclusivo e diversificado.

O diploma estima receitas e respectivas fontes e fixa despesas para o período em referência, bem como estabelece os critérios de gestão que devem ser observados, quer pelos órgãos da Administração Central e Local do Estado, quer pelos órgãos de soberania dependentes do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Pretende-se que seja assegurada, cada vez mais, a racional aplicação dos recursos públicos disponíveis, de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades colectivas.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Novo ano parlamentar com desafio autárquico e fiscalizador

Jornal de Angola

16 De Outubro 2020

Texto: Faustino Diogo

A 4ª sessão legislativa da IV legislatura aberta oficialmente na quinta-feira pelo Presidente da República terá entre os grandes desafios a conclusão do pacote legislativo autárquico, elemento fundamental para que o País possa avançar com as eleições autárquicas, depois do fracasso deste ano, mas também a aprovação de legislação relativa ao sistema financeiro nacional acordada com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Deputados ouvidos pelo Expansão são unânimes de que a conclusão das leis que vão suportar as primeiras eleições autárquicas no País será uma tarefa que as bancadas parlamentares terão que se empenhar. "O grande desafio deste ano parlamentar é a conclusão do pacote legislativo autárquico para que o País concretize o processo democrático com as eleições autárquicas", considerou o deputado Manuel Fernandes da CASA-CE. Ideia partilhada pela UNITA, que além da conclusão da legislação autárquica defende a realização das eleições ainda no período do novo ano parlamentar.

"É necessário que as eleições autárquicas aconteçam. E para isso é preciso que seja concluída a legislação do pacote autárquico que não foi possível fazer na legislatura passada", disse o vice-presidente da bancada parlamentar do maior partido na oposição.

Mas a conclusão deste pacote legislativo não é o único desafio que avizinha para os deputados nesta legislatura. O partido que sustenta o governo, aponta a sustentabilidade financeira do País e a continuidade da luta contra a corrupção, como guias para actividade parlamentar nos próximos dez meses.

Para isso o MPIA vai apostar na proposta de um conjunto leis e normas que vão exigir maior desempenho dos servidores públicos "Para este ano vamos propor mais legislação que vai de encontro aos objectivos do nosso programa de governo que passa pelo combate à corrupção e também medidas para melhorar a situação económica financeira que o

País tem vivido nos últimos anos. Com o que vamos levar à Assembleia Nacional e, caso seja aprovado, os servidores públicos terão que ter outra postura", disse sob o anonimato fonte do MPIA

Quanto às eleições autárquicas, a fonte garante que o seu partido vai continuar a trabalhar para a conclusão do pacote legislativo, mas não assume a sua realização ao longo da 4.ª sessão legislativa, "Somos os primeiros a reconhecer a necessidade da realização das eleições autárquicas. Mas infelizmente vontade só não basta. Há um conjunto de pressupostos que devem ser observados até a sua concretização. Agora, se até ao final desta legislatura estarão ultrapassados, não posso garantir", concluiu.

Está previsto para este ano parlamentar a aprovação da revisão à lei do BNA, que visa conferir independência política ao banco central, bem como a lei de bases das instituições financeiras. Mas a fiscalização das acções do Executivo e do Presidente da República também entram nas contas dos deputados. A UNITA garante que vai defender o fim do acórdão que limita os representantes do povo de fiscalizarem as acções de João Lourenço enquanto titular do poder Executivo.

"É preciso que os deputados fiscalizem as acções do Presidente da República enquanto chefe do Executivo. Porque não podemos continuar limitados e condicionados de fiscalizar o que o Presidente da República faz", avançou Maurílio Luiele. A nível da fiscalização, a CASA-CE vai bater-se neste ano parlamentar pelo maior acompanhamento na execução do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). "Nós temos que estar em cima do PIIM e de forma particular já que de certa forma substituiu o Programa de Investimentos Públicos que está praticamente paralisado", disse Manuel Fernandes, que defendeu também a necessidade dos deputados olharem para o sistema tributário. "Estamos preocupados com processo tributário. De forma particular para o IRT que está a afogar as famílias da classe média. Penso que ainda é possível alterar o novo modelo e pretendemos levar este assunto a discussão", concluiu

O novo ano legislativo também mereceu o pronunciamento do analista político Seródio Miguel, que apontou o combate à corrupção, eleições autárquicas, interação dos deputados com a sociedade, reforma fiscal e mais divulgação das acções dos deputados, como pontos-chaves para os próximos dez meses de actividade da Assembleia Nacional.

5.2 Eleições sociedade civil que PIIM pode ameaçar autarquias

Novo Jornal

18 De Outubro 2020

António Gaspar

Diferentes membros da sociedade civil afirmaram que o facto de o Presidente da República, João Lourenço, não ter abordado questões relacionadas com as autarquias locais, durante o seu discurso sobre o estado da Nação, é sinónimo de que o programa de implementação do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) pode vir a representar um "manifesto" de "desculpas" para se adiar o processo autárquico previsto para 2020.

Ao Novo Jornal o jurista Albano Pedro disse ser bastante provável que o MPLA venha a criar argumentos possíveis com a execução do PIIM no sentido de prorrogar, por mais um ano, a implementação das autarquias locais no país.

"É um claro sinal de que a execução do PIIM venha a ser uma verdadeira desculpa de carácter pragmático para se dizer que há já um programa por cima da mesa e que se deve dar um tempo para funcionar. Portanto, penso que tal situação poderá fazer com que não exista, em 2020, a realização das autarquias locais", sublinhou, acrescentando que "as autarquias são urgentes para o país".

De acordo com o jurista, o MPLA, partido que suporta o Governo, tem encontrado "inúmeras" dificuldades de admitir a realização das autarquias pelo facto de perceber que "irá, de certa forma, perder alguns terrenos para outras forças políticas do país, que se mostram dispostos a dar o seu melhor para ganhar a confiança do povo angolano".

"O MPLA está ciente de que, com a implementação das autarquias, poderá perder alguns espaços governativos e, por esse motivo, tudo está a fazer para que o processo autárquico não se venha a efectuar", salientou Albano Pedro.

Entretanto, lembrou ainda que foi o próprio Presidente da República quem havia garantido que em 2020 seria o ano da realização das eleições autárquicas. "A promessa de que em 2020 teria de haver eleições autárquicas veio do próprio Presidente. Portanto, a sociedade civil vai cobrar", advertiu.

Para o director-geral da Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Carlos Cambuta, que também se juntou às vozes que contestaram o facto de o Presidente João Lourenço ter passado ao lado das autarquias no seu discurso à Nação, o PIIM não

pode servir de pretexto para condicionar a realização das autarquias.

"O PIIM não deve ser um elemento que condiciona a realização das autarquias. A implementação das autarquias não pode estar ancorada no PIIM. Se o Governo pensar nessa questão do PIIM para pôr refém as autarquias, estará a ser infeliz, porque' são dois processos distintos", adiantou, acrescentando que "adiar as autarquias significaria atrasar o desenvolvimento do país ou mesmo enfraquecer o exercício da cidadania".

Por outro lado, Carlos Cambuta defendeu que a institucionalização das autarquias constitui um alívio da parte do Executivo na medida em que facilita a materialização do princípio de que "se deve governar com o povo e não para o povo".

"As autarquias são uma nova forma de governação e essa nova forma de administração vai estrutura o plano de desenvolvimento de cada município do país", disse Carlos Cambuta.

Acrescentou que "queremos que haja um esforço por parte do Executivo para que as autarquias aconteçam no sentido de poder até permitir que o PIIM avance".

Por último, o coordenador da Plataforma Cazenga em Acção (PLACA), Kambolo Tiaka Tiaka, salientou que, se o Governo angolano não cumprir a promessa de realizar as autarquias no próximo ano, haverá um grande "desconforto por parte da sociedade".

"O Executivo só deve cumprir primeiro a promessa eleitoral e, depois, por imperativo constitucional, fazer com que as coisas aconteçam. Ora, no seu discurso à Nação, o Presidente da República não disse propriamente quando é que as autarquias terão lugar, sendo que já teria feito há muito tempo. Não queremos pensar que em 2020 não aconteçam as autarquias, pois será um investimento que vai cair no vazio", aconselhou.

O activista espera que, no discurso de fim do ano, o chefe de Estado anuncie a data e o período em que se vai suceder o pleito eleitoral.

5.3 Eleição Sociedade civil sugere calendarização do processo autárquico

Novo Jornal

23 De Outubro de 2020

Texto: Borrinho Ndomba

O Movimento Jovens pelas Autarquias, plataforma juvenil que promove campanhas de sensibilização sobre o poder local nas comunidades, defende que a Assembleia Nacional (AN) estabeleça prazo para a conclusão do processo autárquico no País e que o Executivo crie uma rubrica para as eleições do género no Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano 2021.

Os jovens activistas reagem à polémica sobre a não-convocação, pelo Presidente da República, João Lourenço, da data para a realização das eleições autárquicas, apazadas inicialmente para este ano.

"A calendarização pode assegurar o compromisso do Estado em institucionalizar as autarquias. A não-inclusão desta rubrica será uma forma indirecta de adiar, mais uma vez, tais eleições", afirmam os jovens num manifesto apresentado recentemente à imprensa.

Os dirigentes da referida plataforma salientam que a conclusão do Pacote Legislativo Autárquico em discussão na AN deve merecer prioridade absoluta neste ano parlamentar, iniciado na passada quinta-feira,¹⁵.

O coordenador do projecto Agir, ONG que faz parte do Movimento Jovens pelas Autarquias, Fernando Gomes, afirma que o período de cacimbo, e com o final do ano lectivo, seria excelente para a realização das primeiras eleições autárquicas no país, sem perder atenção aos estragos causados pela Covid-19.

"Consideramos pertinentes que nesta fase se realizem as eleições autárquicas. Também é uma forma de elevar a moral do Presidente da República, que terá prometido a realização para 2020. Na linha da condescendência, entendemos ser fundamental que o mesmo não arraste as autárquicas para o final do seu mandato", esclareceu o activista social, que, dentre outras questões, salientou a necessidade de se rever a questão da presidência da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) 1 por não reunir consenso.

O responsável é de opinião que se crie uma comissão multidisciplinar inclusiva para averiguar a composição da CNE, a fim de que o órgão eleitoral seja regido com base no princípio da ética, transparência e inclusão.

Outra preocupação manifestada pelos jovens está relacionada com a criação do cartão de munícipe e outros pressupostos materiais e imateriais para a efectivação das primeiras eleições autárquicas.

Na semana passada, os bispos da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) apelaram para a necessidade da realização das autarquias em todos os municípios e que se encontre uma data consensual para a implementação do poder local.

"As autarquias constituem hoje uma forte esperança para as populações e que o Executivo não as adie sem horizonte temporal para a sua realização", considera a CEAST.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Crise no sector da Construção no País estimula exportações de cimento

Novo Jornal

2 De Outubro de 2020

Martins Chambassuco

As exportações de cimento angolano estão a ganhar espaço em resposta à crise do sector da construção civil que se vive em Angola. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), referentes aos anos 2018-2019, países como a RD Congo e o Congo são os maiores destinos das exportações angolanas. As vendas ao exterior deste produto conheceram o pico em 2018, quando saíram do País 326,6 mil toneladas de cimento diverso, e geraram uma receita de quase 15 milhões USD. Contrariamente ao ano de 2018, no ano passado, as exportações de cimento voltaram a contrair 65,3%, para 113,1 mil toneladas, comparativamente às vendas ao exterior do período anterior. Em termos de receitas, também houve uma quebra de 53,7%, fixando-se, em 2019, nos 6,7 milhões USD, contra os quase 15 milhões USD arrecadados no período homólogo. O clinker foi o cimento mais exportado nos últimos dois anos. Só em 2018 os angolanos exportaram 301 mil toneladas de clinker, o equivalente a 92% do total das exportações de cimento naquele ano. Em termos de receitas, de acordo com as contas do Expansão com base nos dados do INE, o clinker rendeu 11,7 milhões USD, ou seja, 80% das receitas arrecadadas vieram com a comercialização desse tipo de cimento. Embora o negócio esteja ainda na fase embrionária, as empresas de construção garantem que a falta de investimentos e a redução da despesa pública, para esse sector contribuíram para a contracção do Produto Interno Bruto da construção nos últimos dois anos, forçando muitas construtoras, sobretudo as pequenas e médias empresas, a encerrar as portas.

A Associação de Empreiteiros de Construção Civil e Obras Públicas de Angola (AECCO- PA) justifica o novo impulso às exportações de cimento, com a recessão do sector da construção em Angola, mas a falta de financiamento em novos projectos de construção civil está a penalizar as empresas do sector. A Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA) e a Associação das Indústrias de Materiais de Construção de Angola (AIMCA)

também corroboram a ideia de que as exportações de cimento angolano sejam uma resposta à recessão do mercado interno da construção civil, tendo em conta que a produção interna ainda não é autossuficiente para satisfazer as necessidades internas.

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, é o homem que sempre defendeu a comercialização do cimento angolano fora das fronteiras nacionais. "Temos um grande mercado a nível da região, que é a RD Congo, onde Angola pode vender, além do cimento, os combustíveis e outros produtos. É uma aposta ambiciosa e até para reduzir os níveis de contrabando na fronteira entre os dois países desses produtos muito procurados naqueles mercados", refere o patrão dos patrões. Já o empresário Alfredo Ulo, explica que as cimenteiras angolanas devem olhar para o mercado africano como uma oportunidade de tornar os seus produtos competitivos em termos de preços e qualidade. Alerta, no entanto, para que as cimenteiras produzam para exportar. Apesar de serem ainda números muito insignificantes, os dados podem indiciar uma boa estratégia para diversificar as exportações angolanas. As fontes do Expansão adiantam que é tempo de o País efectivar a diversificação económica, de forma a deixar de estar sujeito aos choques dos preços do petróleo. Os empresários avançam ser necessária a adopção de uma política fiscal mais atractiva para os exportadores de cimento.

6.2 Casas vazias

Economia e Finanças

11 De Outubro de 2019

O país continua a registar um índice muito elevado de pessoas, funcionários públicos, ou não, sem casa própria e, com esse silêncio, às vezes sepulcral de quem de direito, não se compreende a inércia e a atitude do Estado, que persiste em manter as centralidades sob um regime de inatividade e apodrecimento por erosão do tempo, alegando falta de equipamentos sociais adequados ao espaço habitacionais criadas. Nem água vai, nem água vem, mas esquecem-se que atrás vem gente e a população aumenta e as necessidades residenciais também! A verdade é que as casas nestas cidades e nas tão anunciadas cem habitações por municípios do país continuam, muitas, desocupadas, em degradação continua e sem um modelo adequado de ocupação, renda e cobrança das mesmas

O que revolta e essa é a ideia que fica na consciência dos cidadãos, e que o Estado desconhece o real problema e a emergência habitacional do país, daí que

talvez tarde em entregar as residências àqueles que reúnem os requisitos para as ocupar. As rendas continuam altas, muita altas e há dados, de que metade dos seus utentes não realizaram ao pagamento das prestação mensais a que estão obrigados por força do contrato celebrados. Enquanto isso, o tempo passa e muitas destas centralidades sem os equipamentos sociais em funcionamento, vão se degradando, com fissuras e capim a roubar-lhe a imponência, brilho e utilidade.

Esta semana, por exemplo, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, que falou no acto que marca o Dia Mundial do Habitat, disse que mais de oito mil 990 habitações das 10 mil e 900 previstas foram já entregues entre 2017 a 2019 pelo executivo. Em termos de distribuição, Benguela, na Baía Farta, dos mil fogos previstos foram entregues 360, faltando 640, enquanto que no Lobito foram entregues 656 das três mil previstas, faltando dois mil e 344. No Namibe, na Centralidade 5 de Abril, foram entregues 584 das duas mil Casas, e na Centralidade do Namibe, denominada Praia Amélia, entregaram 570.

Jó no Bié; na Centralidade do Andulo, estão previstas mil, mas, só foram feitas 172. Na capital do pau, Luanda, na Centralidade do Zango 0, das duas mil e 464 existentes entregaram-se apenas 784 previstas, porque ainda há que se concluir o tratamento das águas residuais e pluviais. Já no Zango 5, o famoso Zango 8 mil, também está em fase conclusiva, e das sete mil e 794 casas existentes foram entregues quatro mil casa "por não estarem ainda concluídas as soluções definitivas". Na província do Uíge, as residências da Centralidade de Quilomosso foram entregues na totalidade as mil e 10 Casas. Na Centralidade da Quilemba, na província da Huíla, foram entregues 854 residências. No Cuanza Sul na Centralidade da Quibaúla, estão a finalizar os trabalhos e deverão ser entregues ainda este ano as duas mil e 10 casas.

"A Centralidade do Luhongo também tem duas mil casas e serão entregues na totalidade. Esta é a promessa que fica! O Capari e o Quilómetro 44 também ainda não foram entregues na totalidade por causa dos equipamentos e infraestruturas de suporte. As pessoas que beneficiaram, na sua maioria, são funcionárias públicas, porque o processo começa com os funcionários públicos, empresas públicas e depois com o público em geral, em função da cifra de cada grupo. É aí que está o grande pecado: essa selecção que dá privilégios a uns e retira a outros, muitas deles sem capacidade para pagar as prestações mensais.

É preciso mudar o paradigma habitacional nacional, apostando em políticas de maior inclusão e de baixa nas rendas com preços que acompanham o custo de vida actual e a extensão dos prazos de amortização, como acontece noutras partes do mundo. Não adianta anunciar, por exemplo, a construção de mais 10 novas centros urbanos, cinco já em execução, nas províncias da Huíla; Malanje, Cuanza Norte, Lunda Sul e Cuando Cubango; quando o sector continua mórbido, sem rumo, no que toca às políticas habitacionais do país as casas vão continuar vazias e se degradando continuamente, como acontece há anos.

6.3 Kilamba um novo bairro surge de forma tímida nas proximidades da centralidade

Novo Jornal

8 De Outubro 20'9

Texto: Dulcineia Lufua

Perto de trinta casas de chapas e habitadas por camponeses estão erguidas nos arredores do pavilhão Multiúso Arena do Kilamba, no distrito com o mesmo nome, em Luanda. Administração do Kilamba mostra-se preocupada com o novo bairro que está a erguer-se e garante tomar posição nos próximos dias. Os casebres não estão à vista de todos.

Quem por ali passa apenas vislumbra o pavilhão e o verdejado das árvores que embelezam a entrada da primeira centralidade erguida no país em 2012. Foi este o cenário observado pela equipa de trabalho do Novo Jornal às 11 horas, do dia 14 deste mês quando chegou ao pequeno bairro. Apelidada de "Bairro Multiúso", no local vivem e cultivam centenas de camponeses que dizem conhecer a zona há mais de 20 anos.

Camponeses no local disseram ao Novo Jornal que o espaço foi ocupado por eles por se tratar de uma zona própria para o cultivo, isto antes da construção dos edifícios da centralidade.

"Quando começámos a cultivar, aqui não existiam os edifícios do Kilamba, (nem) o Estádio 11 de Novembro, nem o Multiúso do Kilamba", lembram.

Branca Figueira tem 90 anos de idade.

Terá sido uma das primeiras camponesas a ocupar o espaço. Já com «o corpo cansado pelo peso da idade», a anciã conta que, nos últimos tempos, pessoas «estranhas» têm aparecido na zona com intuito de invadirem o espaço.

"Estou a ser acusada de vender terrenos e querem invadir a minha lavra. Se me tirarem daqui, já não sei para aonde ir, já sou velha e cansada", desabafou.

A anciã suspeita que alguns camponeses que abandonaram o espaço estão envolvidos no «esquema» de ocupação.

Mamã Branca, como é tratada, sublinhou também que, independentemente das dificuldades, a zona é calma.

"Não temos problemas com ninguém, nos deixem cultivar a nossa kizaca, mandioca, batata-doce, milho e ginguba à vontade, por favor!", pediu.

Por seu turno, Joana Fernandes, também antiga moradora do pequeno bairro, apercebendo-se da presença do NJ no local juntou-se à conversa.

"A minha lavra é tudo que eu tenho, porque é onde encontro o sustento para os meus filhos. Se nos tiram isso, as nossas vidas vão acabar".

No pequeno bairro, foi possível verificar que várias crianças não vão à escola, não possuem registo de nascimento e passam dia a divertirem-se entre as matas.

Domingas Isabel, na companhia do seu esposo, que se encontra adoentado, contou ao NJ que as crianças passam maior parte do tempo nas lavras com os pais, ou dentro da centralidade à procura de latas para vender e ou pedir esmola. "Aqui não temos condições para pôr os filhos na escola, se até registo eles não têm. Por conta disso, muitos preferem enviar os meninos junto aos outros familiares em outros bairros para estudarem", disse a cidadã.

6.4 Imóveis por registar e contas por receber valem reservas da KPMG

30 De Outubro de 2020

Texto: Joel Costa

O Auditor Independente às contas da Agência acional de Petróleo Gás e Biocombustíveis. (ANPG), a KPMG, colocou duas reservas ao relatório e contas de 2019, naquele que foi a primeira prestação de contas da agora concessionária nacional

Uma delas porque a ANPG não registou como imobilizado corpóreo alguns edifícios e outros activos de petróleo e gás que lhe foram entregues pela Sonangol, justificando que não possuía dados suficientes para estimar com fiabilidade o seu valor. Assim, o auditor indica que não lhe foi possível

concluir sobre os ajustamentos necessários à rubrica de imobilizações corpóreas e respectivo efeito em depreciações do período e o seu impacto em reservas de dotação inicial e de incorporação de activos nas demonstrações financeiras".

A segunda reserva incide sobre os fundos de abandono que ainda se encontram sob gestão da Sonangol, e que só entrarão na agência em Dezembro de 2020. A agência procedeu ao registo de 2,8 biliões Kz em contas a receber fundeamento de abandono, 3,0 biliões Kz em provisão para outros riscos e encargos - provisões para fundo de abandono e 216 mil milhões Kz em reservas - incorporação provisão abandono. Mas o auditor diz que considera que o valor a reflectir em contas a receber-fundeamento de abandono deveria ser de 2,7 biliões Kz. "Deste modo, as rubricas contam a receber e provisão para outros riscos e encargos encontram-se sobreavaliadas em 140,4 mil milhões Kz e 356,8 mil milhões Kz, respectivamente e a rubrica de reservas encontra-se subavaliada em 216,4 mil milhões Kz.

Como o fundo será entregue em Dezembro, depois de a Sonangol receber do Presidente da República uma 'moratória' para o efeito, já que teria que o ter feito até Junho, o conselho fiscal da ANPG recomenda que haja um acompanhamento periódico com relatórios de progressos elaborados.

Edifícios por registar nas contas

Entre os edifícios que a ANPG recebeu da anterior concessionária e que não estão registados no seu balanço, estão os edifícios "Gika" e "Impala", activos que foram herdados da Sonangol, no âmbito da transferência da função concessionária de Petróleo e Gás.

Aliás, a própria ANPG reconhece que não os registou no relatório "por considerar que não tem dados que permitam estimar, com fiabilidade, o valor dos activos em questão à data de 31 de Dezembro de 2019, pelo que não procedeu ao seu reconhecimento contabilístico nas presentes Demonstrações Financeiras".

A ANPG afirma ainda que está a decorrer um processo de recolha de informação com vista à avaliação dos referidos activos, acrescentando que além destes dois edifícios a agência admite "que não existirão quaisquer activos nas contas relativas a 31 de Dezembro de 2019". Informação contrariada pelo auditor externo, que aponta mais activos nesta condição.

De acordo com a KPMG, "foram ainda identificados outros edifícios e construções entregues pela

Sonangol à ANPG como as Torres do Carmo, parte do edifício onde funciona a sede da nova concessionária, o edifício Torres Lénine, o edifício Palanca, Casas do Condomínio TSE e vivendas no condomínio Atlântico Sul, que não foram igualmente registadas nas contas da Agência, nem foi possível obter a respectiva avaliação de mercado".

Os auditores explicam ainda que o não registo desses activos no património da ANPG impossibilitou a conclusão sobre os ajustamentos necessários a fazer à rubrica imobilizações corpóreas e o respectivo efeito em depreciações do período e o seu impacto em reservas de dotação inicial de incorporação de activos nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019.

A auditoria às contas abrangeu apenas oito meses, uma vez que a A PG apenas começou a exercer a função concessionária a 1 de Abril de 2019.

O Fundo de Abandono é constituído por dinheiro transferido pelos operadores de blocos petrolíferos para uma escrow account gerida pela concessionária de petróleo e gás e destina-se à cobertura de despesas futuras com o encerramento de poços petrolíferos. O Decreto Presidencial n.º 49/19 de 6 de Janeiro fixava o prazo de transferência dos subsídios de abandono da Sonangol para ANPG para Junho de 2020. Por a Sonangol não estar ainda em condições para o fazer, João Lourenço alargou o prazo para entrega dos mesmos fundos para até Dezembro de 2020 segundo o Decreto Presidencial n.º 145/ 20.

6.5 Nova legislação impede compra e mais de uma casa nas centralidades

Jornal Expansão
30 De Outubro de 2020
Texto: Faustino Diogo

Os cidadãos que comprarem mais de uma casa construída com fundos públicos vão ser obrigados a restituir um dos imóveis ao Estado, sem o direito de reaver qualquer prestação já paga, de acordo com o regime geral de acesso às habitações construídas com os fundos públicos, segundo o Decreto Presidencial n.º 278/20 de 26 de Outubro.

O documento que estipula as regras de acesso às habitações de projectos habitacionais construídos pelo Estado define que "todo o cidadão que tenha beneficiado de mais de uma habitação construída com fundos públicos, é obrigado a restituir o imóvel à entidade promotora ou gestora do projecto, sem o direito de regresso a qual- quer prestação ou renda já

paga". Ou seja, quem adquirir duas casas fica obrigado a devolver uma das habitações. Mas isto será só para novos casos, já que de acordo com o jurista Albano Pedro, a lei não é retroactiva. O jurista revela que apesar de a redacção da lei nos re- meter ao passado, a retroactividade deveria ter sido especificada na lei em artigo próprio.

Todas as entidades públicas ou privadas que tenham atribuído habitações construídas com fundos públicos devem remeter ao Instituto Nacional de Habitação todas informações necessárias para o seu registo na base de dados sobpena de ser responsabilizado por ocultação de informação nos termos da lei. "Esta base de dados única, servirá para verificar à existência de beneficiários, com mais de uma habitação, e servirá para o Estado reaver tais habitações, sem prejuízo de responsabilização civil e criminal".

O diploma que regula o acesso e uso dos imóveis dos projectos habitacionais do Estado prevê também que o contrato promessa de compra e venda estabelecido entre o Estado e determinado cidadão (propriedade resolúvel), pode ser extinto por falta de pagamento de seis prestações mensais, constatação de declarações ou documentação falsa que tenha permitido o acesso à habitação ou a utilização da habitação para fins diferentes do seu objecto.

O regime geral de acesso às habitações construídas com os fundos públicos mantém o funcionário público como o principal privilegiado, cabendo a esta franja da sociedade 30% dos imóveis em todos os projectos habitacionais que forem construídos com dinheiros públicos. À juventude ficam reservados 20%, o público em geral fica com 15%, empresas do sector público e privado ficam também com 15%.

Para a reserva de emergência estão previstos 10%, e esta será gerida pelo Fundo de Fome Habitacional. Os antigos combatentes e veteranos da pátria, pessoas com deficiência ficada com 5% das habitações construídas com os fundos públicos

O diploma que regula o acesso e uso destes imóveis define também duas modalidades de acesso Uma por sorteio, que ser a essencialmente para o pública em geral que concorrer a estes projectos e outra por atribuição, contemplará os cidadãos que se inscreverem em determinado processo, sendo escolhidos segundo critérios de prioridades estabelecidos pela entidade pública responsável pela execução da política habitacional.

6.6 Raio-X ao PIB desde a crise iniciada em 2014

Jornal Expansão
30 De Outubro de 2020

O Expansão faz uma radiografia às Contas Nacionais Trimestrais referentes ao período 2014-2020. Os indicadores remontam ao início da crise dos preços do petróleo e vão até ao 11 Trimestre deste ano, quando a economia nacional está a caminho da quinta recessão consecutiva.



6.7 Burlas "matam" sonho da casa própria de milhares de famílias

Jornal Expansão
23 De Outubro de 2020
Texto: Teima Van-Dúnem

Das dezenas de projectos imobiliários lançados no auge da construção em Luanda, muitos foram parar à barra do tribunal por burlas aos clientes, que

'mataram' o sonho da casa próprio de milhares de famílias.

Os lesados esperam ser reembolsados do investimento que fizeram, que nalguns casos chegou aos 460 mil USD, embora as hipóteses de sucesso sejam baixas, tendo em conta o andamento dos casos no tribunal e o facto de os promotores dos projectos imobiliários estarem falidos. Segundo apurou o Expansão, há mais de um milhar e meio de pessoas burladas só nos projectos Build Angola, JEFTRAN, Lar do Patriota, Jardim do Éden e Bem- Morar.

Josina Sango e mais quatro irmãos pagaram, na totalidade, mais de 1,6 milhões USD ao projecto Quintas do Rio Bengo, um dos nove projectos da Build Angola, para a aquisição de cinco residências. Isto foi em 2009, mas até hoje não receberam os imóveis, nem lhes foi devolvido o dinheiro pago. Das cinco casas que compraram, quatro custaram 290 mil USD e uma 460 mil USD. Passados 11 anos, Josina e as mais de mil pessoas lesadas esperam que a justiça actue. Uma acção colectiva aguarda decisão no tribunal.

"Fomos burlados por empresas angolanas, a Organização Onhanyombete, Lda, que tem como um dos sócios o senhor Firmino Uyamba, que actualmente é superintendente chefe da Polícia Nacional. Trata-se de uma pessoa muito bem identificada, sócio de uma das empresas que lesou mais de mil famílias, logo o tribunal não tem como dizer que não consegue localizar os membros destas empresas", queixou-se Josina Sango.

Celina Mariano, um dos 490 lesados do projecto JEFTRAN, conta que assinou o contrato de compra de uma casa, em renda resolúvel, em Junho de 2015. Na fase da contratação, pagou 1,5 milhões kz, que corresponde a 10% do imóvel, que custava 15 milhões Kz. Apesar de o pagamento ser efectuado na moeda nacional, as casas eram comercializadas em dólares, conforme câmbio dos bancos comerciais.

De acordo com o modelo de compra em renda resolúvel, Celina tinha de pagar à imobiliária 500 USD por mês durante 24 meses e receberia as chaves da casa após o pagamento da 24ª prestação.

"Em Agosto de 2017, quando fui efectuar um dos pagamentos de- parei-me com um comunicado da empresa, alegando que, em função da situação económica e financeira do País, não continuariam com a modalidade de renda resolúvel, mas que iriam reembolsar os valores pagos em 90 dias, a contar da rescisão do contrato", explicou.

Depois de ter liquidado perto de 4 milhões Kz, Celina Mariano decidiu rescindir o contrato, sendo-lhe garantida a devolução da primeira parcela em Janeiro de 2018. "Passou o tempo e a JEFTRAN não nos dizia nada, foi por isso que recorremos ao Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) e ao escritório de advogados David Mendes. Estes tentaram negociar com a empresa uma forma de reembolso, mas sem sucesso", recorda a lesada.

Posteriormente, como relata, os advogados deixaram de prestar informações sobre o processo, argumentando que não poderiam dar sequência ao caso, pois o crime por burla e difamação contra a JEFTRAN tinha sido amnistiado.

Com reclamações de 490 pessoas burladas, o INADEC conseguiu embargar, com um processo judicial, as casas do projecto JEFTRAN, no período de um ano.

Os processos foram parar à PGR e os lesados começaram a prestar declarações. "O tribunal já começou a fazer o rastreio dos bens da JEFTRAN, mas o que queremos é a devolução do dinheiro. Há dentro dos lesados pessoas que fizeram créditos bancários", sublinhou Celina Mariano.

Sobre o projecto Lar do Patriota também há inúmeras queixas de burla. Em 2004, a imobiliária cobrava 40 mil USD na compra de uma casa, tipo E no modelo de renda resolúvel. Os interessados depositavam 500 USD todos os meses no BPC. Depois de algum tempo, a empresa responsável pelo projecto alterou os preços das residências para 80 mil USD, usando como justificação a desvalorização da moeda. A fonte, que pediu anonimato, revelou ao Expansão que, em 2008, quando soube da nova tabela de preços, não aceitou, pois já tinha pago 36.500 USD, pelo que pediu a devolução do dinheiro.

Depois de muitas tentativas, na busca de uma solução, em 2016, a imobiliária disse que do valor a devolver deveria ser descontada a quantia de 1.200 USD, por ano, quotas administrativas, negociação que a cliente recusou. Caso aceita-se, deveria pagar à imobiliária.

7. TERRA

7.1 Governo ameaça receber fazendas improdutivas

Jornal de Angola

3 De Outubro de 2020

Texto: Victorino Joaquim

O Governo Provincial do Cuanza-Norte vai chamar titulares de fazendas abandonadas na província, para obter a assinatura de compromissos quanto a operacionalização dos empreendimentos, num processo que pode levar à transferência das licenças para novos investidores.

A advertência foi feita terça-feira à Rádio Luanda pelo governador do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho, numa declaração em que afirmou que, com apoio do Gabinete Jurídico do Governo Provincial, a convocatória será feita para os fazendeiros assinarem compromissos sobre o arranque da produção nos espaços que ocupam,

“Vamos convocar um por um para assinar termo de compromisso indicando a data em que poderão arrancar e, quem não puder arrancar, perderá”, declarou Adriano Mendes de Carvalho.

Oitenta e três das 163 fazendas implantadas do Lucala, 37 quilómetros a Leste de Ndalatando, Cuanza Norte, estão inoperantes e em estado de abandono, afirmou ontem uma fonte do Jornal de Angola, a confirmar informações prestadas pelo administrador municipal, Mateus Garcia, à Rádio Luanda, na quarta-feira.

A fonte citou dados de um levantamento em curso que já concluiu que, das 163 fazendas implantadas, 57 estão em exploração e 83 estão abandonadas, dando expressão à denúncia proferida por Mateus Garcia à estação emissora, onde afirmou que “muitas das parcelas de terra são ocupadas por cidadãos que não produzem nada e colocam entraves ao progresso que, há muito, se espera na região”.

Mateus Garcia lamentou que apesar de essas parcelas estarem improdutivas “há 10 ou 20 anos”, os titulares não as abandonam, impedindo que investidores autênticos se implantem e dinamizem a economia local.

No mesmo programa de rádio, o director municipal da Agricultura do Quiculungo, Joaquim Alberto, confirmou a existência de “muitos terrenos abandonados”.

7.2 Famílias apostam em hortas domésticas

Jornal de Angola

4 De Outubro de 2020

Texto: António Capapa

Enquanto não tem o trabalho de volta, Carlos Almeida decidiu-se pelo cultivo de hortaliças e legumes em metade, que estava na ociosidade, do seu quintal de mil e duzentos metros quadrados no bairro da Camama. Ao tra metade do quintal continua reservada ao estacionamento de viaturas. A iniciativa está a funcionar para ele e toda a família como uma terapia nestes tempos condicionados pela Covid-19. A esposa e os filhos de Carlos Almeida juntaram-se à empreitada, reforçando a ideia de que a família que faz tudo junto tem mais chances de ser unida. E, no caso, a horta agradece.

O excedente da produção de couve, Carlos Almeida oferece-o aparentes e a vizinhos. Em casa desde Março por conta da pandemia da covid -19, já que pertence aos chamados grupos de risco, Carlos Almeida realça o facto de estar "a consumir alimentos sem produtos orgânicos", que saem do chão da sua própria casa e vão directamente para a cozinha. "É tudo natural", sublinha.

Para muitas famílias, a pandemia encurtou o tempo de acesso a alimentos frescos e saudáveis, motivando-as à criação de hortas domésticas "para fortalecer a dieta reforçar a dieta alimentar". alimentar", como afirma aposentada Francisca Sebastião, que vive num dos edifícios da central cidade do zango 5.

Ela decidiu aproveitar o terreno junto ao seu prédio para fazer uma horta e ter “umas verdurinhas com mais vitaminas”.

Quando a entrevistamos, Francisca Sebastião tinha acabado de preparar a terra para fazer o plantio de couve. Segundo disse, o estímulo para fazer a horta veio de alguém com quem trabalhou há muito, “um ministro que dizia que tem que se aproveitar a terra”. E também do hábito dos chineses” de terem sempre uma horta onde vivem”.

De acordo com Francisca, habituamo-nos a comprar tudo no mercado “mas apostar num hortazinha em casa pode ser uma boa alternativa para se ter o alface, a couve ou uma outra verdura de imediato para fortificar a alimentação”

Francisca Sebastião diz ter uma lavra na localidade de Maria Teresa, no Cuanza-Norte, mas, na impossibilidade de lá chegar, decidiu prédio onde vive, realçando que para além de espaços para

jardins,” é preciso também ter espaço para produzir verduras e assim reforçar a dieta alimentar”

Também por falta de espaço no quintal, o funcionário público João da Silva aproveitou o espaço ao redor de casa, no Kilamba Kiaxi, para fazer a sua horta com mais dois vizinhos.”Somos três pessoas” todos trabalhadores. De manhã, estamos aqui, à tardinha, estamos a regar a fazermos aquilo que podemos. Na pequena horta, temos couve, tomate, milho, quiabo e feijão. Quando precisamos de uma folha estamos aqui”.

Além de ter produtos frescos sempre à mão, João da Silva encontrou no cultivo de verduras uma das melhores formas de passar o tempo, porquanto foi obrigado a manter-se em casa por conta de um problema de saúde que o coloca no grupo de risco da covid-19.

“Ficar apenas dentro de casa a assistir televisão também é prejudicial. Então, temos uma horta para nos divertir”, conta João Francisco, para quem o cultivo tornou-se” um exercício prazeroso, que estimula o corpo, motiva a pessoa”.

Para o funcionário público, é preciso criarem-se alternativas para fazer face ao que considera “situação complicada”, aludindo ao atual contexto social e económico do país.

7.3 EGTI cobra acima de 300 milhões de kwanzas nos terrenos do Kilamba

Jornal de Angola
6 De Outubro de 2020

A Empresa Gestora de Terrenos Infraestruturados (EGTI) cobra, por um lote de terreno com a dimensão de pouco mais de cinco mil metros quadrados (meio hectare ou seja 50/100m), na Centralidade do Kilamba, em Luanda, o valor superior a 300 milhões de kwanzas (acima de 470 mil dólares).

Segundo apurou o Jornal de Angola, os sorteados estão, neste momento, a ser chamados para a assinatura dos respectivos contratos, cumprindo a EGTI com a promessa de serem entregues os espaços no mês de Outubro, mas há uma onda de estupefação e insatisfação por parte de muitos, por verem as expectativas iniciais totalmente defraudadas.

As cláusulas do contrato admitem a exploração e construção de 35 por cento do espaço. De acordo com o presidente do Conselho de Administração da Empresa Gestora de Terrenos Infraestruturados (EGTI), Pedro Cristóvão, numa entrevista em Março deste ano, os lotes pequenos com dimensão de 15 por 25 metros ou 375 metros quadrados de área seriam comercializados a seis milhões de kwanzas. Isso gerou uma previsão aritmética de 16 mil kwanzas por metro quadrado.

No caso concreto, os cálculos aproximam-se a um custo por metro quadrado de 58 mil kwanzas. Pedro Cristóvão será o convidado de hoje do espaço Grande Entrevista da TPA e vai seguramente esclarecer estas polémicas contas, que podem, seguramente, estar a ser mal feitas pelos sorteados, que argumentam pouco esclarecimento ou mesmo domínio do assunto por parte das funcionárias que estão a ligar e repassar os contratos para assinatura.

A EGTI sorteou 560 lotes. Deste número, 468 estão destinados a habitações unifamiliares, 61 multifamiliares, sete para ensino, cinco para saúde, oito para o comércio e 11 para a cultura. Segundo os dados, ao todo, concorreram ao sorteio 54.986 candidatos, dos quais 41.265 para habitação unifamiliar (vivendas), 6.628 para multifamiliar (edifícios de até 5 pisos) e 925 para construção de infra-estruturas de cultura e lazer. Aos terrenos disponíveis para actividade comercial concorreram 5.251 candidatos, sendo que para a construção de estabelecimentos de ensino estão reservados 566 e outros 351 para serviços de saúde (clínicas e farmácias).

Para o pagamento dos terrenos, os sorteados têm um período de carência que varia entre os três a 12 meses. As prestações mensais variam entre seis meses a cinco anos. Na assinatura do contrato, um pagamento de 20 por cento do valor total serve como entrada. A Empresa Gestora de Terrenos Infraestruturados é uma Empresa Pública criada a 5 de Março de 2015, por Decreto Presidencial nº 58/15. Tem como objectivo atender a necessidade de instituir uma estrutura empresarial encarregue pela administração de forma mais racional dos terrenos infra-estruturados do domínio público e privado do Estado angolano.

A sua criação é considerada de interesse estratégico para Angola, na medida em que esta será encarregue da gestão, a nível nacional, dos terrenos infraestruturados que lhe sejam atribuídos por diplomas específicos, podendo ainda exercer

actividades acessórias ou complementares, como a demarcação, loteamento, infra-estruturação, comercialização, regularização de direitos fundiários e construção de edifícios.

Considerando a importância da administração e gestão criteriosa dos terrenos infraestruturados enquanto património público e a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do país e bem-estar da população, procedeu-se à criação da Empresa Gestora de Terrenos Infraestruturados, EGTI-EP em Março de 2015.

7.4 Benguela polícia «esmaga» desalojados das Salinas, em protestos por terra

Jornal de Angola

16 De Outubro de 2020

Texto: João Marcos

Famílias que perderam as suas casas denunciam violência policial, com ameaças de morte à mistura, e avisam que as manifestações vão prosseguir. Polícia e Administração Municipal optam pelo silêncio.

Terminou com catorze detidos, por suposta desobediência edesacato às autoridades, no início desta semana, a onda de protestos contra a venda de terrenos loteados em Benguela, concretamente no bairro das Salinas, de onde foram desalojadas centenas de famílias quando a Administração Municipal partiu casas, escola e posto de saúde. Movidos por informações que apontam para o início do processo de vendas, assumido já pelas autoridades, ex-moradores do bairro marcharam do Magistério Lúcio Lara em direcção ao local de triste memória, num percurso de quatro quilómetros, para manifestações em nome do direito de preferência, principalmente. Nas imediações do escritório da empresa que procede ao loteamento do espaço, bem ao lado dos escombros das demolições ocorridas a 24 de Junho, decorriam "manifestações pacíficas" que visavam, também, impedir o negócio. "Como vê o senhor jornalista, não trouxemos armas, nem nada, porque não queremos confronto com a Polícia", disse Cassiano Catimba, um dos milhares de desalojados à espera de um frente-a-frente com a administradora municipal, Adelta Matias. Irónico, Catimba dizia não ser angolano, tal como os seus companheiros, salientando que, caso contrário, a população já tinha sido recebida pelos dirigentes.

"Se nos colocou naquela escola, que vai caindo aos poucos, daí a retirada dos alunos, é porque a Administração está a nos matar. Está a dizer

descansem em paz, mas não consegue, estamos aqui a exigir direitos de superfície", critica.

Outros cidadãos, incluindo senhoras com crianças entre os braços, diziam que não mais regressariam ao magistério, numa zona com montanhas ao lado, uma vez que convivem com animais perigosos.

"Há lá macacos e cobras, muitas. Temos de fazer fogueira para afugentar os bichos. É assim quase todas as noites. Nascemos aqui nas Salinas, já não voltamos", desabafam. Os protestos aumentavam de tom, com apelos para um esclarecimento da Administração Municipal, e a polícia, poucas horas depois, efectuava detenções, alegando desacato às autoridades. Com ex-moradores das salinas, foi detida a activista cívica Sara Paulo, professora e jurista, pelas mesmas razões, ao filmar a ação policial.

Até quarta-feira, 14, altura em que fechávamos esta peça, os catorze antigos moradores das Salinas e a activista Sara Paulo tinham passado duas noites nos calabouços, a primeira numa esquadra policial e a segunda, após o adiamento do julgamento sumário, na cadeia central do Cavaco.

Muitas senhoras chegaram ao Tribunal da Comarca com sinais de "violência policial", conforme a descrição do activista Emerson Marcos, que diz ter testemunhado a ocorrência.

"Não apareceu ninguém da Administração, ninguém do Governo, e o comandante municipal da Polícia, o senhor Filipe Cachata, mandou soltar os cães. Muitas senhoras foram atacadas, mas estão aqui para o julgamento", sublinha o professor, que nega a tese de desacato.

Emerson Marcos, que chegou a cumprir um mês de prisão efectiva, também por desobediência numa manifestação anterior, acrescenta que a população fugia para não ser agredida.

Com a sentença ainda no segredo dos Deuses, ele vaticinava que os ex-moradores cumpririam não por desacatos, mas por causa da sara, "uma mulher que dá a cara pelo activismo, tem a cabeça a prémio.

Advogado estupefacto

Foi com "estupefação" que o jurista José Faria, advogado das famílias desalojadas, tomou conhecimento de movimentações para a venda de lotes no bairro destruído, numa altura em que os seus constituintes aguardam por uma decisão judicial relativa à providência cautelar não especificada.

Por essa via, lembra o causídico, os requerentes esperam que o tribunal trave o loteamento em curso.

"A Administração Municipal pode estar a arranjar outro problema, para, neste caso, cidadãos que venham a adquirir parcelas. E se a decisão for favorável aos desalojados, como ficam as coisas?", questiona Faria, que olha, também, pelo direito de preferência.

Tribunal decide pela soltura dos cidadãos

O Tribunal da Comarca de Benguela suspendeu o julgamento dos catorze 'antigos moradores do bairro das salinas e da activista Sara Paulo, acusados de desobediência na altura das manifestações, por falta de elementos de provas.

O juiz mandou para casa todos os arguidos. A informação foi prestada ao NJ, já ao cair do fecho desta edição, por uma fonte judicial.

Após consulta do teor, a defesa dos acusados refere que o processo "não tinha pernas para andar" , até porque "não houve desobediência ou desacato em nenhum momento" .

Lamenta que os cidadãos tenham ficado dois dias provados de liberdade e refere que, esclareci da está questão, a batalha judicial vai prosseguir, tendo em conta os direitos adquiridos em relação às terras que deverão ser vendidas.

7.5 Criadores de gado comerciais ocupam 67% das terras

Novo Jornal

18 De Outubro de 2019

Os pesquisadores da Amnistia Internacional descobriram que, no caso dos Gambos, a insegurança alimentar tinha como elemento crucial: os criadores comerciais de gado, que confiscaram sem consentimento 67% das melhores pastagens comunitárias.

A expropriação destas terras, que, segundo o relatório, do ponto de vista histórico, tinham ajudado a mitigar o impacto da seca entre os pastoralistas da região, agravaram a situação da segurança alimentar.

Os 67% das terras de pastagem ocupadas por criadores de gado comerciais incluem grandes partes do "berço do gado", o significado clássico de chimbolela na língua vangambwe.

De acordo com o relatório, essas mudanças na posse e usufruto da terra de pasto minaram a resiliência económica e social das comunidades pastoralistas,

particularmente na sua capacidade de produzir alimentos.

"Uma vez que as mulheres são agora responsáveis pela produção dos alimentos, gastam muito tempo e esforço a cultivar terras que estão longe de onde tradicionalmente o faziam, enquanto se espera que mantenham a sua responsabilidade sobre o trabalho doméstico. Tal tem aumentado tremendamente o seu fardo.

A Amnistia Internacional é um movimento global de mais de 9 milhões de pessoas que lutam por um mundo onde os direitos humanos sejam desfrutados por todos. A nossa visão é que todas as pessoas usufruam de todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Humanos e noutros padrões internacionais de direitos humanos.

7.6 Explorações pecuárias minaram a segurança alimentar nos Gambos

Novo Jornal

18 De Outubro de 2019

Texto: Nok Nogueira

Intitula-se o fim do paraíso do gado: Como o desvio de terras para explorações pecuárias minou a segurança alimentar nos Gambos e será apresentado ao público na terça-feira, 22, na Mediateca de Luanda, às 10h, pela Amnistia Internacional (AI) e a Associação Construindo Comunidades (ACC), como resultado de um trabalho de investigação realizado no Sul de Angola - afectado pela seca e pela fome - entre Fevereiro de 2018 e Março do corrente ano.

O relatório conjunto, que analisou o desvio de terra em larga escala para produção comercial de gado, apresenta os resultados de como o acto de expropriação interferiu com o exercício do direito à alimentação entre as comunidades pastoralistas Vanyaneka e Ovaherero no município dos Gambos, província da Huíla.

Entre as conclusões, o relatório «O fim do paraíso do gado» apresenta a tese segundo a qual a seca em curso no Sul de Angola não foi de todo responsável por minar o direito à alimentação entre os/as pastoralistas, mas sim a ocupação da costumeira terra de pasto para criação comercial de gado, que tornou severa a insegurança alimentar nos Gambos.

Os dados, resultados de entrevistas levadas a cabo no local espelham o retrato de comunidades rurais que construíram a sua resiliência e que se protegeram da insegurança alimentar através da posse e usufruto

costumeiro da terra para agricultura de subsistência e para a pastorícia, facto contrariado pela expropriação de terras rurais, que cor- ruiu a resiliência económica e social daqueles povos.

Embora apresente com maior incidência os casos ocorridos nas zonas dos Gambos, o relatório cita exemplos de outras províncias onde a ocupação de terras para fins comerciais teve consequências directas na vida dos povos.

Um estudo citado no relatório, realizado pela Federação Luterana Mundial na província do Moxico, aponta que interesses privados apreenderam à força 29.200 hectares de famílias rurais que os utilizavam para agricultura de subsistência.

No município de Lumege Cameia, no Moxico, as comunidades rurais perderam 5.000 hectares para a agricultura comercial. Igual situação registou-se no município de Camanongue, onde 22.400 hectares foram apreendidos para a agricultura comercial privada, e 250 famílias foram despejadas das suas casas.

No Luena, capital da província, as comunidades rurais perderam 1.800 hectares para agricultores comerciais.

Em todos estes casos, descreve o relatório, não houve consulta, nem compensação, nem realojamento, nem avaliação de impacto ambiental e social. Pelo que os exemplos não se ficam apenas pela província do Moxico, uma vez que os registos consultados assim o provam.

É caso do estudo da Iniciativa de Pesquisa China-África, nas províncias do Uíge, Kwando Kubango, Cunene, Bié, Malanje, Zaire e também Moxico, que conclui que as comunidades rurais perderam, sem as devidas diligências, 83.630 hectares de terra para pecuaristas comerciais chineses que produzem culturas comerciais para exportação.

Em Fevereiro de 2016, segundo o relatório da Amnistia Internacional e da Associação Construindo Comunidades, agricultores comerciais expulsaram à força 19 famílias das suas terras no Cunene corno parte do megaprojeto agroindustrial do Governo, o Horizonte 2020.

Entre as várias ferramentas utilizadas no estudo, a Amnistia Internacional analisou imagens de satélite e imagens do Google Earth para documentar o aumento progressivo do uso da terra para a pecuária comercial e a consequente redução da área de pastagem para o gado na Tunda dos Gambos, entre 1990 e 2018.

Segundo o relatório, um grupo de pastoralistas também desenhou esboços que mapeavam as áreas sob ocupação dos criadores comerciais de gado. Foram ainda usadas fotografias como representações visuais do valor antropológico, económico, social e existencial do gado nos Gambos; e dos serviços ecológicos da Tunda dos Gambos como formas (direitos culturais) e meios (direitos económicos e sociais) de vida.

7.7 Governo falha em respeitar a legislação nacional

Novo Jornal

18 De Outubro de 2020

O relatório da Amnistia Internacional não apresenta dúvidas em relação à quota parte de responsabilidade do Governo em relação à protecção que devia dar às famílias e, sobretudo, ao primado da legalidade no que à legislação da terra diz respeito.

O entendimento a essa questão é que as apreensões de terra para a pecuária comercial na região dos Gambos representam o fracasso do Governo em respeitar as suas próprias leis e os padrões internacionais.

O relatório salienta que, apesar da legislação angolana - incluindo a Constituição, a Lei de Terras e a Lei Ambiental - proteger as terras comunitárias rurais, tais como as terras de pasto comuns dos Gambos, o Governo angolano falhou no seu dever de ser o fiscalizador do cumprimento da lei.

"A Lei Ambiental angolana designa as terras comunitárias rurais como terras não concedíveis, ou seja, o Governo não as pode expropriar em benefício de terceiros sem a devida diligência. O Governo pode expropriar essas terras exclusivamente para benefício público, não privado, sob condição de justa compensação", pode ler-se.

O relatório dá conta que, com base nesta classificação, a Tunda e Chimbolela são terras comunitárias rurais que pastoralistas do Sul de Angola - incluindo as províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe - têm usado durante séculos como pastos comuns.

No entanto, segue o relatório, apesar disso, o Governo angolano permitiu que os criadores comerciais de gado ocupassem a Tunda e Vale do Chimbolela sem qualquer forma de compensação, violando claramente a legislação angolana.

7.8 Kilamba um novo bairro surge de forma tímida nas proximidades da centralidade

Novo Jornal

8 De Outubro 20'9

Texto: Dulcineia Lafua

Perto de trinta casas de chapas e habitadas por camponeses estão erguidas nos arredores do pavilhão Multiúso Arena do Kilamba, no distrito com o mesmo nome, em Luanda. Administração do Kilamba mostra-se preocupada com o novo bairro que está a erguer-se e garante tomar posição nos próximos dias. Os casebres não estão à vista de todos.

Quem por ali passa apenas vislumbra o pavilhão e o verdejado das árvores que embelezam a entrada da primeira centralidade erguida no país em 2012. Foi este o cenário observado pela equipa de trabalho do Novo Jornal às 11 horas, do dia 14 deste mês quando chegou ao pequeno bairro. Apelidada de "Bairro Multiúso", no local vivem e cultivam centenas de camponeses que dizem conhecer a zona há mais de 20 anos.

Camponeses no local disseram ao Novo Jornal que o espaço foi ocupado por eles por se tratar de uma zona própria para o cultivo, isto antes da construção dos edifícios da centralidade.

"Quando começámos a cultivar, aqui não existiam os edifícios do Kilamba, (nem) o Estádio 11 de Novembro, nem o Multiúso do Kilamba", lembram.

Branca Figueira tem 90 anos de idade.

Terá sido uma das primeiras camponesas a ocupar o espaço. Já com «o corpo cansado pelo peso da idade», a anciã conta que, nos últimos tempos, pessoas «estranhas» têm aparecido na zona com intuito de invadirem o espaço.

"Estou a ser acusada de vender terrenos e querem invadir a minha lavra. Se me tirarem daqui, já não sei para aonde ir, já sou velha e cansada", desabafou.

A anciã suspeita que alguns camponeses que abandonaram o espaço estão envolvidos no «esquema» de ocupação.

Mamã Branca, como é tratada, sublinhou também que, independentemente das dificuldades, a zona é calma.

"Não temos problemas com ninguém, nos deixem cultivar a nossa kizaca, mandioca, batata-doce, milho e ginguba à vontade, por favor!, pediu.

Por seu turno, Joana Fernandes, também antiga moradora do pequeno bairro, apercebendo-se da presença do NJ no local juntou-se à conversa.

"A minha lavra é tudo que eu tenho, porque é onde encontro o sustento para os meus filhos. Se nos tiram isso, as nossas vidas vão acabar".

No pequeno bairro, foi possível verificar que várias crianças não vão à escola, não possuem registo de nascimento e passam dia a divertirem-se entre as matas.

Domingas Isabel, na companhia do seu esposo, que se encontra adoentado, contou ao NJ que as crianças passam maior parte do tempo nas lavras com os pais, ou dentro da centralidade à procura de latas para vender e ou pedir esmola.

"Aqui não temos condições para pôr os filhos na escola, se até registo eles não têm. Por conta disso, muitos preferem enviar os meninos junto aos outros Familiares em outros bairros para estudarem", disse a cidadã.

7.9 Notas Recomendações para o Governo angolano

Novo jornal

18 De Outubro 2019

Tomar medidas imediatas e urgentes para resolver a falta de alimentos adequados nos Gambos, inclusivamente entre a comunidade pastoralista documentada no relatório;

Efectuar uma investigação detalhada em todo o município sobre as preocupações com a desnutrição e a fome na região dos Gambos, com o objectivo de recolher dados desagregados, incluindo por sexo e idade, a fim de elaborar intervenções urgentes adequadas a curto e longo prazos;

Declarar uma moratória sobre a concessão de terras na região dos Gambos e nomear uma comissão de inquérito para investigar como grandes partes da Tunda dos Gambos e do vale do Chimbolela foram concedidas para a pecuária comercial desde o fim da guerra civil em 2002;

Efectuar uma avaliação detalhada e fornecer soluções adequadas para as violações dos direitos humanos e perdas a que os/as pastoralistas foram sujeitos/as devido ao desvio de grandes partes da Tunda dos Gambos e do vale do chimbolela para criadores comerciais de gado desde o fim da guerra civil em 2002. Para o Ministério da Agricultura e Florestas;

Divulgar o processo através do qual criadores de gado comercial não identificados obtiveram acesso a grandes partes da Tunda dos Gambos e do Vale do Chimbolela no município dos Gambos.

Restituir as áreas ocupadas da Tunda dos Gambos e do Vale do Chimbolela aos/às pastoralistas e compensar justamente as perdas sofridas;

Projectar e construir infra-estruturas de distribuição de água para fornecer água de irrigação para a agricultura familiar e água potável para os/as pastoralistas e para o seu gado;

Avaliar as necessidades de infra-estrutura e recursos das comunidades pastoralistas dos Gambos para apoiar a actividade pastoral e melhorar a segurança alimentar. Para o Ministério do Ambiente;

Fazer cumprir o requisito de realizar avaliações de impacto ambiental e social a todos os fazendeiros comerciais, para proteger a comunidade rural do impacto adverso da pecuária comercial e de outros interesses económicos privados sobre os direitos humanos;

Realizar inspecções regulares de impacto ambiental e social em todas as propriedades comerciais para determinar até que ponto as mudanças ambientais estão a afectar as comunidades rurais, e disponibilizar os relatórios resultantes ao público e a todas as partes interessadas. Para o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola;

Trabalhar com a sociedade civil para demarcar todas as terras comunitárias rurais e emitir títulos comunais de ocupação, posse e direitos de usufruto, conforme decretado no artigo 37 da Lei de Terras (Lei 9/04) e no artigo 18 do Decreto 58/07;

Trabalhar com a sociedade civil para construir um registo electrónico de todas as terras comunitárias rurais e explorações agrícolas comerciais para garantir a transparência e proteger as comunidades rurais que dependem da terra para a sua subsistência. Para a comunidade internacional:

Providenciar assistência financeira e técnica para lidar com a insegurança alimentar no Sul de Angola, incluindo o apoio aos programas de apoio alimentar

existentes, para que cheguem a quem se encontra em maior risco de fome.

7.10 Tumulto causa morte e feridos no Sequele

Jornal de Angola

21 De Outubro de 2020

Texto: Domingos dos Santos

Um cidadão, que aparenta ter 30/35 anos, morreu, ontem, na sequência de um tumulto registado no Sequele, município de Cacuaco, arredores de Luanda.

Durante o tumulto, três pessoas ficaram feridas e 50 foram detidas.

Segundo testemunhas, tudo começou quando elementos da Fiscalização da Administração de Cacuaco tentavam demolir casebres erguidos ilegalmente, no Santuário dos Imbondeiros.

Em resposta, populares insurgiram-se contra os fiscais da Administração de Cacuaco e efectivos da Polícia Nacional, criaram barricadas, atearam fogo nos dois sentidos da via principal do Sequele e atacaram automobilistas e transeuntes que tentavam fazer imagens da manifestação.

A população partiu vidros de viaturas e agrediu fisicamente alguns transeuntes. "Quando tentaram partir os vidros de uma viatura Toyota Prado, um dos ocupantes baixou o vidro e fez dois disparos, que atingiram mortalmente o jovem, na cabeça", disse uma das testemunhas.

Segundo uma fonte da Polícia Nacional, os manifestantes tinha sido orientados a abandonar o local, mas recusaram, numa demonstração de desrespeito às autoridades. "Já aconselhámos estas pessoas a abandonar este local, mas elas insistem em ficar aqui e já derrubaram até imbondeiros. São teimosos", disse.

Uma moradora, que se identificou apenas como Madalena, 60 anos, disse que possui o terreno muito antes da construção da Centralidade do Sequele. "Já temos este terreno há bastante tempo. A centralidade já nos encontrou. Se demolirem a nossa casa, não temos para onde ir. Ou ficamos aqui ou vão ter de nos matar também", disse aos prantos.

O tumulto começou quando eram 11 horas. A via principal do Sequele ficou interdita nos dois sentidos. Ninguém saía nem entrava. Depois de relativa acalmia, as duas vias foram reabertas. Alguns automobilistas e ocupantes de viaturas que tentaram

fazer novas imagens foram detidos pela Polícia Nacional e viram retidos os telemóveis.

Criado numa área equivalente a 33 mil campos de futebol, o Santuário dos Imbondeiros, na zona do Sequele, em Luanda, está a sofrer uma desmatação sem precedentes, para construções anárquicas.

As ocupações anárquicas, que começaram há quatro anos, com o surgimento de casebres, dão hoje lugar a construções de cimento. Na ausência da autoridade, os próprios invasores criaram uma comissão de moradores, que hoje é responsável pela atribuição de espaços.

7.11 Continuam as construções anárquicas no Sequele

Jornal de Angola

22 De Outubro de 202

Texto: Domingos dos Santos

As construções anárquicas no Santuário dos Imbondeiros, no Sequele, em Luanda, continuam, 24 horas depois dos tumultos ocorridos na terça-feira, em que invasores de terrenos insurgiram-se contra os fiscais da Administração de Cacucaco.

Além disso, os invasores criaram barricadas, atearam fogo a objectos, interditararam os dois sentidos da via principal, vandalizaram viaturas e agrediram transeuntes que faziam imagens da insurgência.

O cenário no Santuário é de devastação. Por todo o lado, há imbondeiros derrubados. Os materiais de construção, como areia, britas, burgau e blocos são colocados no local durante à noite e, no dia seguinte, começam as obras. Antes disso, primeiro, os invasores identificam os terrenos, onde constroem casebres de chapas de zinco, para depois erguerem as casas definitivas.

À reportagem do Jornal de Angola, os invasores alegaram que não tinham para onde ir e que só deixariam o local se lhes fosse dado moradias ou documentos que comprovassem a posse da terra.

“Também somos angolanos e temos direitos. Se não querem que construamos aqui, que nos dêem uma casa ou documento que comprova a posse do terreno”, disse um dos invasores, que não quis ser identificado.

Depois dos tumultos, que deixaram um morto, três pessoas feridas e 50 pessoas detidas, moradores da Centralidade do Sequele exigem das autoridades combate implacável à invasão de terrenos.

“Enquanto moradores preocupa-nos essa situação, porque as construções podem provocar outros problemas sociais, como prostituição e criminalidade. É hora das autoridades acabar com anarquia”, disse Ana Vaz, que presenciou os tumultos ocorridos durante o período da manhã de terça-feira.

Há oito anos a viver no Sequele, Maurício Francisco conta que quase foi vítima de invasores de terrenos, que alegavam serem proprietários do espaço onde tem uma oficina de automóveis.

“Um dia apareceu aqui uma velha acompanhada de supostos filhos e netos, alegando ser proprietária do terreno. Simplesmente disse-lhes que nada tinha a falar com os mesmos e que deviam se dirigir à Administração do Sequele. Nunca mais apareceram”, conta o mecânico de 33 anos.

Uma fonte da Administração do Distrito Urbano do Sequele revelou que efectivos do Serviço de Fiscalização tem percorrido as áreas ocupadas pelas construções anárquicas e que já foi feito o levantamento das pessoas envolvidas na invasão de terrenos. “Tais pessoas estão já identificadas e vão responder criminalmente”, garantiu.

7.12 Haja administração, senhores

Jornal de Angola

25 De Outubro de 2020

Texto: Pombal Maria

Na passada terça-feira, 20, o dia parou na estrada de acesso à centralidade do Sequele. Um pelotão furioso de supostos homens sem tecto, ocupantes dos terrenos no Santuário dos Embondeiros, deitou abaixo postes de iluminação eléctrica, queimou pneus e apedrejou viaturas, pendurando a agenda dos automobilistas. Na verdade, não é só a fúria da Kianda que invade estradas, inunda as estradas com areia, objectos e dejetos, as almas enfurecidas também o fazem...

Naquela algazarra houve uma vítima mortal. Acontece que um automobilista à paisana e armado ao ver os vidros da sua viatura caírem aos pedacinhos, quase perdeu a alma. Fez uso da arma de fogo, o eco ouviuse nas profundezas do Sequele. O autor dos estilhaços do vidro, um suposto sem tecto, deixou a sua vida naquele mesmo local. Beijou o solo na presença de familiares seus, outros também supostamente sem tecto.

Pouco radiante estava o rei astro, nuvens cinzentas e algumas aves recortavam o céu. Graças aos agentes

da polícia, bem orientados, conseguiu-se travar a onda de violência.

Aquele episódio de curta-metragem da longa novela da ocupação e desocupação de terras, no jogo do rato e do gato entre a Administração e os ocupantes ilegais, rapidamente voou para as redes sociais, por conta de smartphones, autênticas câmaras de filmagem. Em tempo real, tivemos a cortina aberta para o capítulo da longa novela. Os sequelenses da primeira hora, meus kambas como Man Dio, o poeta Pompílio (Man Polé), Lolita e a Anchinha, ainda tiveram tempo de agarrar o coração com as próprias mãos. Aumentaram a quota das telefonias celulares, com uso das ondas hertzianas para confirmar o fim da novela, suas vítimas e danos entre os habitantes.

História antiga

A história da ocupação de terras na terra da Kianda estende-se como elástico ao longo do tempo, antes e depois da independência nacional. Depois da independência, a violência desenfreada entre filhos da mesma Angola ganhou pernas longas. Os mais espertos, saltando de galho em galho, foram enganando os outros.

Actualmente, cerca de quatro décadas e meia da independência, houve tempo suficiente para se colocar um travão moderno ou refrear a ganância desmedida dos meninos de ouro.

Entre os gabinetes das administrações locais inflamados de desejos e projectos com resultados menos visíveis e as casas de chapas que crescem como cogumelos nos terrenos baldios, e não só, que haja o espelho da competência, que se equilibre a balança social entre os filhos da mesma mãe, os pés descalços e os calcinhas.

Ora vejamos. Há cerca de quinze anos a cidade herdeira de São Paulo de Luanda acordou assustada com um dos mais dramáticos despejos forçados, no bairro Iraque. O Iraque deixou de ser apenas no médio oriente. Graças ao feitiço de muito boa gente, pelotões de homens armados até à língua, fardados com traje da cor da noite, pela madrugada, antes do canto do galo, cercaram o bairro de casas de betão, chapas, latas e madeira carcomida pelo tempo, esticaram a madrugada dos pobres coitados para a mais longa de suas vidas. Triste memória. Não eram os marines da terra do Tio Sam. Eram homens às ordens dos manda-chuva, desalojando um por um, demolindo o doce lar de cada um, seus tectos construídos com muito suor, dias de trabalho e ardor. Crianças, mulheres, jovens, velhos e adultos deixaram de ter um tecto para sonhar com o mukixi. Eles não moravam na lua, nem no paraíso. O bairro foi jogado

ao chão, os habitantes ao relento, cada um à sua sorte. As lágrimas do mar foram poucas. Os choros estenderam-se pela madrugada fora. Meses depois nasceu um imponente bairro com vivendas confortáveis para seus irmãos mais importantes, cidadãos bafejados pela sorte... arrotando bife, batatas fritas e maionese.

Mau exemplo

A partir daquela data, o mau exemplo se espalhou pelas quatro paredes da Kianda. Nasceram grupos de outros oportunistas, pés descalços, conhecidos como “CaçaTerrenos“, a invadir campos cultivados da cintura verde de Luanda. Autênticos campos de cultivo, autênticos postos de emprego de milhares de famílias humildes. Invasões violentas. Abriram as portas para violentos combates de catanas, machados e até armas de fogo. Muitas vidas perderam-se no silêncio destas lutas.

Os invasores com cara de pau chegavam aos montões, pela madrugada, com catanas, enxadas e armas de fogo cercavam as lavras. Destruíam toda a plantação. Permaneciam nas redondezas durante o dia, nas árvores, entre o capinzal, à espera de quem reclamasse. Dispostos ao duelo. Os homens da Ordem raras vezes socorriam os aflitos. As administrações aparentemente adormeciam.

As histórias de ocupação de terras, combates entre ocupantes e famílias camponesas aconteciam quase todas as semanas. Os caçaterrenos sabiam que a impunidade fazia morada. Plantavam casas de chapas em jeito de ocupação do espaço. Vendiam os terrenos aos mais distraídos. E foi assim que a maior parte da cintura verde de Luanda foi destruída nos últimos quinze anos. Alguns efectivos das Forças Armadas Angolanas viram o sol nascer quadrado por tentarem agarrar uma fatia de bolo naquela desordem bem organizada.

Alguns dos actuais residentes ocupantes do Santuário dos Embondeiros podem ser parte do exército de ocupantes ilegais de terras ou inocentes compradores. Na hora exacta a Administração Municipal fechou os olhos, chegou um atrás do outro. Assassinaram os embondeiros. Venderam os terrenos, levantaram casas de chapas. Ninguém levantou uma palha sequer. O caldo transbordou. Todos fogem com o rabo à seringa. E é assim que muitos problemas evitáveis transbordam rios e mares. Haja administração, meus senhores! Conversem com as comunidades. Evitem o extremo. A cidadania convida à boa governação, para o bem-estar de todos...

7.13 Construções anárquicas são destruídas em Viana

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2020

Pelo menos, 38 lojas, 12 residências inacabadas e 15 alicerces, localizados no terreno adjacente à Centralidade do Zango 5 e perímetro do futuro Aeroporto Internacional de Luanda, foram destruídos, segunda-feira, pela Administração Municipal de Viana.

Em declarações, ontem, à Angop, o director municipal da Fiscalização de Viana, Paulo Vaz, disse que os supostos proprietários das infra-estruturas destruídas pretendiam comercializá-las a terceiros, em valores avaliados em 280 milhões de kwanzas.

Paulo Vaz precisou que a operação, feita com a protecção de efectivos da Polícia Nacional, se deve ao facto de os terrenos serem reserva fundiária do Estado, ocupados sem a prévia autorização das autoridades.

De acordo com Paulo Vaz, no processo de ocupação ilegal de terrenos estão envolvidas várias pessoas ligadas à administração local, elementos da fiscalização, da Polícia Nacional e das comissões de moradores.

Informou que os envolvidos neste processo ilegal, ainda em fase de investigação, serão apresentados às autoridades judiciais, para a tomada de medidas, conforme a lei vigente.

Realçou, igualmente, que a ocupação ilegal de terrenos ocorre pela calada da noite, e que os implicados integram um grupo de elementos que fazem desta prática um negócio. Paulo Vaz alertou que os fiscais, perfeitamente identificados, serão punidos e expulsos da instituição, após as investigações em curso, sendo posteriormente entregues ao Serviço de Investigação Criminal (SIC), Polícia Nacional e Ministério Público.

“Vamos agir severamente com multas pesadas contra todos que queiram continuar com estas práticas condenáveis, para que a tranquilidade retorne aos munícipes”, assegurou Paulo Vaz.

O município de Viana, que dista a 20 quilómetros do centro da cidade de Luanda, é composto pelos distritos urbanos do Zango, Estalagem, Vila Flor, Baia, Kikuxi, Vila-Sede e comuna de Calumbo.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Capitais mistos erguem unidade nos Mulenvos

Jornal de Angola

3 De Outubro de 2020

Texto: Hélder Jeremias

A Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos do Mulenvos vai ser construída e explorada por uma parceria público-privada, no quadro de um programa de iniciativa institucional adoptada há pouco mais de uma semana, na 9ª Sessão Ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros.

O Plano Operacional de Estruturação de Parcerias Público-Privadas, a constituir até Dezembro de 2021, elege a construção da Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos do Mulenvos como uma das principais acções no domínio Ambiente, procurando uma gestão virada para a racionalização de recursos financeiros por via da reciclagem.

Incluído numa lista de 41 projectos de diferentes sectores, a unidade terá um impacto assinalável na solução das questões sanitárias de Luanda e na absorção da considerável força de trabalho que o processo de reciclagem pressupõe, assim como a criação de postos de trabalho indirectos.

O Plano, apresentado na quinta-feira à imprensa pelo secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis, durante o “briefing” bissemanal do Ministério da Economia e Planeamento com a imprensa, evoca a unidade ao descrever os projectos afectos ao sector institucional da Cultura, Turismo e Ambiente.

Nesse domínio, está inscrita a construção e exploração da Unidade dos Pólos de Desenvolvimento Turístico do Cabo Ledo e de Okavango, para o que está previsto concursos públicos, bem como processos de negociação e adjudicação com base em normas previstas na legislação específica.

No cronograma de tarefas do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente consta ainda a reestruturação, apetrechamento e gestão dos Centros Agro-ecológicos de São Vicente e do Bimbi, o primeiro localizado a 12 quilómetros da cidade de Cabinda e o outro a 70 quilómetros do Menongue.

Os Centros Agro-ecológicos de Chicapa, a 20 quilómetros da cidade do Huambo, e o da Bibala, a 166 quilómetros do Namibe, também estão na lista

das infra-estruturas a serem reestruturadas e apetrechadas na modalidade de parceria público-privada.

O secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis, defendeu a necessidade de “uma gestão proactiva entre os entes públicos e a parte privada” como um dos pressupostos para viabilidade da implementação dos contratos, tendo como premissa o alinhamento com os objectivos de desenvolvimento nacional.

O lançamento dos projectos de estruturação das parcerias público-privadas vai requerer um período de preparação e início de implementação de até 15 meses, subdivididos em três fases: identificação do projecto (três meses), lançamento do concurso público, negociação e adjudicação (12 meses) e a Fase de gestão do projecto (até o mês de Dezembro de 2021).

8.2 Apresentado plano director de Malanje

Jornal de Angola

21 De Outubro de 2020

O Plano Director de Saneamento para a cidade de Malanje foi apresentado, na segunda-feira, ao Governo da Província, durante uma reunião virtual orientada pelo secretário de Estado para as Águas, Lucrécio Costa.

Segundo uma nota do Ministério da Energia e Águas, o documento enquadra-se na política do Governo, de prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas, que visam a criação de um modelo global de governança que inclui a protecção do ambiente e combate às alterações climáticas e à promoção da prosperidade e do bem-estar para todos até 2030.

O Plano Director inclui a operação dos sistemas, a necessidade de se criar e de manter em funcionamento o Serviço de Saneamento. Este processo, segundo a nota, é designado por “Citywide Inclusive Sanitation”, Saneamento Municipal Inclusivo, que prevê a inclusão das comunidades na solução da operação dos sistemas de saneamento.

O Plano é financiado pelo Banco Mundial e pela Agência Francesa de Desenvolvimento, estando prevista a disponibilização de verbas necessárias para melhorar o saneamento na cidade de Malanje.

Segundo a Angop, o plano, que prevê a reestruturação do sistema de drenagem das águas residuais e pluviais, será executado até 2035.

O secretário de Estado da Energia, António Belsa da Costa, citado pela Angop, reiterou a necessidade da melhoria dos sistemas de drenagem e de distribuição de água para a província, face às necessidades dos cidadãos.

Considerou oportuno o plano director e os projectos de água para a cidade de Malanje e os municípios de Cangandala e Calandula, numa altura em que a parceria do Estado angolano com empresas chinesas está a permitir a concretização de acções do género pelo país.

O governador de Malanje, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", destacou, igualmente, a construção do sistema de reforço da capacidade de distribuição de água à cidade de Malanje, a partir do rio Kuije, e para a sede municipal de Cangandala como outras acções que requerem atenção do Ministério da Energia e Águas.

De acordo com o director do Gabinete Provincial de Infra-estruturas e Serviços Técnicos, João Correia, o plano coincide com o projecto de infra-estruturas integradas da cidade de Malanje, que contempla o desassoreamento do rio Malanje, construção de sistemas de esgotos e outras acções, já em curso.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Polícia prende mais de 160 armas todos os meses

Novo Jornal

18 De Outubro de 2019

Texto: Teresa Fukiady

Todos os meses, a Polícia Nacional (PN) recupera das mãos de meliantes, em média, 167 armas de fogo. Em oito meses (de Janeiro a Agosto), foram apreendidas 1.336 armas de fogo de diversos calibres em todo o país. Os números são de um relatório da PN a que o Novo Jornal teve acesso e que coloca Luanda na liderança da lista, com 835 armas apreendidas.

A capital do país só perde para as províncias da Huíla e de Benguela, que tiveram um registo de 87 e 71 apreensões, respectivamente. Namibe, com uma arma apreendida, e Lunda-Norte, com duas, foram as que menor registos tiveram.

Usadas para o cometimento de vários crimes, algumas dessas armas tiveram como proveniência os armários da Polícia e das Forças Armadas Angolanas (FAA). A afirmação é do próprio comandante-geral da PN, que recentemente, em entrevista à Rádio Nacional de Angola, apontou polícias e militares como fornecedores de armas aos delinquentes.

"Outras [armas] eventualmente são desviadas por indisciplinados, por pessoas pouco coerentes, dos nossos armeiros, quer sejam militares quer sejam policiais", acusou Paulo de Almeida.

O comandante acredita haver ainda muitas armas em posse de cidadãos, razão pela qual garantiu estarem a decorrer investigações para se apurar as proveniências dos armamentos. Avançou, na ocasião, que o órgão que dirige solicitou o agravamento das penas para a posse ilegal de armas, mas não foi atendido.

Dados da Comissão de Desarmamento da população apontam que, desde a sua criação em 2008, até a sua desactivação em 2017, por falta de dinheiro, foram recolhidas em todo o país mais de 150 mil armas e destruídas outras mais 110 mil.

Armas «mataram» 180 pessoas

O documento da PN avança ainda que, no mesmo período, foram registados 189 homicídios com recurso à arma de fogo. Luanda lidera também nos

registos de homicídios com 127 casos, a seguir da Lunda-Norte e Huambo, com 15 e 12 casos respectivamente.

O relatório de Segurança Pública da PN de 2018 mostra que foram apreendidas 2.107 armas de fogo, numa média mensal de cerca de 176 armas. Segundo o relatório, dos 72.174 crimes registados no ano passado, 5.199 crimes, o equivalente a 7 por cento, foram com recurso à arma de fogo e resultaram em 307 homicídios. De acordo com a polícia, as armas de fogo são também os principais instrumentos utilizados para roubos.

Mais de 27 mil armas nas «mãos» das Empresas de segurança

Até Maio do ano passado, de acordo com Paulo de Almeida (numa entrevista ao jornal Nova Gazeta), as últimas actualizações da Polícia davam conta da existência de 27.032 armas de fogo em posse das 1.045 empresas de segurança privada e de auto-protecção em funcionamento.

A PN chegou a anunciar que, a partir de Setembro de 2018, as empresas deixariam de usar as armas AKM (Kala-shnikov), passando para as de calibre inferior a 9 mm. A medida enquadra-se no projecto de desarmamento destas empresas e prevê ainda que os agentes de segurança privada sejam obrigados a frequentar um curso específico e ostentar uma carteira profissional. Em 2016, Paulo de Almeida chegou a acusar as empresas de segurança privada de serem o suporte logístico da criminalidade violenta no país, assegurando que muitas das armas usadas pelos marginais eram obtidas nestas empresas.

De acordo com a Lusa, no ano passado, o Presidente da República autorizou despesas de 2,84 milhões de dólares para a aquisição de armas letais e não letais para comercialização das empresas privadas de segurança.

O NJ contactou a PN para mais esclarecimentos sobre o processo de desarmamento em curso no país mas não teve sucesso. Lembre-se que não foi a primeira vez que este semanário enfrentou inúmeras dificuldades na obtenção de informações junto da Polícia Nacional.

10. AMBIENTE

10.1 Departamento Florestal precisa de mais fiscais

Jornal de Angola

15 De Outubro de 2020

Texto: Manuel Fontoura

A província do Cuanza-Norte precisa recrutar 100 fiscais para cobrir os dez municípios, a aquisição de viaturas, motorizadas de quatro rodas e meios de comunicação, para fazer face à exploração ilegal de madeira, deu a conhecer, ao *Jornal de Angola*, em Ndalatando, o chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal.

De acordo com Rosário Teixeira, a exploração ilegal de madeira, na província do Cuanza-Norte, ocorre por falta de fiscais florestais, situação facilitada devido à inoperância dos postos de controlo do Cazengo, Kiamafulo, Cambambe, Lucala, Ambaca, Bolongongo e Golungo-Alto. O único que funciona é o de Zenza-do-Itombe.

“Há indivíduos que exploram madeira fora do controlo oficial, com maior incidência para o abate de árvore do tipo mafumeira e chegam a devastar as florestas da região”, revelou Rosário Teixeira sublinhando ser “a árvore mais visada, devido ao facilitado processo de abate, bem como da venda em pequenas carpintarias e marcenarias do país”.

Segundo o responsável, o Serviço de Investigação Criminal (SIC) tem travado investidas de madeireiros ilegais, através de operações levadas a cabo em algumas localidades da província do Cuanza-Norte.

Na semana passada, numa operação realizada na localidade da Beira-Alta, município de Cambambe, elementos do Serviço de Investigação Criminal prenderam três indivíduos, surpreendidos a cortar mafumeiras com o objectivo de transformá-las em madeira.

Os prevaricadores foram encontrados no matagal em posse de motosserra, 270 tábuas de um metro cúbico cada, três lâminas e duas correntes de serra.

Entretanto, cerca de 3.400 metros cúbicos de madeira em touro das variedades moreira, quibaba, tacula, xinga-xinga, ndulo e muanze foram explorados desde ao princípio do ano na província do Cuanza-Norte, disse o chefe do Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal.

Rosário Teixeira disse que a produção é resultado do trabalho das empresas Hipermaco, Estores África, Alonsus, Muanamoxi, Bernardo e Sulmad, licenciadas na comuna de Canhoca, município de Cazengo, bem como no de Bolongongo, Golungo Alto e Cambambe.

10.2 Quando o crime Compensa

Jornal de Angola

16 De Outubro de 2020

Ainda está por analisar qual o impacto económico dos crimes ambientais na economia do País. Todavia, a julgar pela degradação ambiental causada pela actividade antrópica, certamente que a magnitude do impacte é alta.

Esta análise não deverá ser feita apenas sobre o que é destruído (por exemplo, como resultado das queimadas) mas também pelos investimentos que deverão ser feitos para travar a degradação ambiental e de infra-estruturas (por exemplo, como consequência das ravinas).

Nos últimos dois anos, os resultados de crimes ambientais têm tido incalculáveis custos para a biodiversidade, tanto para a flora como para a fauna. Por outro lado, tem resultado num impacto negativo sobre campos agrícolas, empreendimentos turísticos e infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias que são destruídas por queimadas ilegais e desnecessárias. Há igualmente um impacto na sociedade com a perda de vidas humanas, muitas delas inocentes e que são apanhadas desprevenidas no meio do fogo.

Há vários factores que devem ser tidos em conta quando se trata do valor económico da biodiversidade e dos serviços ecos sistémicos por si fornecidos onde se destacam: 1) a fonte de alimento de toda a vida animal e seres humanos, 2) a principal fonte do fornecimento de combustível, 3) muitos químicos e medicamentos são originários biodiversidade, 4) os serviços indirectos para o turismo, sequestro de carbono, purificação da água, e 5) os valores culturais e de conforto espiritual. No entanto, só é possível quantificar a nível nacional quando se souber o real valor dos nossos recursos naturais, principalmente aqueles que não têm um valor comercial.

Os acontecimentos mais recentes, e que configuram, à luz da legislação, transgressões administrativas e/ou crimes ambientais, hipotecam o desenvolvimento sustentável de Angola e não permitem que sejam concretizados compromissos nacionais e internacionais. Alguns dos objectivos da Política de Sustentabilidade Ambiental definidos no Plano de

Desenvolvimento Nacional 2018-2022 incluem preservar os recursos da biodiversidade, evitar a destruição de ecossistemas e controlar as emissões de poluentes.

Estes objectivos não podem ser apenas alcançados com documentos de política mas sim acções concretas. O abate de quase dois mil imbondeiros no Sequele, outros tantos na zona de Luanda leste e o corte de mangais nas zonas costeiras não parecem ser adequadamente protegidos. Estas espécies têm o estatuto de espécies vulneráveis e a sua exploração deve ser feita de forma regrada. Tanto os imbondeiros como os mangais são espécies que devem ser protegidas e o seu corte ilegal pode resultar em penas de prisão de 6 meses a 3 anos.

Recuperação das áreas

Quando não são aplicados recursos na educação das pessoas, fiscalização das actividades e protecção dos recursos acaba por ser necessário investir recursos para a recuperação das áreas degradadas. Por exemplo, o Projecto Otchiva já despendeu aproximadamente 1,2 milhões USD para a recuperação dos mangais nas províncias de Luanda, Benguela e Zaire em quatro anos de actuação. Durante esse período, foram plantados mais de 779.000 mangais e retiradas 600 toneladas de lixo.

O mesmo acontece com a palanca negra gigante (*Hippotragus nigervariam*), espécie ameaçada de extinção e cuja multa pela sua caça é de aproximadamente 21 milhões Kz ou ainda o rinoceronte preto (*Diceros bicornis*), espécie dada como extinta em Angola, que tem como multa o valor de aproximadamente 7 milhões Kz. A Fundação Kissama, organização não-governamental de protecção da biodiversidade, trabalha na protecção da palanca negra gigante no seu habitat natural na província de Malanje com um conjunto de parceiros nacionais e internacionais. Nos últimos 13 anos, já foram gastos perto de 1,5 milhões USD para a protecção da palanca e do seu habitat, campanhas de marcação e inventários, contratação de especialistas, fiscais e pastores da palanca, construção de infra-estruturas, aquisição de meios, custos de manutenção e acções de educação e sensibilização.

Este investimento permitiu aumentar significativamente a população de palancas no Parque Nacional da Cangandala de 9 indivíduos em 2009 para mais de 90 em 2020, e garantir a segurança de cinco manadas com aproximadamente 140 animais na Reserva Natural Integral do Luando. Apesar dos números optimista, a caça furtiva continua presente no Luando e queimadas entraram no santuário da palanca na Cangandala. Esforços e investimentos de

mais de duas décadas podem ser destruídos em meia dúzia de dias, pois o crime continua a compensar.

Outras espécies que são afectadas pelos seres humanos são as tartarugas marinhas. A tartaruga de couro (*Dermoche/ys coriacea*) tem estatuto de espécie ameaçada de extinção, particularmente devido à destruição dos seus ninhos e captura accidental. Durante a época de desova, entre Setembro e Março, são caçadas nas praias onde nidificam. Apesar de haver uma multa, desajustada ao seu estatuto de conservação (aproximadamente 140 mil Kz) e a proibição da sua caça continuam a ser feitas denúncias de mortes de tartarugas.

Investigação e protecção

Para tentar reverter esta situação, o Projecto Kitabanga - Estudo e Conservação de Tartarugas Marinhas, implementado desde 2003 pela Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto, desenvolve um conjunto de acções de investigação e protecção das tartarugas. Até à data já lançou mais de 3.600.000 tartarugas ao mar e cobre aproximadamente 97,5 km de praia em 16 postos de amostragem.

Anualmente, este projecto necessita de 150 mil USD para as suas actividades, nomeadamente para acções de educação e sensibilização ambiental, pagamento aos tartarugueiros, manutenção de equipamentos e gestão de bases e maternidades.

Estes são exemplos de alguns projectos que são desenvolvidos pela sociedade civil em parceria com o Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente e que lutam diariamente para que o crime não compense. As denúncias feitas por estes grupos e através das redes sociais começam a dar alguns resultados com o julgamento de pessoas individuais perpetradores de crimes ambientais sem, contudo, serem visíveis e exemplares as coimas e penas aplicadas aos mesmos.

São muito poucos os casos em que pessoas colectivas são julgadas e condenadas transmitindo uma mensagem de que o crime compensa. Há uma necessidade urgente de formar e sensibilizar os juízes, procuradores e oficiais de justiça para que os crimes ambientais tenham a mesma atenção que outros crimes. A tipificação do crime ambiental prevista inicialmente no Capítulo VI da Lei nº 3/14 de 10 de Fevereiro sobre a Criminalização das Infracções Subjacentes ao Branqueamento de Capitais e transportada para o futuro Código Penal poderá permitir que se dê a atenção necessária aos crimes contra o ambiente.

Existem outros projectos, financiados por entidades internacionais e implementados por departamentos ministeriais, que procuram promover alternativas ao uso insustentável dos recursos naturais. Estes incluem, por exemplo, a introdução de tecnologias para a produção de carvão sustentável, a promoção do acesso sustentável à energia para as comunidades rurais, adaptação às alterações climáticas em zonas costeiras, melhoria da resiliência agrícola de agricultores familiares e integração das alterações climáticas na gestão sustentável de terras. Estes projectos podem permitir uma gestão mais adequada dos recursos naturais, quebrando um ciclo de pobreza que perpetua a degradação ambiental.

O valor da biodiversidade é importante para a economia de Angola e pode gerar um valor económico directo quando as pessoas se preocuparem com a preservação da biodiversidade. Isto quer dizer que as medidas de protecção da biodiversidade podem ser definidas em função da sua utilidade para um grupo de pessoas. Se for para compensar um determinado grupo e colocar o lucro em primeiro lugar, então, dificilmente será possível travar crimes como o da matança dos tubarões, a destruição dos mangais, a devastação da floresta, a delapidação dos recursos naturais. Se for para cumprir com os direitos e deveres plasmados na Constituição de Angola então o crime não pode compensar.

10.3 Explorações pecuárias minaram a minaram a segurança alimentar nos Gambos

Novo Jornal

18 De Outubro de 2019

Texto: Nok Nogueira

Intitula-se o fim do paraíso do gado: Como o desvio de terras para explorações pecuárias minou a segurança alimentar nos Gambos e será apresentado ao público na terça-feira, 22, na Mediateca de Luanda, às 10h, pela Amnistia Internacional (AI) e a Associação Construindo Comunidades (ACC), como resultado de um trabalho de investigação realizado no Sul de Angola - afectados pela seca e pela fome - entre Fevereiro de 2018 e Março do corrente ano.

O relatório conjunto, que analisou o desvio de terra em larga escala para produção comercial de gado, apresenta os resultados de como o acto de expropriação interferiu com o exercício do direito à alimentação entre as comunidades pastoralistas Vanyaneka e Ovaherero no município dos Gambos, província da Huíla.

Entre as conclusões, o relatório «O fim do paraíso do gado» apresenta a tese segundo a qual a seca em curso no Sul de Angola não foi de todo responsável por minar o direito à alimentação entre os/as pastoralistas, mas sim a ocupação da costumeira terra de pasto para criação comercial de gado, que tornou severa a insegurança alimentar nos Gambos.

Os dados, resultados de entrevistas levadas a cabo no local espelham o retrato de comunidades rurais que construíram a sua resiliência e que se protegeram da insegurança alimentar através da posse e usufruto costumeiro da terra para agricultura de subsistência e para a pastorícia, facto contrariado pela expropriação de terras rurais, que cor- ruiu a resiliência económica e social daqueles povos.

Embora apresente com maior incidência os casos ocorridos nas zonas dos Gambos, o relatório cita exemplos de outras províncias onde a ocupação de terras para fins comerciais teve consequências directas na vida dos povos.

Um estudo citado no relatório, realizado pela Federação Luterana Mundial na província do Moxico, aponta que interesses privados apreenderam à força 29.200 hectares de famílias rurais que os utilizavam para agricultura de subsistência.

No município de Lumege Cameia, no Moxico, as comunidades rurais perderam 5.000 hectares para a agricultura comercial. Igual situação registou-se no município de Camanongue, onde 22.400 hectares foram apreendidos para a agricultura comercial privada, e 250 famílias foram despejadas das suas casas.

No Luena, capital da província, as comunidades rurais perderam 1.800 hectares para agricultores comerciais.

Em todos estes casos, descreve o relatório, não houve consulta, nem compensação, nem realojamento, nem avaliação de impacto ambiental e social. Pelo que os exemplos não se ficam apenas pela província do Moxico, uma vez que os registos consultados assim o provam.

É caso do estudo da Iniciativa de Pesquisa China-África, nas províncias do Uíge, Kwando Kubango, Cunene, Bié, Malanje, Zaire e também Moxico, que conclui que as comunidades rurais perderam, sem as devidas diligências, 83.630 hectares de terra para pecuaristas comerciais chineses que produzem culturas comerciais para exportação.

Em Fevereiro de 2016, segundo o relatório da Amnistia Internacional e da Associação Construindo Comunidades, agricultores comerciais expulsaram à

força 19 famílias das suas terras no Cunene corno parte do mega-projecto agro-industrial do Governo, o Horizonte 2020.

Entre as várias ferramentas utilizadas no estudo, a Amnistia Internacional analisou imagens de satélite e imagens do Google Earth para documentar o aumento progressivo do uso da terra para a pecuária comercial e a consequente redução da área de pastagem para o gado na Tunda dos Gambos, entre 1990 e 2018.

Segundo o relatório, um grupo de pastoralistas também desenhou esboços que mapeavam as áreas sob ocupação dos criadores comerciais de gado. Foram ainda usadas fotografias como representações visuais do valor antropológico, económico, social e existencial do gado nos Gambos; e dos serviços ecológicos da Tunda dos Gambos como formas (direitos culturais) e meios (direitos económicos e sociais) de vida.

10.4 Plantação de árvores em zonas da cidade

Jornal de Angola

27 De Outubro de 2020

Texto: Adolfo Mundombe

Um total de mil árvores, concretamente casuarina, acácias e ficus, foi plantada, ontem, no perímetro urbano do bairro São Pedro, arredores da cidade do Huambo. A segunda fase desta campanha prevê, para os próximos dias, a plantação de mais duas mil nos bairros de Calobrinco e Lufefena, uma iniciativa do Governo local, em parceria com a Direcção Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários.

No lançamento da campanha, a governadora do Huambo disse que o programa de arborização visa transformar a cidade do Huambo em capital ecológica, a partir da sede da província, e vai estender-se a outros municípios da província, em face das alterações climáticas na região.

Lotti Nolika exortou os munícipes a preservarem as árvores ornamentais na cidade. “Devemos valorizar as árvores e cuidá-las como se fossem nossas. Devemos resgatar o hábito de cada um, no seu quintal, plantar uma árvore”, apelou.

A governadora frisou o Gabinete do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários está a identificar as áreas para, até no final do ano, plantar mais quarenta mil árvores”.

Por seu lado, o director do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, César Paquissi, alertou para os perigos da devastação das florestas para a construção de infra-estruturas e exploração de madeira e carvão.

10.5 Sai uma “mulher” do Ambiente e entra um “homem” da cultura

30 De Outubro de 2020

Texto: João Armando

Jorno Fortunato já tinha sido exonerado por João Lourenço em 2018, quando estava à frente do Memorial Agostinho Neto, e foi agora nomeado pelo mesmo como novo ministro da Cultura, Turismo e Ambiente, sucedendo à mais 'nova' do Executivo, a bióloga Adjany Costa.

Aquando da sua exoneração, uma vez que não houve explicações oficiais, Jomo Fortunato foi sujeito a uma campanha nas redes sociais que apontavam para a prática de condutas pouco recomendáveis no espaço que estava a gerir, depois de uma divergência com a viúva do primeiro presidente de Angola.

Há pouco mais de um ano, em entrevista ao Expansão, explicava assim o sentimento que tinha ficado desta exoneração:

"Transformei uma tragédia em amor, sem rancores, o resto dirão os que trabalharam comigo. Espero que uma coisa semelhante não aconteça a mais ninguém. Angola deve rimar com amor numa produção poética infinita, rumo à felicidade".

Com 59 anos feitos no final de Março, Jomo Fortunato é um 'homem' da cultura. Com uma ideia muito própria sobre a forma de capitalizar esta área, "todas as disciplinas da cultura são rentáveis desde que atreladas à qualidade. A cultura gera produtos que obedecem às mesmas leis concorrenciais do mercado", disse nessa entrevista. E acrescentou: "O Estado deve ser omnipresente nos sectores da cultura que se relacionam com os factores de natureza identitária. O Estado não tem de estar mais ou menos presente, tem que estar sempre presente, quanto mais não seja para orientar".

Mestre em Literatura Angola- na pela Universidade Agostinho Neto, está a terminar um doutoramento em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro e Minho, e assume funções de docência nas disciplinas de Língua Portuguesa, Cultura e Literatura Angolana nos cursos de Comunicação Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto. Esteve ligado ao jornalismo, foi editor do suplemento

Vida Cultural do Jornal de Angola durante 12 anos, passou pela TPA onde criou e apresentou o programa "Vozes do Semba", tendo publicado inúmeros textos de investigação sobre música, literatura e teorização de assuntos culturais.

Mas é na música que se sente mais à vontade. Toca guitarra, gosta de cantar, é compositor, e ainda recentemente ganhou um Festival da Canção de Luanda. Tem uma visão global desta área, como nos explica: "A Música Popular Angolana, actualizada no espaço urbano com compositor identificado, é toda a música feita por angolanos. O rock angolano, por exemplo, não é americano. Agora há segmentos musicais mais próximos da angolanidade musical".

Ficou também conhecido no meio cultural porque é o promotor da mais importante Feira do Livro e do Disco que se realiza no País. "Este é um projecto cultural e social, não lucrativo, que existe há 12 anos, de apoio às manifestações literárias e musicais angolanas, complementando o ciclo de promoção e aumento dos hábitos de leitura e, conseqüentemente, do debate à volta das questões que se relacionam com a criação, produção, edição, promoção e distribuição no domínio do livro e disco", explica.

É então um "homem da cultura" que se segue neste superministério, o que pode indiciar uma alteração das prioridades deste sector. Parece na verdade muito difícil que possam conviver de forma pacífica três áreas tão complexas e importantes - cultura, ambiente e turismo debaixo de um mesmo ministério, obrigando a um domínio de muitos dossiers, que na prática acaba por não resultar. Neste aspecto vai depender muito da autonomia e da capacidade de realização dos secretários de estado das áreas que lhe são menos familiares, ambiente e turismo. De acordo com o apurado pelo Expansão, devem mesmo haver alterações nestes cargos, assim com a entrada de novos elementos para os principais institutos que são tutelados por este ministério.

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 "Presidente destaca o apoio da China

Jornal de Angola

2 De Outubro de 2020

O Presidente da República, João Lourenço, manifestou, ontem, a expectativa de que Angola e a China continuarão a dar passos seguros para que consigam alcançar entendimentos fundamentais que propiciem o desenvolvimento e o consequente bem-estar das populações dos respectivos países.

Numa mensagem de felicitações ao homólogo chinês, Xi Jinping, pelo 71º aniversário do Dia Nacional da China, assinalado ontem, o Chefe de Estado angolano sublinha o esforço que o “gigante asiático” empreende para impulsionar o crescimento económico e o progresso social de várias nações do mundo, com destaque para as do continente africano.

“Realço, por ocasião desta importante efeméride, o papel activo e actuante que a República Popular da China tem exercido enquanto actor incontornável na busca de soluções para os problemas que afligem o mundo, tendo em vista o reforço e a consolidação da paz e segurança globais”, escreveu o Presidente João Lourenço.

Relações com a Nigéria

Noutra mensagem, endereçada ao homólogo nigeriano, Muhammadu Buhari, o Presidente da República manifesta o desejo de ver reforçadas as relações bilaterais entre os dois países.

Na mensagem de felicitações pelos 60 anos de Independência da Nigéria, que hoje se assinalam, João Lourenço realça o esforço que as autoridades e o povo nigerianos envidam para transformar aquele país “numa nação pujante e empenhada em contribuir para que a África prospere e assuma no concerto das nações um papel cada vez mais relevante”.

O Chefe de Estado afirma que “o povo nigeriano celebra a data com merecida alegria e orgulho pelas realizações alcançadas ao longo destas seis décadas da História da Nigéria, durante os quais os nigerianos foram capazes de superar adversidades e edificar uma sociedade que se renova a cada dia em busca do progresso, do desenvolvimento, da consolidação da independência nacional e da estabilidade”.

13.2 Acordos aprofundam ligação entre o Governo e a Huawei

Jornal de Angola

24 De Outubro de 2020

Texto: Victorino Joaquim

O Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social e a Huawei assinaram, ontem, em Luanda, dois acordos pelos quais a multinacional chinesa formaliza uma doação de meios ao Departamento Ministerial cifrada em 50 mil dólares e capacita 200 quadros nacionais de diferentes sectores.

A Carta de Doação, assinada, ontem, é referente a equipamento já recebido pelas autoridades angolanas, constituído por computadores portáteis, sistema de medição da temperatura por imagem e de videoconferência, dispositivo de armazenamento de dados e servidores.

O documento foi subscrito pelo director nacional de Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Matias Borges, e pelo presidente da Comissão Executiva da Huawei em Angola, Kim Jin.

O outro acordo prevê acções de capacitação, em Angola, de funcionários ministeriais, docentes e estudantes universitários, a realizarem-se em data a estabelecer pelas partes.

O documento foi subscrito pela directora de Recursos Humanos do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Sandra Felgueira, e pelo presidente adjunto da Comissão Executiva da Huawei em Angola, Sucre Zhang.

O secretário de Estado para as Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Mário Oliveira, que esteve presente no acto de assinatura, considerou que a doação “tem potencial de contribuir para a expansão do processo de digitalização do país”. O equipamento, disse, vai servir para que possamos desenvolver o sector, apoiando o Ministério, as empresas e demais operadores, enquanto o programa

de formação confere novas capacidades ao país, principalmente entre os jovens.

Revelou que o Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social será o principal beneficiário da acção de formação.

Kim Jin afirmou que o objectivo da companhia é contribuir para o desenvolvimento do sector das Telecomunicações e Tecnologias de Informação em Angola, facilitando o processo de digitalização.